PRODUTO 04

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 350
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

GOVERNO DE TODOS
Trabalhando pra valer

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

PNUD
Brasil

PRODOC BRA/__/__

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

SEGURANÇA CIDADÃ – RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 331
8

SUMÁRIO

ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA.....4

A Problemática da (in) Segurança Pública no Estado, no País e seu Impacto no Desenvolvimento da Região.....4

Segurança Cidadã e S.U.S.P. – Novos Paradigmas.....8

O Poder Local e as Política de Prevenção em Segurança Pública.....13

Cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD).....19

Objetivos do Projeto de Cooperação Técnica.....21

ESTRATÉGIAS.....24

Estratégias Gerais do Projeto.....24
Estratégias Específicas do Projeto.....25

MATRIZ DE RESULTADOS E RECURSOS DO PROJETO.....30

ARRANJOS DE IMPLEMENTAÇÃO.....31

Papéis e responsabilidades institucionais

Da Agência Executora – Secretaria de Defesa Socia - SESED.....31

Do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.....32

Monitoramento e Avaliação.....34
Compartilhamento das lições do Projeto entre as partes envolvidas.....35

Riscos e como minimizá-los.....36
Insumos.....36

OBRIGAÇÕES E PRÉ-REQUISITOS.....38

C0NTEXTO LEGAL.....48

ORÇAMENTO.....49

ANEXOS.....50

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 332
PROGRAMA SEGURANÇA CIDADÃ

O presente projeto tem por propósito apoiar os esforços empreendidos pelo Estado do Rio Grande do Norte, na implementação de sua política para a segurança pública, nos sentido de fortalecer as instituições responsáveis pela coordenação e execução dos programas setoriais, integrando e articulando com os poderes locais do estado, governo federal e municípios, na perspectiva de consolidação do Sistema Único de Segurança Pública.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
Fls. 333
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

A Problemática da (in) Segurança Pública no Estado, no País e seu Impacto no Desenvolvimento da Região

O diagnóstico da questão da segurança pública no país revela o crescimento contínuo da criminalidade e da insegurança, ao menos desde os anos de 1970, chegando a configurar a segunda maior preocupação da população brasileira na atualidade, ficando atrás apenas do desemprego[1]. Tal aumento pode ser atribuído a uma série de fatores, entre os quais, a manutenção das desigualdades sociais, o incremento da população jovem, as taxas elevadas de desemprego, a crise de paradigmas morais e religiosos, o crescimento do crime organizado; a falta de articulação e integração entre as polícias, a insuficiência generalizada de juízes, delegados, policiais e equipamentos, etc.

Recente pesquisa realizada pelo IBGE aponta um quadro preocupante em relação à violência no Brasil. A síntese de indicadores sociais mostra o crescimento da violência desde os anos 80. Naquela década, a maior parte das mortes violentas era causada pelos acidentes de trânsito. A partir dos anos 90, essa maior parcela ficou por conta dos homicídios. Entre 1980 e 2000, foram mais de 2 milhões de mortes por causas externas (em 82% delas, as vítimas foram homens). Entre 1980 e 2000, no Brasil, foram vítimas de homicídios 598.367 pessoas; dois terços delas (369.101) na década de 1990. No mesmo período de 20 anos, a taxa de mortalidade por homicídios para ambos os sexos no Brasil aumentou 130% (de 11,7 para 27 por 100 mil habitantes). De 1980 a 2000, as taxas masculinas de mortalidade por homicídios saltaram de 21,2 para 49,7. Entre 1991 e 2000, no Brasil, aumentaram em 95% as taxas de mortalidade por homicídios com uso de armas de fogo, entre homens de 15 a 24 anos. Em números absolutos, em 1991, foram vítimas de homicídio 5.220 homens nessa faixa de idade, com uso de armas de fogo, e outros 12.233 foram mortos da mesma forma, em 2000.

---

[1] Pesquisa Datafolha de Fevereiro de 2002 - Maior Problema do País: Desemprego – 32%; Violência – 21%; Saúde – 10%.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 334
BRM04029-SEGURANÇA CIDADÃ

Tabela 1– Avanço da Taxa de Homicídios no Brasil

ANO	1980	2000
TAXA DE HOMICÍDIO/100 mil Hab.	11,7	27,0

Tabela 2 - Distribuição das Ocorrências Registradas pelas Polícias Civis Segundo Número, Taxas p/ 100.000 habitantes e Concentração de Crimes nas Capitais em 2003.

Delitos	Total Brasil		Ocorrências Registradas nas Capitais		Concentração de Ocorrências nas Capital (%)
	Total de Ocorrências Registradas	Taxa por 100.000 Habitantes (1)	Total de Ocorrências Registradas	Taxa por 100.000 Habitantes (1)	
Total de Ocorrências	6.707.955	3.792,5	2.264.829	5.646,0	33,8%
Crimes Violentos Letais Intencionais	47.154	26,7	15.895	39,6	33,7%
Crimes Violentos não Letais Contra Pessoa	59.678	33,7	17.072	42,6	28,6%
Crimes Violentos Contra o Patrimônio)	856.272	484,1	463.170	1.154,6	54,1%
Delitos de Trânsito	294.866	166,7	82.836	206,5	28,1%
Delitos Envolvendo Drogas	90859	51,4	24225	60,4	26,7%

Fonte: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A População brasileira no ano de 2003 foi de 176.876.251 pessoas. Deste total, 40.114.051 residiam nas capitais, ou seja, 22,7% da população do país.

No Estado do Rio Grande do Norte, a realidade também não é diferente. Segundo dados do Ministério da Justiça, os indicadores apontam que na Região Metropolitana de Natal as ocorrências de homicídios, passaram de 176 para 226 no período de 1998 a 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 335
BRA/07/023-SEGURANÇA CIDADÃ

O crescimento da violência nas últimas décadas tem sido um dos maiores desafios para o desenvolvimento da América Latina. As taxas de homicídio colocam a região como uma das mais violentas do mundo, com taxas duas vezes maiores do que a média mundial: 22,9 por cem mil habitantes contra 10,7.

Tabela 3: Taxas de homicídio por diferentes países da América Latina

País	Ano	Taxa
Argentina	1997	9,9
Brasil	1997	28,1
Rio de Janeiro	1998	52,8
São Paulo	1998	55,8
Belo Horizonte	2000	26,3
Canadá	1992	2,2
Chile	1989	2,9
Santiago de Chile	1995	2,2
Colômbia	1990	74,4
Bogotá	1997	49,2
Cali	1995	112,0
Medellin	1995	248
Costa Rica	1990	4,4
Ecuador	1990	10,1
El Salvador	1995	95,4
San Salvador	1995	95,4
España	1993	0,5
Estados Unidos	1993	9,9
Guatemala		
Departament of Guatemala	1996	101,0
México	1995	40,0
México City	1995	19,6
Nicarágua	1990	4,9
Panamá	1989	5,2
Peru		
Lima	1995	28,2
Uruguay	1990	4,4
Venezuela	1989	12,1
Caracas	1995	76,0

Fonte: Adaptado de BID, 2000. Technical Note 2. Dados atualizados de Piquet, 1999. Lederman, 1999. MHF, 1999. Apoyo, 1999. Beato, 2001.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 336
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

O Banco Mundial (Bird) divulgou, em 2004, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2005, o principal estudo anual realizado pela instituição, com dados alarmantes sobre os efeitos da criminalidade na economia do país e região: 52,2% das empresas brasileiras consultadas apontam a criminalidade como um sério obstáculo ao investimento no país. Na América Latina, o crime é indicado como uma das restrições principais ou sérias pela metade das empresas, duas vezes a proporção de qualquer outra região e quatro vezes a proporção da Europa Oriental e da Ásia Central. No Brasil, diz o relatório, o crime custa mais de 10% do PIB do país por ano, e as empresas dizem perder o equivalente a 2,8% por causa da criminalidade. O custo econômico da violência nas três maiores capitais brasileiras corresponde a aproximadamente 5% do PIB (Produto Interno Bruto) de cada cidade, de acordo com um estudo do feito pelo Ministério da Justiça, divulgado em 2003. O gasto anual nas três metrópoles chega a R$ 12,8 bilhões. Segundo o Ministério, o Rio é a cidade que, proporcionalmente à sua população, mais gasta com violência: em 1995 foram R$ 2,5 bilhões. Em 1999, São Paulo gastou R$ 9,4 bilhões, e Belo Horizonte, R$ 900 milhões.

Custos Econômicos da Violência:

- Custos Diretos: bens e serviços públicos e privados gastos no tratamento dos efeitos da violência e prevenção da criminalidade no sistema de justiça criminal, encarceramento, serviços médicos, serviços sociais e proteção das residências.
- Custos Indiretos: perda de investimentos, bens e serviços que deixam de ser captados e produzidos em função da existência da criminalidade e do envolvimento de pessoas (agressores e vítimas) nestas atividades.

Custos Sociais e Políticos:

Avaliado em termos de incidência de:

- doenças resultantes da violência (doenças mentais e incapacidade física);
- mortes resultantes de homicídios e suicídios;
- alcoolismo e dependência de drogas e entorpecentes;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 35F
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

- desordens depressivas.

Os efeitos sociais e políticos da criminalidade podem ser mensurados na:

- evasão de capital social;
- transmissão de violência entre gerações;
- redução da qualidade de vida;
- comprometimento do processo democrático.

Recente estudo realizado para as Nações Unidas* aponta para o desenvolvimento como melhor forma de prevenir a violência. O coordenador do trabalho, o economista norte-americano Jeffrey Sachs conclui que *"as sociedades pobres e com fome são muito mais propensas do que sociedades de alta renda a se envolverem em disputas por recursos vitais escassos e (...) apesar de os conflitos violentos certamente resultarem de uma combinação de fatores, a pobreza cria as condições para inflamar e sustentar o conflito".* Portanto, defende o documento, *"investir no desenvolvimento é especialmente importante para reduzir a probabilidade de conflito, e as estratégias de desenvolvimento devem levar em conta seus possíveis efeitos na redução do risco de conflito".* Esse princípio tanto pode ser aplicado a conflitos civis como para violência urbana. Ao mesmo tempo, *"sem alternativas produtivas, os jovens podem se voltar para a violência para obter ganho material, ou serem tomados por depressão, desespero e raiva",* afirma o texto.

Segurança Cidadã e S.U.S.P. – Novos Paradigmas

A partir de 2003, Governo Brasileiro iniciou, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, o SUSP, agindo como indutora e articuladora das políticas de segurança pública. A ação parceira, integrada, é um dos principais fundamentos do SUSP. Com a implementação do Plano de Segurança Pública para o Brasil, programa de governo do então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, iniciou-se uma nova fase na segurança pública do país, em que a SENASP passou a exercer o papel de verdadeiro órgão coordenador de uma política nacional de segurança pública, promovendo a articulação com todos os

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 338
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Estados, no sentido de criar um ambiente favorável para implantação do SUSP, logrando a adesão de todos à política nacional, sempre respeitando os princípios regentes do pacto federativo.

O SUSP visa principalmente a integração efetiva de todos os agentes de segurança pública do país, no enfrentamento da violência e da criminalidade, por meio da padronização nacional de procedimentos e equipamentos, tais como uma formação profissional básica, um sistema de informações criminais que possibilite o compartilhamento dos bancos de dados, uniformização de técnicas operacionais e integração de projetos sociais focados em áreas de grande incidência criminal e baixo desenvolvimento humano.

Além disso, o SUSP busca parcerias com a iniciativa privada e sociedade civil organizada, ao mesmo tempo em que articula ações com os demais órgãos do governo federal no sentido de otimizar políticas que tenham impacto na prevenção primária da delinqüência e violência.

São atividades pelas quais o Sistema Único de Segurança Pública concretiza-se e torna-se viável:

- assinaturas de convênios com estados para o financiamento de projetos com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com base em indicadores quantitativos e qualitativos alinhados às diretrizes da política nacional;
- assinaturas de convênios com municípios para a implementação de ações voltadas à prevenção da violência e da criminalidade;
- aquisição direta pela Senasp de equipamentos, tais como viaturas e motocicletas para serem repassadas aos estados;
- repasse de recursos aos corpos de bombeiros dos estados;
- capacitação de policiais e bombeiros para a Força Nacional de Segurança Pública;
- implementação do Sistema Nacional de Estatística Criminal;
- manutenção e aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações de Justiça Criminal – INFOSEG;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 359

- modernização das Delegacias das Mulheres (DEAMs), em parceira com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República;
- modernização das Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e capacitação para o combate ao tráfico internacional de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual e, capacitação para a proteção a defensores de Direitos Humanos, todos em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República.

Na América Latina os debates sobre as políticas de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência têm adquirido uma nova orientação. A democratização no continente fez desaparecer a "ameaça subversiva" que baseava em muito a atuação das instituições de segurança pública, gerando a abertura de espaço para as noções de segurança pública e cidadã, ao mesmo tempo em que declinaram os antigos paradigmas de segurança nacional e defesa interna. O objeto das políticas e ações não está mais focado no Estado, e, sim, no cidadão. A nova concepção de segurança abrange aspectos relativos à defesa e proteção da vida, as liberdades, bens e valores individuais e coletivos, ou seja, adota uma abordagem integral que considera todas as causas geradoras de violência e criminalidade, fundindo prevenção e repressão, sempre em uma perspectiva de prevalência do uso da inteligência e da tecnologia sobre o da força.

Esse novo paradigma em segurança pública vem sendo introduzido em vários países da América Latina com o apoio da Organização das Nações Unidas, desde meados da década de 1990.

No Brasil, a partir de 2003, o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, iniciou a incorporar o modelo de Segurança Cidadã na execução de sua política nacional para o setor – o SUSP – lançando, no mesmo ano, o *Projeto Segurança Cidadã*, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – agência líder do Sistema ONU, especializada em temas relacionados ao desenvolvimento, como o combate à pobreza, governabilidade democrática, implantação de políticas públicas sustentáveis, etc. Na

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 340
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

esteira dessa iniciativa, somaram-se parceiros nacionais e internacionais, como a Federação das Indústrias e o Serviço Social da Indústria do Estado do Rio de Janeiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial.

O Projeto Segurança Cidadã foi estruturado em 3 Fases: a primeira, concluída em dezembro de 2004, teve por objetivo a tradução, por meio de estudos e pesquisas, das diretrizes estabelecidas no Programa de Segurança Pública para o Brasil, plano de governo para o setor, em conceitos que incorporassem os mais modernos e eficientes modelos de gestão da segurança pública empregados no mundo. A segunda fase, iniciada no corrente ano, visa o desenvolvimento de ações em articulação com Estados e Municípios para o fortalecimento das capacidades institucionais dos mesmos para a execução de recursos oriundos de Acordo de Empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, etapa esta, que compreende, justamente, a terceira fase do projeto.

São ações previstas no Projeto Segurança Cidadã, em sua II Fase:

- Curso de Protagonismo Policial concebido e implantado, em conformidade com a matriz curricular integrada;
- Cursos de intervenção operacional qualificada, em conformidade com a matriz curricular integrada;
- Portal Nacional de Segurança humana implantado;
- Estrutura organizacional, física e administrativa da SENASP adequada às necessidades do SUSP;
- Desenvolvimento e implantação de um Centro Regional paro o Treinamento em Segurança Pública;
- Projetos de segurança pública concorrendo a recursos do FNSP elaborados segundo a lógica de integração de ações de competência estadual com as de competência municipal;
- Gabinetes de Gestão Integrada (GGI e GGIR) estruturados nos Estados e Regiões;
- Procedimentos e padrões mínimos para as policias e os corpos de bombeiros estaduais desenvolvidos e implantados;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BR/DF/04029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 341

- Órgãos de controle de atividades em Segurança Pública apoiados e fortalecidos na perspectiva da prevenção;
- Sistema de gerenciamento das informações periciais fortalecido;
- Sistema de planejamento e monitoramento das operações das forças policiais e guardas municipais;
- Modelo de funcionamento da Força Nacional de Segurança Pública concebido e implantado;
- Unidades de segurança pública e seus profissionais preparados para atuar em comunidades;
- comunidades preparadas para agir em parceria com os profissionais em segurança pública;
- Projetos de polícia e segurança comunitária selecionados e implantados;
- Programas e ações do Projeto monitoradas e avaliadas.

O Projeto Segurança Cidadã foi concebido, basicamente para a apoiar a implantação do SUSP em dois pilares fundamentais:

- a modernização da gestão das instituições de segurança pública e
- o apoio ao desenvolvimento de políticas de prevenção à violência e à criminalidade.

O primeiro está mais dirigido aos gestores estaduais, por deterem a competência sobre as Policias Civis e Militares, as principais instituições do setor no âmbito dos Estados. Já o segundo pilar sustenta-se sobre a capacidade gestora das municipalidades. Já se verá porque.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 392
8
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

O Poder Local e as Políticas de Prevenção em Segurança Pública

A questão da segurança pública, no país, sempre esteve, tradicionalmente, sob a responsabilidade exclusiva dos Estados, por meio das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, e da União, através da atuação da Polícia Federal. O Município, via de regra, não tinha participação mais efetiva na formulação e gestão das políticas para o setor.

Sabe-se que a dinâmica do crime é complexa, demandando estratégias de enfrentamento mais amplas e abordagens que levem em conta a dimensão dessas práticas. Acontece, porém, que os atos criminosos, tendo ou não, origem no crime organizado, geram efeitos no Município, dentro de sua extensão territorial e, suas conseqüências são sentidas de forma mais direta, no seio das comunidades locais.

A distância existente entre o local da ocorrência dos crimes (administrados) e as instâncias que definem as políticas e as formas de gerir a segurança pública (administrantes) é, certamente, um dos fatores que influenciam na qualidade serviço prestado pelos Estados e União, à população. Por isso, a importância da participação do agente local na formulação, gestão e fiscalização da segurança pública ganha destaque no Projeto Segurança Cidadã, principalmente nas áreas de prevenção à violência e à criminalidade. Essa aproximação entre agentes de segurança pública e sociedade civil já vem sendo adotada em diversas partes do mundo como Policiamento Comunitário ou Polícia de Proximidade. Tal metodologia está baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a desorganização social dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área. Quem pode ter mais conhecimento direto dos problemas de segurança do que as próprias comunidades, que convivem, diariamente, e de maneira muito próxima, com eles?

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 343
8
SRA/DJ029-SEGURANÇA CIDADÃ

Existem situações em que a proximidade entre municípios faz com que os efeitos da criminalidade local sejam sentidos além dos limites territoriais do município em que esses crimes ocorrem. Por isso, a aproximação entre municípios vizinhos, por meio do desenvolvimento de consórcios municipais, é uma estratégia que permite que se otimize esforços e recursos financeiros no enfrentamento à violência em toda a região, sem, no entanto, interferir na autonomia de cada ente em conduzir sua própria política para a segurança.

A Senasp tem incentivado a formação de consórcios municipais como forma de viabilizar o apoio do governo brasileiro a programas de prevenção à violência e à criminalidade, otimizando esforços e recursos na busca da padronização de ações.

Estão em fase de implantação os Consórcios das regiões metropolitanas de Recife - PE e Vitória – ES.

No caso de Pernambuco, Ministério da Justiça e o Governo do Estado assinaram convênio de liberação de verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública para a formação do "Programa de Defesa Social e Prevenção da Violência da Região Metropolitana de Recife".

O Consórcio Metropolitano de Recife é uma iniciativa pioneira no país e vai implantar novas práticas de planejamento e gestão integrada para a prevenção da violência entre 14 municípios da região metropolitana do Recife. O projeto é modelo de prevenção da violência para todas as regiões metropolitanas do país, uma vez que integra os órgãos de segurança pública nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal - e também constitui uma rede de municípios que atuam em conjunto na prevenção à criminalidade. Esta atuação acontece com enfoque também em questões sociais e na melhoria da infra-estrutura dos municípios.

A idéia é deflagrar e dar gerenciamento a um processo sustentado de redução dos índices de criminalidade na região.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 344
BRASIL-SEGURANÇA CIDADÃ

Para viabilizar a efetiva inserção da municipalidade e a participação da comunidade na definição das políticas de segurança pública local, antes de qualquer coisa, é necessário adequar e estabelecer os instrumentos operacionais de ação, avançando além da constituição e manutenção de uma Guarda Municipal. São alguns desses instrumentos:

Plano Municipal de Ordem Pública: para que uma política seja bem sucedida, precisa, antes, também estar devidamente planejada, com seus objetivos bem definidos. O Município deve indicar, de forma clara, os princípios, as atividades e as metas que orientarão sua atuação na área, por meio do desenvolvimento, em parceira com o Conselho Municipal de Segurança Pública, de um Plano Municipal de Segurança Pública, que nada mais é do que a **integração de programas e projetos** que traduzem a estratégia local para o enfrentamento da violência e da criminalidade. Além disso, a apresentação de um Plano Municipal de Segurança Pública, à Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP é um dos requisitos obrigatórios para que o Município possa pleitear recursos do Fundo Nacional do Ministério da Justiça. Esse Plano deve ser elaborado com base nas diretrizes que orientam o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, ou seja, deve estar focado em ações sociais de prevenção, no planejamento e em ações integradas com as demais agências de segurança pública, focados em áreas e populações em risco e, finalmente, na formação da Guarda Municipal de acordo com os princípios de ética, cidadania, direitos humanos e resolução pacífica de conflitos, tendo como elementos centrais:

- Fortalecimento e integração das instituições: o tema da segurança pública deve ser tratado com prioridade pelas lideranças locais, que devem coordenar o desenvolvimento de uma ampla rede de cooperação, juntamente com as demais agências que compõem o sistema de justiça criminal e a sociedade civil.
- Fortalecimento da cultura cidadã: de acordo com a Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. A participação da cidadania nos processos de elaboração, gestão e fiscalização do plano municipal de segurança pública é fundamental para o bom desempenho do mesmo. A segurança de um, depende da colaboração de todos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 345
BR/DF/0029-SEGURANÇA CIDADÃ

- Inclusão social de populações em situação de risco: ações sociais devem ser direcionadas a grupos vulneráveis, como jovens e crianças em conflito com a lei, egressos do sistema prisional, jovens e adultos desempregados e com pouca escolaridade, no sentido de incorporá-los em atividades educativas, culturais, esportivas, de capacitação e emprego.
- Melhoramento dos espaços públicos: a percepção de um ambiente harmonioso, belo e saudável é condição básica para melhorar o sentimento de segurança na população. Por isso, intervenções que busquem o embelezamento e ornamentação de ruas e praças, iluminação e limpeza urbana, regularização de atividades comerciais, realização de eventos de lazer e culturais, em áreas de risco, contribuem positivamente para a redução da violência e da criminalidade no âmbito local.
- Ampliação do acesso à Justiça: as dificuldades encontradas, principalmente pelas populações em situação de risco, de terem acesso a serviços de justiça acabam gerando uma descrença geral nas instituições do Estado, o que alimenta o sentimento de impunidade e, por conseqüência, a criminalidade. Assim, mecanismos que visem garantir o acesso à justiça, como centros de conciliação e mediação, balcão de direitos e assistência jurídica gratuita em áreas de risco devem estar entre os focos do Plano Municipal.

Unidade Gestora da Política Municipal: com a tarefa de **coordenação** das ações municipais de segurança pública, uma unidade gestora deve ser criada e estruturada de modo a viabilizar a **integração** entre os diversos órgãos e atores que participam no desenvolvimento de atividades que, de alguma forma, dizem respeito à segurança pública, tais como, a Guarda Municipal, as Polícias, justiça, saúde, cultura, educação, esporte, lazer, serviços urbanos, etc. É fundamental que essa unidade disponha de instrumentos de **gestão da informação** que lhe permitam desenvolver um mapa da criminalidade no âmbito do município, visando o desenvolvimento de ações concentradas nas áreas em que forem diagnosticados os maiores índices de violência e criminalidade. Para isso, será necessária uma forte articulação com os órgãos estaduais de segurança, como as Polícias Civil e Militar, no sentido de que sejam disponibilizadas as informações relacionadas ao município e região. Assim,

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 316
BRASÍLIA-DF-SEGURANÇA CIDADÃ

para que a unidade possa melhor alcançar seus objetivos, deve estar vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, pois, desta forma, evita eventuais fragmentações, ocasionadas pelo atrelamento a uma pasta específica, apenas.

Conselho Municipal de Segurança Pública: a participação da comunidade na definição e fiscalização das ações de segurança pública é um dos pilares da política municipal para o setor. O **controle social** das instituições é fundamental para a democratização e transparência das políticas, revestindo-as de um caráter verdadeiramente público.

Guarda Municipal: atualmente, o único instrumento operacional do Município, voltado especificamente para a segurança pública, é a Guarda Municipal. A ela destina-se, por determinação constitucional, a proteção dos bens, serviços e instalações pertencentes ao Município. Essa limitação, no entanto, não deve ser empecilho para que as Guardas passem a ter uma função mais ativa e metas mais claras de ação em relação à segurança pública, pois, é possível avançar muito, qualificando o seu trabalho, sem que seja preciso alterar a Constituição. Exemplo disso é a contribuição que as Guardas podem dar, sempre em **cooperação com as polícias**, para a solução de pequenos problemas de ordem pública, que poderiam vir a tornarem-se situações mais graves, por meio do contato mais direto com a população, que possibilite perceber detalhes e particularidades que, ás vezes, passam desapercebidos pelas Polícias. Utilizando técnicas de **diálogo e mediação de conflitos**, estarão agindo na **prevenção à violência e à criminalidade**. Para o desempenho dessas novas funções, algumas ações prévias precisam ser realizadas, tais como:

a) levantamento da atual situação da Guarda: contingente, logística, metodologia de formação, plano de carreira, metodologia operacional, etc;

b) desenvolvimento de um Planejamento Estratégico para a Guarda, que considere os resultados do diagnóstico;

c) reciclagem da Guarda de acordo com as diretrizes que orientam o SUSP, de modo a capacitá-la para atuar de forma mais próxima à comunidade.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 347
8
BRASIL 2009-SEGURANÇA CIDADÃ

d) implementação de um Programa de Valorização Profissional.

Desta forma, a Guarda Municipal estará apta a iniciar uma nova fase em sua história, a de protagonista na segurança pública, mediante a busca dos seguintes objetivos:

- atuação preventiva, no território do município, em cooperação permanente com as polícias e a comunidade;
- proteção dos patrimônios pertencentes ao Município;
- coleta, análise e organização de informações, por meio da adoção do geoprocessamento;
- interação com programas sociais governamentais e da sociedade civil;

Fundo Municipal de Segurança Pública: para tornarem-se permanentes e adquirirem um caráter institucional, as ações de segurança pública municipal devem estar baseadas em **fontes de financiamento regulares**. A criação de um Fundo Municipal de Segurança Pública (FMSP), fiscalizado pelo Conselho Municipal, possibilitará ao Município canalizar os recursos provenientes das diversas fontes existentes, viabilizando um melhor planejamento da política de segurança local, visto que a mesma contará com uma previsão orçamentária mais compatível com as suas demandas. O Fundo também permitirá que a sociedade civil possa apoiar financeiramente os projetos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 348
8
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Durante as décadas de 60 e 70, o Brasil assolado por um quadro de pobreza e desigualdade, foi movido por um processo acelerado de industrialização que se desembocou no milagre brasileiro. O PNUD apoiou o país na construção dos setores de infra-estrutura básica e de alta tecnologia atuando como fonte financiadora de projetos e catalisador de assistência técnica e tecnológica internacional, trazendo os melhores especialistas mundiais nas áreas de aviação civil, telecomunicações, tecnologia industrial e alimentar, pesquisa agrícola, e promoveu estudos macroeconômico e diagnósticos para subsidiar a tomada de decisão sobre investimentos nacionais prioritários. Também apoiou o treinamento de técnicos brasileiros, que transmitiram seus novos conhecimentos a países da América Latina e africanos de língua portuguesa.

Na década de 80 o Brasil em recessão, com inflação disparada, à dimensão anterior, vieram-se somar as metas de desenvolvimento econômico. O PNUD passou a identificar profissionais brasileiros capazes de contribuir na implementação de projetos sob execução nacional em áreas como educação, gestão ambiental, sáude, agricultura e telecomunicações, atuando ainda como doador financeiro e catalizador de assistência técnica e tecnológica internacional. Agregou, entretanto à sua agenda, a **gestão de projetos**.

Na década de 90 o modelo econômico do Brasil transformado abriu sua economia para o mercado externo e entrou na área da reforma do estado e privatizações. O PNUD evoluiu para o conceito de **cooperação para o desenvolvimento** na qual os países são responsáveis pelo financiamento e execução de seus projetos, agregando sua independência e imparcialidade; transparência na gestão de projetos; acesso às soluções e experiências de outros países; liderança na organização de fóruns internacionais para discussão de problemas globais.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 349
8
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Também nessa década, lançou as bases teóricas do desenvolvimento humano sustentável, passou a elaborar o relatório de desenvolvimento humano sustentável e criou o índice de desenvolvimento humano cuja utilização passa a ser utilizado como instrumento na formulação de políticas sociais no Brasil, contribuindo de forma inédita para definição de metas e prioridades governamentais. Ao final da década de 90, o PNUD sofisticou tecnologicamente suas redes de contato e desenhou suas redes de conhecimento para conectar experiências de desenvolvimento no mundo, reforçando seu papel de catalizador dos atores envolvidos e passando a realizar acordos de cooperação com estados, municípios, agências reguladoras, setor privado e ONG"s, além do governo federal.

A partir de 2003, o PNUD passa a considerar entre os fatores determinantes para a retomada do desenvolvimento do país, a questão do enfrentamento da violência e da impunidade. Firma-se então com o Ministério da Justiça, o primeiro Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento, com recursos de doação. Ao final de 2003, os Projetos BRA/03/003, BRA/03/023, BRA/03/031 e BRA/03/033, envolvendo aportes financeiros no montante de US$ 826.000,00 (oitocentos e vinte e seis mil dólares), haviam sido firmados visando fortalecer, via modernização da gestão, as instituições de segurança pública e justiça.

Ainda no final de 2003, o PNUD, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Serviço Nacional das Industrias (SESI), e a SENASP, firmaram acordo de coooperação para elaboração de estudos em nove diferentes áreas temáticas da segurança pública, visando subsidiar a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Ressalta-se que a FIRJAN foi pioneira na iniciativa de agregar o apoio de empresários à política de segurança pública de Estado que a SENASP vem buscando implementar em cooperação com estados e municipios.

Também em 2003, o PNUD colaborou na elaboração da Carta Consulta, ora em análise, na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando buscar para o Ministério da Justiça a autorização para iniciar as negociações de um acordo de empréstimo no valor de US$ 250.000.000,00

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 350
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

(duzentos e cinqüenta milhões de dólares), a ser executado em 7 anos, denominado Projeto "Segurança Cidadã", que oferece como contrapartida US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Objetivos do Projeto de Cooperação Técnica.

O objetivo geral do presente projeto é a implantação da filosofia da Segurança Cidadã como matriz estruturante das políticas, estratégias e ações no campo da segurança pública estadual, tanto no nível do Governo do Estado quanto nos Governos Municipais, proporcionando assim ao cidadão baiano um aumento da sensação de segurança e melhoria da qualidade de vida.

Como objetivos secundários, citam-se:

- desenvolvimento de produtos, metodologias e tecnologias nas diversas áreas da segurança pública que possam ser testados e implementados nos órgãos de segurança pública estaduais;
- fortalecimento institucional da SESED e dos seus órgãos vinculados, dotando-os de modelos e instrumentos gerenciais, e de sistemas de monitoramento e avaliação;
- fortalecimento das relações entre a estrutura de segurança pública e a sociedade, promovendo a cidadania e;
- promoção de ações de âmbito local que permitam a prevenção primária do crime e o aumento da segurança.

Iniciativas já desenvolvidas no Estado

As iniciativas de segurança cidadã empreendidas pelo governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed), envolvem a participação da sociedade no esforço pela melhoria dos indicadores de segurança, em um trabalho articulado entre as polícias e a comunidade.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 352
9
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

O ponto mais visível desse programa é a Polícia do Bairro, existente em 14 comunidades de Natal, com postos fixos e outros oito em construção. Em Mossoró, estão sendo construídas três novas unidades e reformadas outras cinco. Desde o início do governo Wilma de Faria, a meta é construir 50 bases fixas, levando o programa a outras cidades como Caicó, Currais Novos e Pau dos Ferros.

O programa já funciona em Natal, Mossoró, Parnamirim e São Gonçalo. Em alguns casos, a comunidade, empresas e organizações não governamentais colaboram com a construção dos prédios. Até o momento, o governo estadual já investiu mais de R$ 1,5 milhão nessas bases.

Outros exemplos de ações voltadas para a segurança cidadã são a parceria com o Sindbuggy, entidade que reúne 720 profissionais bugueiros, cadastrados. Em janeiro de 2005, vinte desses integrantes da categoria foram treinados em salvamento aquático, primeiros-socorros, legislação de trânsito, meio ambiente e direção defensiva, numa parceria entre a Secretaria da Segurança Pública e o Detran-RN. A idéia do secretário Glauberto Bezerra, sob orientação da governadora, é levar iniciativa semelhante aos barraqueiros das praias da Grande Natal, que com conhecimentos básicos, como os obtidos pelos bugueiros poderão ajudar a salva rvidas.

Segurança Condominial também não foi esquecida, mesmo não sendo responsabilidade direta do poder público. O Secovi, sindicato que reúne mais de 900 empresas de administração de condomínios e espaços residenciais da área metropolitana está estabelecendo parceria com a Sesed. O objetivo é treinar porteiros e zeladores em noções elementares para oferecer melhor segurança aos moradores desses locais.

Em 2005, a Segurança Pública deve enviar policiais e observadores para conhecer experiências de policiamento comunitário no Chile e no Canadá. Os policiais são justamente aqueles que estão na linha de frente, lidando e convivendo com a população dos bairros todos os dias.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 352
BR/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Parcerias com Organizações Não-Governamentais também estão sendo realizadas para melhorar a área de segurança. A ONG Resposta e a Secretaria estão elaborando um convênio para compartilhar o acesso às estatísticas sobre violência sexual e exploração do sexo turismo. A entidade deve colaborar com a Sesed na sugestão de políticas de atendimento as vítimas, menores de idade, e combate ao problema.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 353
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

ESTRATÉGIAS

Estratégias Gerais do Projeto

Ciente da importância da questão da segurança pública nas três esferas de Governo para a proteção e bem estar da população, o Governo Federal prioriza a implantação de um modelo de gestão para a segurança fundamentado em políticas públicas eficientes e que possibilitem a ampliação da segurança da população.
Para efeito de gerar intervenções voltadas a aumentar a eficiência, a eficácia e dar sustentabilidade à ação dos Governos Federais e Estaduais no setor de segurança pública, definiram-se, inicialmente, as estratégias gerais que devem pautar o Projeto de Cooperação Técnica e que podem ser sumariadas nos seguintes pontos:

(a) os objetivos e metas do Projeto de Cooperação Técnica devem convergir para as prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Segurança Pública e no Planejamento Estratégico da SENASP 2004/2006;

(b) os objetivos e metas do Projeto de Cooperação Técnica devem estar contidos no Projeto Segurança Cidadã, referente ao futuro Acordo de Empréstimo entre o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, fortalecendo-o, complementando-o, viabilizando-o, agilizando-o e aumentando a eficiência e eficácia de sua execução e gestão;

(c) O Projeto de Cooperação Técnica deve ser focalizado em áreas onde o PNUD pode agregar valor em função de sua expertise interna, em especial na área de gestão de programas e projetos de cooperação técnica;

(d) O Projeto de Cooperação Técnica deve contribuir para garantir a continuidade, disseminação e sustentabilidade de experiências exitosas; para a revisão e o ajuste de intervenções avaliadas como válidas, porém apresentando pontos insatisfatórios, e cancelamento de experiências mal sucedidas. O Projeto deve, portanto, enfatizar a realização de avaliações de experiências desenvolvidas nos Estados e Municípios, pela Secretaria

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 354
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Nacional de segurança Pública e pelas Secretarias de Segurança Pública dos Estados ou por outras organizações.

(e) O Projeto de Cooperação Técnica deve contribuir para melhorar o registro, a monitoria e a avaliação das intervenções da Secretaria, fortalecendo a formação de uma memória institucional e de uma cultura de avaliação e registro de atividades.

(f) E, finalmente, o projeto deve privilegiar sistemas de planejamento, avaliação e monitoramento participativos, coordenados pela SENASP. Esses sistemas devem identificar e eleger metas que permitam o acompanhamento do desempenho da política de segurança pública, fortalecendo a capacidade de gerenciamento das instituições de segurança pública e a agilidade de reformulação e de aprimoramento das intervenções resultantes dessa política.

Estratégias Específicas do Projeto

O Projeto Segurança Cidadã está centrado em três grandes frentes de atuação, ou três grandes resultados, considerando os fundamentos teóricos apresentados anteriormente:

- Fortalecimento do Poder Local, envolvendo-se aqui prefeituras municipais e a sociedade em geral.
- Fortalecimento dos órgãos policiais.
- Gestão eficiente do projeto.

O primeiro trata principalmente da sensibilização e capacitação de Prefeitos, líderes comunitários, corpo técnico municipal e gestores de organizações não-governamentais para o desenvolvimento de ações segundo a filosofia da segurança cidadã. Já o segundo tem o objetivo também de sensibilizar e capacitar policiais para a atuação segundo essa nova filosofia, mas vai além buscando ainda a modernização das estruturas organizacionais e de gestão das instituições integrantes do sistema estadual de segurança pública. E o terceiro objetiva constituir uma unidade especializada capaz de gerenciar a execução das ações previstas no

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 355

Projeto de Cooperação Técnica, acompanhando o seu desenrolar e avaliando os resultados.

O conjunto de ações em cada região deverá ser basicamente o mesmo, consideradas as adaptações necessárias à absorção das diferenças regionais e problemas locais, e constará do seguinte:

Ações de fortalecimento do Poder Local:

- *Fortalecimento da comunidade para atuação em Segurança Cidadã* - o foco das ações para a comunidade é a sensibilização e capacitação para atuação segundo a nova filosofia. Sabe-se que no Brasil, e mormente no Estado do Rio Grande do Norte, existe uma fragilidade do tecido social que dificulta o desenvolvimento de ações comunitárias espontâneas e ordenadas, requerendo uma ação do estado no sentido de fortalecer o tecido social e revigorar o conceito de cidadania. Desta forma, pretende-se instalar um Núcleo de Capacitação em Segurança Comunitária para a comunidade, sediado inicialmente na Secretaria de Segurança Pública, o qual será responsável por coordenar as atividades de sensibilização e capacitação, além de preparar o material didático necessário. Através de multiplicadores, o Núcleo promoverá seminários e cursos para a comunidade. Paralelamente, deverá ser concebido por consultoria especializada o modelo para funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança e Frentes de Segurança local, construtos voltados para a mobilização da comunidade em prol de ações voltadas para a segurança. Para isso, será importante também considerar a experiência acumulada pela Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado da Bahia.

- *Formulação de políticas municipais de segurança:* foi mostrado anteriormente que a atuação do município tem grande impacto sobre as questões de segurança pública e cidadã, englobando-se aí ações que vão muito além da criação de Guardas Municipais. Assim, esse conjunto de ações visa principalmente a sensibilização dos Prefeitos Municipais e a capacitação dos seus corpos técnicos para a compreensão dessa questão e elaboração do Plano Municipal de Segurança Cidadã, documento

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 356
PROGRAMA SEGURANÇA CIDADÃ

basilar para o desenvolvimento de ações e projetos de âmbito municipal com vistas à oferta de maior segurança e qualidade de vida. Paralelo a isso, pretende-se também incentivar a criação nos municípios do Gabinete de Articulação Integrada em Segurança Cidadã, órgão de estrutura flexível, vinculado ao Prefeito Municipal, e com a tarefa de promover e articular ações entre as Secretarias do Município destinadas à promoção de segurança cidadã.

Ações de fortalecimento dos órgãos policiais:

- *Modernização da gestão dos órgãos de segurança pública:* este conjunto de ações tem por destino a melhoria do funcionamento dos processos de gestão das organizações componentes do sistema estadual de segurança pública, no caso do Rio Grande do Norte, a Secretaria de Defesa Social, A Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Técnica. O primeiro passo é a realização, através de consultoria especializada, de um diagnóstico institucional buscando apontar os principais problemas dessas organizações. Os resultados desse diagnóstico servirão de base para o estabelecimento de diretrizes de melhoria organizacional e para a elaboração, também com apoio de consultoria, de modelos para melhoria da gestão, projetos de intervenção organizacional. Aqui serão priorizadas 4 áreas: operacional, material-patrimonial, recursos humanos e financeira-orçamentária.

- *Implantação do policiamento comunitário nos órgãos policiais:* anteriormente foi mostrada a importância da implantação do policiamento comunitário como parte da segurança cidadã, visto que permite não só a melhoria do serviço prestado ao cidadão como também a abertura, nos organismos policiais, de canais de participação popular. Isso permitirá a implantação gradual e planejada da Polícia Cidadã nas Unidades Policiais situadas nos municípios envolvidos, através de modificações na estrutura e funcionamento das Unidades, capacitação de policiais para o policiamento comunitário, avaliação periódica da implantação e do desempenho da Unidade no policiamento comunitário e demais ações apontadas como necessárias à implantação.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 357
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

- *Capacitação dos profissionais de segurança pública:* complementando a promoção da mudança do paradigma de atuação dos policiais, está prevista também a realização de seminários, workshops e cursos objetivando a disseminação, entre os policiais, da filosofia da Segurança Cidadã e seus parâmetros de atuação. Esses eventos deverão ser desenvolvidos com apoio de consultoria especializada, a qual indicará a estrutura de conteúdos e material didático a ser produzido. A realização desses eventos poderá contar também com o apoio da Rede de Ensino à Distância que está sendo montada pela Secretaria de Defesa Social, em parceria com a SENASP ou ainda com a Rede Virtual da Secretaria de Educação do Estado. Ainda neste conjunto de ações, está prevista a integração da Secretaria da Segurança Pública no Portal de Segurança Humana, mantido pela SENASP, o qual servirá de ferramenta para o intercâmbio de conhecimentos entre os policiais.

- *Melhoria da capacidade de formulação e monitoramento de políticas públicas de segurança:* uma das grandes dificuldades para formulação e avaliação de políticas, projetos e ações em segurança pública no Estado é a existência de dados estatísticos precisos e fidedignos. Atualmente, cada um dos órgãos do sistema de segurança pública tem produzido a sua estatística, as quais nem sempre coincidem entre si, algumas vezes por impropriedade metodológica, outras por dificuldades na coleta de dados e daí por diante. A idéia aqui é estruturar um Observatório da Violência, nos moldes do que já existe em Bogotá – Colômbia, o qual se incumbirá de consolidar os dados estatísticos de criminalidade e violência e proceder às análises cabíveis. Isso permitirá um diagnóstico mais preciso dos problemas existentes e a adoção de medidas por parte dos órgãos policiais ou outras agências do Estado e do Município, bem como uma avaliação dos impactos dessas medidas.

- *Melhoria do modelo de funcionamento dos órgãos de controle interno e externo das instituições estaduais de segurança pública:* a aproximação entre organismos policiais e comunidade só poderá ocorrer na medida em que se estabelece laços de confiança entre as partes. No tocante aos policiais, os cursos específicos de Policiamento Comunitário e Segurança Cidadã ajudarão a mudar a percepção destes em relação à comunidade. Entretanto, no tocante à comunidade, outro nível de

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 358
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

ações precisa ser trabalhado além da própria promoção de cursos: o combate à corrupção e à violência policiais. Esta é uma área que vem sendo bastante impulsionada da gestão do atual Secretário de Defesa Social, com a criação da Corregedoria Geral da Segurança Pública e o aparelhamento das Corregedorias dos organismos policiais. Entretanto, ainda se faz necessário investir no aperfeiçoamento dos processos internos ligados à ação correicional, promovendo assim maior agilidade e melhor acompanhamento dos feitos investigatórios realizados. Por outro lado, também se faz necessário o investimento na Ouvidoria, ampliando os canais de participação do cidadão. Portanto, o que se pretende neste grupo de ações é o estudo e redesenho dos modelos de funcionamento dos órgãos de controle interno e externo, com apoio de consultoria especializada, levando à elaboração e implantação de projetos de intervenção organizacional.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 90
SEGURANÇA CIDADÃ

NOVO MODELO DE SEGURANÇA CIDADÃ PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DOCUMENTO DE PROJETO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA VIOLÊNCIA E DELINQUENCIA

BREVE DESCRIÇÃO O presente projeto tem como objetivo assegurar aos habitantes do Estado do Espírito Santo as condições de segurança necessárias para que possam gozar plenamente e exercer integralmente suas liberdades e direitos. O projeto visa fortalecer as ações já iniciadas pelo Estado em matéria de segurança cidadã, bem como integrá-las em um plano geral incluindo a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e os governos municipais, a modernização das instituições de segurança e um amplo conjunto de medidas de prevenção do delito e da violência. Para alcançar esses objetivos, o projeto está estruturado em três módulos

1) O fortalecimento da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP)

2) O fortalecimento do sistema de polícia estadual

3) O desenvolvimento e integração de um sistema de prevenção social da violência e da delinqüência

Parceiros: Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SESP).

Duração: 3 anos

Custo del proyecto:

Multiyear Funding Framework(MYFF): Goal, Service Line 2.4, Core Result e Country Program Outcome (**Consultar a Tabela MYFF 2004-2007 para a classificação do projeto**)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 413
BRA-04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Nos últimos cinqüenta anos a economia do Estado de Espírito Santo cresceu incessantemente (7,6% ao ano), atraindo a grandes proporções populacionais am partir da instalação de um centro industrial localizado na área metropolitana da Grande Vitória. A partir da década de sessenta, principalmente em razão da adoção de políticas de incentivos à industrialização, o ES experimentou profundas transformações econômicas, que trouxeram sofisticadas mudanças na urbanização, demografia, também sociais e culturais.

A ausência de planejamento, urbanização e serviços públicos básicos, características de os aglomerados populacionais resultantes do processo de crescimento industrial capixaba, acarretou um forte incremento populacional em áreas periféricas dos municípios de Vitória, Cariacica. Vila Velha, notadamente, o município de Serra , cuja população cresceu 378% somente durante a década de setenta, impactando sensivelmente os índices de violência, até então verificados na região. Como indicador dessa situação pode considerar-se a evolução da taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes registrada na Grande Vitória que variou de 12,75 em 1979 para 86,75 em 2004 (+580%) e o incremento da mesma taxa, no interior do Estado que, mesmo com um crescimento mais leve, também registrou uma variação importante de 12,59, em 1979, para 28,23, em 2004 (+124%).

Os altos índices de violência e criminalidade estão associados, no caso do ES, a grande disponibilidade de armas de fogo em mãos da população civil e também ao abuso de drogas e álcool, que aparecem como os fatores de risco mais freqüentes no caso da violência homicida. Em 2004, por exemplo, cerca de 79,3% dos homicídios do Estado foram cometidos com o uso de armas de fogo, o que confirma uma tendência local e nacional da utilização de armas de fogo no cometimento desse tipo de crime. Outro elemento a assinalar, coincidentemente com o que sucede em outros centros urbanos do subcontinente americano, é que a população mais afetada por atos de violência e crime, seja como vítimas ou agressores, são jovens e adultos do sexo masculino, de idades que variam dos 15 aos 34 anos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - PROGRAMA SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 99

Para o ano de 2004, as taxas de homicídios do interior do ES duplicaram e até triplicaram, no caso da região metropolitana de Vitória, a média nacional de 24 homicídios /100 mil hab. Nesse contexto, a segurança tornou-se objeto de debates de ação prioritária tanto para a sociedade como para o Governo Estadual e os Governos Municipais que iniciaram, ao mesmo tempo, mesmo de forma pouco articulada, diferentes ações tendentes a frear o espiral de violência. No Governo Estadual, cabe ressaltar que esses esforços ficaram limitados pela crise política e financeira pela qual atravessou o Executivo e o Legislativo capixabas no ano de 2002, deixando a burocracia estatal debilitada e com escassos recursos.

2. Situação prevista ao final do projeto

Em sentido geral, a partir do presente projeto se busca reduzir os níveis de violência e insegurança que acometem a comunidade do ES, intervindo sobre as causas sociais do delito e violência, e melhorando a qualidade da resposta institucional ao fenômeno. O fim último deste projeto é permitir à população o pleno gozo e o exercício integral de seus direitos e liberdades, condições básicas necessárias ao desenvolvimento humano.

Ao fim deste projeto, se espera ter iniciado um processo de decréscimo dos índices de violência e delito. Somado a isso, se espera contar com um novo sistema estadual de segurança pública, coerente com o paradigma da segurança cidadã, fortalecido desde o ponto de vista da sua organização e funcionamento, integrado com as demais áreas de governo, com um plano de ação claro para que cada um dos atores atenda, da maneira mais eficaz e eficiente, à prevenção da violência e da criminalidade, e com os agentes mais capacitados para responder aos desafios apresentados.

Como resultado específico do trabalho previsto, ao final, a SESP deverá ser fortalecida tanto em termos organizacionais quanto em sua capacidade de gestão do sistema de segurança pública estadual. Da mesma forma, estará sendo fortalecido o sistema policial (no sentido de se obter uma adequada resposta institucional ao delito) e também o sistema de prevenção social da violência e da criminalidade que será organizado de forma integrada com as diversas respostas empreendidas frente a um fenômeno de natureza multicausal, como é o da violência.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 416
8
SRN/04029-SEGURANÇA CIDADÃ

SEÇÃO I

PARTE I. A. ANÁLISE DA SITUAÇÃO

1. O problema a ser abordado

A América Latina é uma das regiões mais violentas do mundo. Na esteira disso, a sensação de insegurança tem-se estendido e incrementado por todo o continente, demonstrando que além dos fatos o fenômeno da violência e do crime também possuem um caráter subjetivo que deve ser atendido e contemplado.

Nos últimos anos, com o agravamento do problema, fica evidente que a violência e o delito não só representam grandes obstáculos ao pleno exercício dos direitos, liberdades e garantias cidadãs, senão que também pode afetar a governabilidade democrática e comprometer o desenvolvimento econômico de uma região. Em nosso continente um dos fatores que mais tem incidido nessa situação é a permanência de sistemas de segurança cidadã que, a partir da restauração da democracia, não foram concebidos nem reorganizados de acordo com as novas condições sociais e políticas. Como resultado desse processo anacrônico das instituições de segurança, entre outras coisas, por exemplo, existe a dificuldade do desenvolvimento de abordagens integrais do fenômeno da violência e da delinqüência. A ausência do estado em matéria de segurança cujo correlato imediato é a ampliação da autonomia policial para a gestão dos assuntos de segurança cidadã, somado também à exclusão sistemática da comunidade das instâncias de tomada de decisões sobre essas questões, dão conta da generalidade de um modelo de segurança que na região não há logrado deter o aumento exponencial dos níveis de violência e criminalidade nem controlar novas modalidades de crime.

Em resposta a essa situação, durante a última década muitos governos da região tem assumido a segurança cidadã e a governabilidade democrática do sistema de segurança cidadã como uma prioridade de suas agendas públicas. O Estado do Espírito Santo não te disso, nesse sentido, uma exceção.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASIL-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 415

3. Beneficiários previstos

Na medida em que o projeto espera iniciar o processo de diminuição dos índices de violência e delinqüência, o beneficiário principal do projeto é a população do Estado do Espírito Santo, quem desta forma gozará de melhores condições para realizar progressos em matéria de desenvolvimento humano. Em particular, a população diretamente beneficiada compreende aos envolvidos em programas de prevenção social da violência e o delito conduzidos pelas prefeituras de Vila Velha, Vitória, Serra e Cariacica, que são os quatro municípios da área metropolitana de Vitória donde se implementarão a maioria das iniciativas de prevenção social do delito previsto neste projeto.

Da mesma forma, as instituições diretamente beneficiadas pela execução deste projeto são, em primeiro plano, a SESP com seus órgãos e instituições de polícias estaduais e, em segundo plano, as prefeituras municipais supracitadas, com as quais se trabalhará em conjunto o desenvolvimento das várias iniciativas programadas. Indiretamente, se prevê que os benefícios se estendam a outras instituições do sistema de segurança cidadã.

PARTE I. B. ESTRATÉGIAS

Esse projeto propõe uma estratégia integral dirigida a fortalecer as instituições responsáveis de garantir as condições de segurança pública e a atender as causas sócio-culturais do fenômeno da violência e criminalidade a partir da adoção de uma série de medidas de caráter preventivo, fundamentalmente orientadas às populações e regiões de maior risco.

Pela magnitude da iniciativa, se prevê um processo gradual e complexo que terá início com o levantamento da situação tanto em termos dos problemas que se apresentam

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 416
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Da Agência Executora – Consórcio Binacional de Segurança Cidadã e Desenvolvimento Brasil / Uruguay

A Coordenação da implementação das ações previstas neste documento de projeto caberá a uma Unidade Gestora do Projeto – UGP, sediada no âmbito do _ _ _ _ _ _ _ , que atuará em estreita articulação com as outras coordenações e órgãos envolvidos,

O Diretor do Projeto é o Presidente do Consórcio - a quem cabe a responsabilidade sobre as ações do Projeto perante a ABC, a SENASP e o PNUD. Caberá à Unidade a elaboração dos termos de referência, acompanhamento técnico da execução das atividades e avaliação dos produtos e processos desenvolvidos, bem como a coordenação da gestão orçamentário-financeira do Projeto.

Com base nos subsídios técnicos propiciados pela coordenação acima mencionada, caberá à Unidade Gestora Projeto as seguintes atribuições:

1 – articular-se como PNUD, ABC/MRE, Senasp e o Consórcio, visando o desenvolvimento das atividades do projeto de cooperação técnica internacional;

2 – detalhar o plano de trabalho anualmente, estimar os recursos necessários à sua execução e informar ao PNUD para alimentar o processo de revisões mandatárias anuais;

3 – desenvolver procedimentos de repasse de recursos para os pagamentos previstos no PRODOC e suas revisões;

4 – detalhar as intervenções propostas no plano de trabalho do projeto de cooperação técnica, mediante a elaboração de termos de referência, especificações técnicas, em colaboração com o PNUD;

5 – apoiar a identificação de demandas por consultorias de curto, médio e longo prazos para prover assistência técnica às atividades previstas no PRODOC;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 8
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

6 – identificar consultores, fornecedores e estabelecer critérios para a sua seleção, em colaboração com o PNUD;

7 – desenvolver e manter sistemas de informações gerenciais, estatísticas e documentais do Projeto;

8 – participar da elaboração de editais para compra de bens e serviços técnicos, e das comissões de análise das propostas em processos licitatórios das aquisições para a execução do Projeto;

9 – supervisionar, controlar, avaliar e certificar a entrega de bens e serviços adquiridos, zelando pela observância dos padrões de qualidade especificados;

10 – responder pela gestão patrimonial dos bens adquiridos pelo Projeto;

11 – monitorar a implementação física e financeira do Projeto, elaborando relatórios de progresso de acordo com os modelos do PNUD e ABC;

12 – desenvolver, em conjunto com o PNUD, exercícios de avaliação de meio termo e final do Projeto de cooperação técnica;

13 – participar de reuniões tripartites anuais de monitoria e avaliação do Projeto;

14 – propor alterações/ revisões ao PNUD;

15 – responder a auditorias internas e externas do Projeto de cooperação técnica,mantendo arquivada a documentação necessária; e

16 – articular-se com o PNUD sobre assuntos pertinentes ao aspectos técnicos da implementação do Projeto.

Do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

O PNUD cooperará com o Consórcio desenvolvendo atividades de apoio técnico ao planejamento, implementação, monitoria e avaliação do mesmo e assistência nos processos de aquisição de bens e serviços e utilização de insumos. O PNUD ainda colocará a disposição do Consórcio seus mecanismos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 418
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

de preparação de documentos informativos, bem como de pagamento diretos a prestadores de serviços contratados no âmbito do Projeto. O PNUD envidará esforços no sentido de capacitar a equipe da UGP na execução dos produtos e atividades previstos neste Projeto. Nesse contexto, o PNUD proverá os seguintes serviços:

1) Assistência no recrutamento de profissionais para atuar no Projeto;
2) Identificação e apoio às atividades de treinamento, concessão de bolsas de estudo e viagens de estudo;
3) Apoio às atividades de aquisição de bens e serviços;
4) Acesso aos sistemas mundiais de informação gerenciados pelo PNUD;
5) Acesso à rede internacional de escritórios do PNUD;
6) Acesso aos sistemas do PNUD sobre informações operacionais, cadastros de consultores, fornecedores e serviços de cooperação para o desenvolvimento; e,
7) Acesso ao sistema de SAP, sistema corporativo, de monitoramento e gerenciamento de projetos.

A responsabilidade do escritório local do PNUD pela prestação de serviços de apoio deverá se limitar aos itens detalhados acima. As regras e os procedimentos para contratação de serviços; aquisição de material permanente e contratação de consultores, bem como as normas pertinentes para execução do Projeto são aquelas constantes do Manual de Procedimentos de Execução Nacional de Projetos do PNUD. A contratação dos profissionais não poderá exceder a duração do Projeto e não caracterizará, em qualquer circunstância, vínculo empregatício com a Agência Executora ou com o PNUD.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 419
PROGRAMA SEGURANÇA CIDADÃ

O Projeto ora proposto poderá sofrer adequações sugeridas pelo Diretor do Projeto, bem como pelo Representante Residente do PNUD, à medida que sua necessidade se justifique no âmbito do documento de projeto acordado com o Governo.

Os recursos financeiros para tal assistência estão definidos no orçamento e serão utilizados em conformidade com as Normas Financeiras e os Regulamentos do PNUD. Para prover os serviços acima mencionados, a Agência Executora, por meio deste documento, autoriza o Representante Residente do PNUD a utilizar diretamente os recursos previstos, nas sublinha (SBL) orçamentária identificada como -------, quando aplicável, dentro dos limites orçamentários aprovados e de acordo com as Normas Financeiras e os Regulamentos do PNUD.

Monitoramento e Avaliação

É reconhecida a ausência ou fragilidade das atividades de monitoria e avaliação de programas e projetos governamentais no país. Por outro lado, é crescente a demanda pelo controle social dos investimentos públicos pelas organizações da sociedade civil e mídia, o que requer a disponibilidade de informações atualizadas e de fácil acesso sobre o desempenho do setor público.

A resposta a essa demanda coincide com a implementação da ferramenta SAP no PNUD, que possibilita o monitoramento e acompanhamento físico-financeiro de projetos e assistências preparatórias. A presente Cooperação Técnica será monitorada e acompanhada por esta ferramenta, no nível de resultados, pelo PNUD e demais órgãos envolvidos. As informações contidas no SAP também serão de grande valia para o trabalho de auditoria externa e interna do Projeto. Tendo em vista que as informações sobre o desempenho do Projeto estarão automatizadas no SAP poderão facilmente ser disponibilizadas na Internet, imprimindo maior transparência ao Projeto, bem como ampliando a oportunidade de controle pela sociedade.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 420
9
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Além do SAP, o monitoramento do Projeto se dará por intermédio da elaboração de: (I) relatórios de progresso físico-financeiro, com informações quantitativas ajustadas à natureza das intervenções; e (II) relatórios descritivos com informações de caráter qualitativo detalhadas. Esses relatórios serão discutidos e apresentados nas reuniões tripartites programadas anualmente.

No que se refere à avaliação, o Projeto deverá contar com uma avaliação externa, contratada pelo PNUD a partir da elaboração conjunta do Termo de Referência, pelos órgãos envolvidos. Esta avaliação deverá observar as diretrizes que orientam a avaliação para os resultados e produtos do Projeto, buscando no seu desenho, processos de implementação, gestão, alocação e uso de insumos, bem como no contexto político, institucional e econômico do país ou regiões, os fatores explicativos de seu desempenho. A avaliação de meio termo será realizada de acordo com as orientações dos atores envolvidos na implementação desse Projeto, Consórcio, PNUD, Senasp e ABC. A avaliação final está prevista para meados de _/_/_.

Compartilhamento das lições do Projeto entre as partes envolvidas

O Projeto de Cooperação Técnica "Segurança Cidadã Binacional – Brasil / Uruguay, buscará, sempre que possível, desenvolver suas ações em parceria com as instituições federais, estaduais e municipais de segurança pública, as universidades, sociedade civil organizada e organizações não-governamentais, visando articular saberes e experiências diferenciadas, de forma a obter resultados integrados e evitando a justaposição.

Com base na metodologia de trabalho que se pretende adotar, firmada nos princípios do gerenciamento democrático, envolvendo o compartilhamento de responsabilidades, definição de prioridades e monitoramento e avaliação de resultados, espera-se que os avanços alcançados bem como as dificuldades de implementação sejam acompanhados ao longo da vigência do Projeto pelos diversos parceiros e atores sociais.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SENASP
Fls 431
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Pela sua relevância e caráter inovador das atividades previstas no documento de projeto, optou-se por inserir um componente específico para o monitoramento e avaliação do Projeto, de forma a permitir que suas lições sejam vivenciadas e aprendidas pelo conjunto das partes envolvidas e possibilitando, inclusive, a adaptação de suas experiências bem sucedidas para a aplicação autônoma pelos estados e municípios.

Riscos e como minimizá-los

O presente Projeto de Cooperação, embora tenha sido concebido para apoiar a implantação e aperfeiçoamento gerencial de um Programa de Segurança Pública Binacional, e assim já ter incorporado o apoio institucional de diversos parceiros estratégicos, enfrentará ao longo da sua execução diversas dificuldades e obstáculos para cuja superação estão previstas atividades e ações no âmbito do próprio Projeto. Dentre algumas das preocupações na execução do Projeto estão os seguintes itens:

a) Fragmentação gerada pela ação desarticulada na implementação da Política de Segurança Pública do Uruguai e a execução da Política Nacional, por meio da implantação do SUSP, entre as três esferas de governo.
b) Ausência de priorização da área de segurança pública como fator indispensável à política de desenvolvimento do estado e do país por parte de organismos multilaterais, governos, empresários e terceiro setor.
c) Aprofundamento da percepção por parte de alguns segmentos sociais de que a implementação de uma política de segurança pública democrática, portanto seguidora dos marcos legais dos direitos humanos, possa-se fazer sem o envolvimento direto e o protagonismo das forças policiais;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 432
PROGRAMA SEGURANÇA CIDADÃ

Insumos

CONSULTORES PRODUTO

Os parceiros oferecerão como contra-partida as equipes integrantes dos seus quadros, alocado no gabinete das prefeituras municipais ou departamentos, que em colaboração direta com as demais equipes técnicas gerenciará o conjunto de atividades e ações previstas no documento de projeto. Para, além disso, disponibilizará todos os seus recursos de infra-estrutura e logística para apoiar a implementação do Projeto.

As regras e os procedimentos para contratação de profissionais para a elaboração de produtos, adotadas pelo Projeto, são compatíveis com as Normas Técnicas e Administrativas do PNUD e estão em conformidade com o estabelecido no Decreto Nº 5.151, de 23/07/2004, e, com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, homologado pela 15ª Vara do Trabalho de Brasília no dia 07 de junho 2002 e documento de Prorrogação datado de 23/07/2004.

A cada contratação deverá ser elaborado Termo de Referência específico, com detalhamento do propósito da contratação, descrição dos produtos esperados e/ou das atividades a serem desenvolvidas, qualificações profissionais exigidas, entre outros quesitos.

Os produtos advindos dessas consultorias são específicos e demandam especialização apropriada. Nesse sentido, o Decreto Nº 5.151/04 determina que a consultoria deverá ser realizada por profissional de nível superior, graduado em área relacionada ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional, ou excepcionalmente, em não preenchendo o requisito de escolaridade mínima, tenha notório conhecimento da matéria afeta ao Projeto. Os consultores contratados desempenharam suas atividades de forma temporária e sem

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 463
8
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

subordinação jurídica, estando suas atividades exclusiva e obrigatoriamente vinculadas aos objetivos constantes dos documentos de Projeto.

Por la magnitud de la iniciativa, se prevé un proceso gradual y complejo que se iniciará con una estimación del estado de situación tanto en términos de los problemas que se afrontan (envergadura, evolución y naturaleza de los hechos de violencia y delito sucedidos en el ámbito del estado de Espírito Santo), como de las fortalezas, deficiencias y necesidades de las agencias del Estado que intervienen para prevenir y controlar este fenómeno. A partir de este diagnóstico se elaborará un plan integral de seguridad ciudadana, cuyo espíritu deberá ser el de integrar y constituir un sistema de seguridad ciudadana coherente, minimizando la superposición de acciones y tendiendo a un manejo más eficiente de los recursos humanos, técnicos y también financieros. La concertación y formulación de este plan es un aspecto clave del proyecto, pues el Estado de Espírito Santo al igual que las prefeituras del área metropolitana de Gran Vitória cuentan con muchas iniciativas interesantes en curso que requieren un mayor grado de coordinación y

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 439
8
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

conducción. En ese marco, el diagnóstico y el plan sientan las bases de un proceso de cambio que se inicia con este proyecto pero que se apoya en las capacidades instaladas y espera potenciarlas.

De manera simultánea a la elaboración del diagnóstico y la formulación del Plan integral de seguridad ciudadana, se emprenderán algunas iniciativas que han sido identificadas como centrales para reformar y modernizar las instituciones del sector. Entre ellas se encuentran iniciativas de fortalecimiento de la Secretaría Estadual de Seguridad Pública, que es el órgano responsable del gobierno de la seguridad y, por ende, también de las políticas del sector. Para alcanzar este objetivo se emprenderán acciones como: la creación de un observatorio de violencia y criminalidad, la creación de un área de inteligencia criminal, el desarrollo de un sistema de coordinación e integración de la gestión local de la seguridad ciudadana, una ley general de seguridad ciudadana y un plan de reforma y modernización institucional de la misma SESP. Cabe señalar que el Plan integral de seguridad ciudadana también debe entenderse como una actividad central de fortalecimiento institucional de la propia SESP.

El otro componente del proyecto en materia institucional está dado por la necesidad de promover el fortalecimiento de los cuerpos de policía estaduales, que son los cuerpos responsables de la ejecución de las políticas de prevención institucional y control de la violencia y el delito. Con esta finalidad se instrumentará un programa de desarrollo institucional de los órganos policiales, un Plan de reordenamiento del funcionamiento institucional, y también un plan de reforma del sistema de formación de los agentes de seguridad pública.

Paralelamente, también se emprenderán acciones tendientes a lograr la integración y el desarrollo de un sistema de prevención social de la violencia y el crimen. Para ello se creará un sistema integrado de gestión de redes de programas sociales, se impulsarán programas de apoyo familiar y prevención de la evasión escolar, programas de acceso a la justicia, campañas de estímulo al desarme voluntario y de prevención del uso y abuso de alcohol y otras drogas, proyectos de recuperación de ambientes urbanos y de promoción de una cultura ciudadana.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
Fls. 935

1. Cooperación técnica con la Organización de Naciones Unidas/ Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD)

Durante las décadas del 60 y 70 el Brasil, aquejado por un cuadro de pobreza y desigualdad, fue cambiado por un proceso acelerado de industrialización que desembocó en el milagro brasilero. El PNUD apoyó al país en la construcción de sectores de infraestructura básica y de alta tecnología actuando como fuente financiadora de proyectos y catalizador de asistencia técnica y tecnológica internacional, trayendo los mejores especialistas mundiales en áreas como aviación civil, telecomunicaciones, tecnología industrial y alimentaria, investigación agrícola, y promoviendo estudios macroeconómicos y diagnósticos para apoyar la toma de decisiones sobre inversiones nacionales prioritarias. También apoyó el entrenamiento de técnicos brasileros que transmitieron sus nuevos conocimientos a países de América Latina y países africanos de lengua portuguesa.

En la década del 80 el Brasil en recesión, con inflación disparada, vio variar sus metas de desarrollo económico. El PNUD pasó a identificar profesionales brasileros capaces de contribuir a la implementación de proyectos de ejecución nacional en áreas como educación, gestión ambiental, salud, agricultura y telecomunicaciones, actuando también como actor financiero y catalizador de asistencia técnica y tecnológica internacional. Agregó, entre tanto a su agenda, la gestión de proyectos.

En la década del 90, el modelo económico del Brasil se transformó. El país abrió su economía para el mercado externo y entró en el área de reforma del Estado y de las privatizaciones. El PNUD evolucionó para el concepto de cooperación para el desarrollo en el cual los países de la región son responsables por el financiamiento y la ejecución de sus proyectos, agregando el PNUD independencia e imparcialidad; transparencia en la gestión de proyectos; acceso a soluciones y experiencias de otros países; y liderazgo en la organización de foros internacionales para la discusión de problemas globales.

También en esa década, el PNUD lanzó sus bases teóricas de desarrollo humano sustentable, pasó a elaborar el relatorio de desarrollo humano sustentable y creo el índice de desarrollo humano que pasó a ser un instrumento central de la formulación de políticas sociales de Brasil, contribuyendo de forma inédita para la definición de metas y

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 426
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

prioridades gubernamentales. Al final de la década del 90, el PNUD hizo más tecnológicamente sofisticadas sus redes de contacto y desarrolló sus redes de conocimiento para conectar experiencias de desarrollo de todo el mundo, reforzando su papel de catalizador de actores involucrados y pasando a realizar acuerdos de cooperación con los estados, municipios, agencias reguladoras, el sector privado, y ONGs, además del gobierno federal.

Así, a partir del 2003, el PNUD pasó a considerar la cuestión del enfrentamiento a la violencia y la impunidad como un factor determinante para retomar el desarrollo de un país. Se firmó, entonces, con el Ministerio de Justicia, el primer Acuerdo de Cooperación para el Desarrollo a partir de la mejora de las condiciones de seguridad ciudadana, con recursos de donación. Al final del año 2003, los Proyectos BRA/03/003, BRA/03/023, BRA/03/031 e BRA/03/033, envolviendo aportes financieros por un monto de US$ 826.000,00 (ochocientos veintiséis mil dólares), habían sido firmados buscando fortalecer, vía la modernización de la gestión, las instituciones de seguridad pública y justicia.

Además, al final del año 2003, el PNUD, la Federación de Industrias de Río de Janeiro (FIRJAN), el Servicio Nacional de Industrias (SESI), y la SENASP, firmaron un acuerdo de cooperación para la elaboración de estudios en nueve diferentes áreas temáticas de seguridad pública, marcando el inicio de la **I Fase del Proyecto de Seguridad Ciudadana,** para subsidiar la implementación del Sistema Único de Seguridad Pública (SUSP), por medio del desarrollo de **bases teóricas**. Resáltese que la FIRJAN fue pionera en la iniciativa de agregar el apoyo de empresarios a una política de seguridad pública de Estado que la SENASP viene buscando implementar en cooperación con Estados Federados y Municipios.

También en el año 2003, el PNUD colaboró en la elaboración de la Carta de Consulta, ahora en análisis en la Secretaría de Asuntos Internacionales del Ministerio de Planeamiento, Presupuesto y Gestión, intentando buscar para el Ministerio de Justicia autorizaciones para iniciar las negociaciones de un acuerdo de préstamo en un valor US$ 250.000.000,00 (dos cientos cincuenta millones de dólares), que deberán estar comprendidos en la **III FASE del Proyecto de "Segurança Cidadã"**, teniendo como

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
Fls. 438
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

contrapartida US$ 100.000.000,00 (cien millones de dólares) del Fondo Nacional de Seguridad Pública.

En el nivel regional en América Latina, durante los últimos años, el PNUD ha acumulado experiencia corporativa relevante, tanto a nivel nacional como local, como resultado de varias actividades en prevención del conflicto, reforma institucional y construcción de capacidades para la gobernabilidad democrática. Como resultado de esta experiencia, PNUD presenta ciertas ventajas comparativas importantes en tanto que socio para la conducción de reformas en el sector de seguridad. Durante 2003 y 2004, PNUD percibió un incremento en la demanda de los gobiernos de América Latina y Caribe por asistencia técnica y asesoría en políticas relacionadas a la seguridad ciudadana. El incremento de la demanda fomentó el desarrollo de una iniciativa regional basada en los esfuerzos de reforma de los sistemas de seguridad de países como Nicaragua, El Salvador, Colombia, República Dominicana, Paraguay y Argentina. La iniciativa regional propone un abordaje integral basado en el fortalecimiento de las capacidades institucionales del gobierno de la seguridad y en la consideración de factores tales como la pobreza y la exclusión social en la elaboración de las políticas del sector. La iniciativa regional incluye muchos aspectos tales como alianzas con centros de excelencia y entidades que acumulan conocimiento en el tópico y el desarrollo de instrumentos y metodologías para ayudar a construir capacidades y fortalecer instituciones.

Por las razones señalas, PNUD ha desarrollado un conjunto de instrumentos y herramientas que recuperan las mejores prácticas sobre seguridad ciudadana de la región y también pone a disposición de los gobiernos del continente Latinoamericano su red de expertos certificados, quienes tienen experiencia concreta y exitosa en sus respectivos países. Las herramientas desarrolladas para dar asistencia en la formulación de políticas de seguridad ciudadana de prevención y control del delito y la violencia y de reforma y modernización de las instituciones del sector fueron concebidas cómo guías de apoyo a las autoridades gubernamentales del nivel nacional, estadual e inclusive local en el desarrollo de sus funciones públicas. Entre los principales instrumentos desarrollados a estos fines está: una guía para evaluación del estado de la seguridad ciudadana en América Latina que provee lineamientos para organizar un diagnóstico comprensivo tanto de la situación de violencia y delito como del sistema institucional de seguridad

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 428
BRASIL 029-SEGURANÇA CIDADÃ

ciudadana; herramientas programáticas que se sustentan en buenas prácticas y brindan instrumentos para el diseño de programas y políticas de seguridad ciudadana, herramientas de evaluación de impacto desarrolladas para ponderar los resultados concretos de las iniciativas emprendidas; y cursos de capacitación y formación en seguridad ciudadana diseñados especialmente para funcionarios con responsabilidades en la planificación, implementación, gestión y evaluación de políticas de seguridad ciudadana.

2. Estrategia de país

La Secretaría Estadual de Seguridad Pública es el órgano del Poder Ejecutivo Estadual con responsabilidad directa sobre el gobierno del sistema de seguridad ciudadana y la definición políticas y estrategias de prevención y control de la violencia y el delito y de reforma y modernización de las instituciones del sistema. Esta Secretaría tiene bajo su órbita las fuerzas de policía del Estado (Policía Militar y Policía Civil) y otros cuerpos de servicios de defensa social (Cuerpo de Bomberos Militar del Estado de Espírito Santo y Departamento Estadual de Tránsito –DETRAN-). La Policía Militar tiene atribuciones de policiamiento ostensivo preventivo, mientras que la Policía Civil es responsable de las labores investigativas de policía judicial y de tareas de policiamiento represivo. Por su parte, el Cuerpo de Bomberos es responsable de la defensa social, y la búsqueda y salvataje de personas; y la DETRAN es la institución encargada de otorgar licencias de conducir y fiscalizar y organizar el tránsito.

El objetivo actual de la SESP puede sintetizarse en el producir mejoras sustanciales, inmediatas y de mediano plazo, en la seguridad ciudadana del Estado de Espirito Santo. Esta institución, junto con sus dependencias y cuerpos subordinados, tiene como meta movilizadora para el año 2006 profundizar la integración de las instituciones públicas federales, estaduales y municipales y la comunidad en el combate de la criminalidad, presentar resultados visibles en acciones para desarticular el crimen organizado, especialmente en lo que atañe a corrupción, al tráfico de estupefacientes y de carga, reducir sustancialmente los indicadores de violencia (principalmente de los índices de homicidio del Estado), reducir los niveles de delitos contra el patrimonio, aumentar la

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 439
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

incautación de estupefacientes, transferir presos de las delegacías al sistema de prisiones y realizar en gran escala el desarme de la población

Con estos objetivos, la SESP ya ha iniciado diferentes programas y políticas, entre las que se destacan: el sistema de denuncias telefónicas, diferentes iniciativas de servicios sociales para población vulnerable (como la Casa Abrigo Estadual Maria Cândida Teixeira), la campaña de desarme, la creación de un Comité de erradicación de la tortura, la instalación de un sistema de formación a distancia ("Telecentro"), y muchas otras acciones que se están llevando a cabo en la actualidad. Muchas de estas actividades cuentan con el apoyo de la sociedad civil, siendo notorio en el Estado la presencia de numerosas organizaciones sociales consolidadas en el trabajo para la comunidad.

Este marco pone de manifiesto la voluntad de las autoridades estaduales para emprender aquellos cambios necesarios para detener la espiral de violencia que vive el Estado de Espírito Santo y restaurar condiciones de seguridad ciudadana que permitan el pleno ejercicio de los derechos y un ámbito adecuado para el desarrollo humano sostenible.

3. Estrategias específicas del proyecto

Los componentes del presente proyecto son los siguientes:

1) Fortalecimiento institucional de la SESP
2) Fortalecimiento de la capacidad de gestión de las policías estaduales
3) Integración y desarrollo de un sistema de prevención social de la violencia y el delito

Las estrategias específicas por componente son las siguientes:

1) Fortalecimiento de la SESP

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SENASP - BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 430

Este componente apunta a mejorar las capacidades de la SESP en tanto que órgano responsable de gobernar y conducir las estrategias y políticas de seguridad ciudadana del Estado de Espírito Santo, y las instituciones encargadas de llevar adelante estas estrategias y políticas. De aquí se desprenden cinco líneas de acción:

1. Diseñar y poner en marcha un **Plan integral de convivencia y seguridad ciudadana**, *entendido como una herramienta de gestión mediante la cual se* definan de manera conjunta las prioridades, proyectos y programas que deben emprender las agencias estatales de los distintos niveles de gobierno y la sociedad civil para reducir los índices de violencia y delincuencia en los próximos tres años.

2. Fortalecer el sistema de gestión de la información a partir de:

- La puesta en funcionamiento de un **Observatorio Social, de violencia y conflicto social** que de manera unificada brinde información confiable y oportuna sobre la situación del fenómeno al Gobernador y a la Secretaría, de forma tal que les permita tener conocimiento pleno de las ocurrencias y sus dinámicas, tomar decisiones y controlar la gestión de las agencias encargadas de la ejecución de políticas dirigidas a la reducción de la violencia.

- La creación de un **área de Inteligencia Criminal** que, a partir de los datos recolectados de todas las fuentes posibles y luego de ser procesados (digitalizados en base de datos, análisis estadísticos, etc.), desarrolle análisis que permitan prevenir un mayor número de delitos y aumentar los casos de esclarecimiento de delitos que ya han sido cometidos. Sus funciones básicas serán análisis criminal, *análisis estadísticos y análisis espacial.*

  La información producida por el SURIDI y otras fuentes, deberán ser remitidas al **Centro de Procesamiento y Análisis de la Información Delictiva** -cuyas iniciales pueden ser CEPAID- que estará en la órbita de la SESP- y será

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029 SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 831

responsable de emprender el análisis regular y periódico de la totalidad de la información recibida desde las diferentes instancias. Sobre la base de este análisis se elaborarán reportes e informes que van a dar cuenta de la problemática relacionada con la violencia e incidentes de distinto tipo.

Este tipo de herramienta de gestión permite reunir y sistematizar información esencial a los efectos de idear, planificar, ejecutar, evaluar estrategias y modalidades de intervención basadas en la prevención de situaciones de violencia y conflicto; como asimismo constatar y evaluar de manera concreta y sistemática la actuación de las fuerzas policiales, en materia de seguridad preventiva en el Municipio y en el Estado.

3. Crear, al interior de la Secretaría, un área de **de coordinación, integración y asistencia de la gestión local de la seguridad**, que permita promover políticas de seguridad a escala local, establecer canales de interacción permanente con las prefeituras, así como brindar asistencia técnica para un mejor desempeño de las funciones de las prefeituras en todo lo concerniente a la gestión local de la seguridad.

4. Promover la adopción de un nuevo **marco normativo que regule la organización y funcionamiento de la seguridad en el Estado**, en el que se fijen los principios de la acción estatal en materia de seguridad, se defina el sistema de seguridad del Estado, se determine el papel de los actores involucrados, incluso la manera como los ciudadanos participan en la gestión de la seguridad.

5. Desarrollar un proceso de fortalecimiento **y modernización de la SESP** que adecue su organización interna al nuevo sistema de seguridad ciudadana a las necesidades de articulación y gestión que aquí se mencionan.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 933
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CIDADÃ

6. Desarrollar **cursos de capacitación de funcionarios** del gobierno estadual y de los gobiernos municipales, dirigidos a brindar elementos para una mejor comprensión del fenómeno de la violencia y el delito, así como brindar herramientas que permitan una mejor gestión de las acciones de prevención y control del fenómeno.

2) Fortalecimiento de las policías estaduales

Este componente está dirigido a mejorar la organización y las capacidades técnico-operativas de los cuerpos de policía del estado (Policía Militar y Policía Civil), de modo de mejorar la respuesta institucional a la violencia y el delito, en el marco del respeto a los derechos humanos. De este objetivo general se desprenden 4 líneas de acción:

1. **Reforma de los procedimientos policiales**, lo cual implica, entre otras cosas:

- Diseñar e implementar un **plan de reordenamiento del funcionamiento institucional de las policías estaduales** (de la lógica policial tradicional a especialidades de seguridad preventiva y seguridad compleja), a partir de la reafirmación de los principios de actuación policial y sus atribuciones constitucionales enmarcadas por la nueva ley de seguridad ciudadana, para determinar con precisión cómo se distribuyen entre los diferentes cuerpos las labores de seguridad preventiva, compleja y vial. Los principios de actuación policial configuran preceptos regulatorios de toda actuación policial que permiten establecer cuándo, cómo, con qué medios y con qué intensidad debe actuar la policía frente a una situación objetiva de daño cuya existencia y continuidad supondría la violación de los derechos de las personas. En razón de ello, constituyen elementos normativos y funcionales básicos para adecuar en todo sentido la actuación policial concreta al principio general de protección ciudadana y de legalidad. El objetivo de este plan de reordenamiento del funcionamiento institucional de las policías estaduales es evitar la superposición o desatención de

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 433
8
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

labores, pues si bien en el Estado de Espírito Santo hay dos policías bien diferenciadas en cuanto a las labores de cada una, es necesario remarcar el carácter netamente preventivo que debe tener la Policía Militar en sus labores (existe algo en la concepción de policía interactiva) e imprimirle labores de seguridad compleja a la Policía Civil en la resolución de casos.

- Crear un **Sistema Unificado de Recolección de Información de Incidentes** – cuyas iniciales podrían ser SURIDI- con la finalidad de reunir, centralizar, estandarizar (compatibilizar) y sistematizar información en un solo formato que sirva como plataforma para que un área especialmente diseñada realice tareas de análisis criminal. La homologación de la información se conseguirá estableciendo un mecanismo apropiado de recolección de información por medio del **Formulario Único de Recolección de Incidentes.**

  La implementación y puesta en funcionamiento de este sistema permitirá generar y actualizar en forma permanente un conocimiento fehaciente y la evolución de la dinámica del delito en las diferentes zonas geográficas y jurisdicciones de las fuerzas involucradas en la seguridad (PF, PM, PC, GC, DETRAN y Bomberos). Sobre la base del análisis criminal producido se podrán redefinir las labores policiales para programar e implementar estrategias y operativos preventivos específicamente planificados a partir de los **núcleos de riesgo** previamente identificados –lugares, locales y horarios de concentración de determinado tipo de riesgos, incidencias o problemas delictivos- y orientados a determinados objetivos, tareas, lugares, horarios y personas, permitiendo configurar respuestas policiales proporcionadas y racionales con relación a las problemáticas delictivas que se presentan y se deben atender

2. Puesta en marcha de un **plan de desarrollo institucional** de las policías estaduales, con eje en:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 434
8
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

- Ampliar los **equipos de Profesionales** de la policía que realiza tareas de investigación, recurriendo a contar con peritos, analistas, médicos legistas, etc.

- Diseñar y ejecutar un **Plan de Mejoramiento de la logística policial**, su finalidad es mantener altos niveles de operatividad policial en la lucha contra las diversas manifestaciones de violencia, tales como el homicidio, secuestro, robo, etc.

- Lograr el **funcionamiento de todas las policías durante las 24 horas**, es decir implementar de acuerdo a las jurisdicciones existentes, un sistema de turnos policiales o lugares policiales alternativos donde la comunidad pueda dirigirse en horarios críticos como la madrugada.

4. **Fortalecimiento del Sistema de Control Interno de las Policías**, pues la revitalización de esta área le dará a las fuerzas policiales un mayor grado de transparencia de todos los efectivos policiales en el desempeño de sus funciones, evitando o desenmascarando el enriquecimiento ilícito de sus integrante o el apremio ilegal en las Unidades.

5. **Plan de reforma del sistema de formación y reentrenamiento policial** cuyos ejes son:

- Integrar la **Formación Policial con ámbitos académicos** externos a la formación policial tradicional, realizando convenios con universidades locales, regionales, nacionales o internacionales para lograr cupos en algunas materias claves como Derechos Humanos, Ciencias Sociales, etc.

- Diseñar un **programa de capacitación permanente de los efectivos policiales**, tales como el reentrenamiento permanente durante una o dos semanas al año a los

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA-04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 435

efectos de rendir condiciones de tiro, condiciones físicas, condiciones de salud, etc.

- Integrar y unificar la **formación básica policial en un solo instituto de formación policial** en el que se curse el ciclo inicial. Una vez finalizada esa etapa de formación, el cursante podrá elegir la especialidad de Policía Militar, Policía Civil, Bombero o GC. Esta especialización es independiente de las que caracterizan la formación policial clásica tales como comunicaciones, etc.

3) Integración y desarrollo del sistema de prevención social de la violencia y el delito

El proyecto tiene como norte la implantación del concepto de seguridad ciudadana basado en la construcción de relaciones de confianza entre las personas y de éstas con sus instituciones, que garantice la adecuada inclusión en la sociedad de todas y todos, sin distinción de raza, género, edad o condición económica, para lo cual se pondrán en marcha proyectos en las siguientes áreas:

1. Programas de **prevención y disminución de la violencia juvenil:**

   Las líneas de acción 2, 3 y 4 están básicamente dirigidas a la prevención y control de la violencia juvenil.

   Estos programas apuntan a evitar la participación de los jóvenes en los hechos de violencia, particularmente en el homicidio, como una de las tareas prioritarias que se deben afrontar en materia de convivencia y seguridad ciudadana.

   Con el objeto de reducir los altos índices de participación de la población joven en hechos de violencia, en condición de víctimas o victimarios, se propone la

MINISTERIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 436
g

realización un programa de prevención **focalizado** en jóvenes en alto riesgo y en conflicto con la ley.

Este programa articulará acciones enfocadas a atender las problemáticas identificadas en el diagnóstico como los principales factores de riesgo de la violencia y delincuencia juvenil: familias disfuncionales, reinserción delincuencial, abandono escolar y limitadas oportunidades laborales. Las iniciativas de control y prevención del consumo abusivo de alcohol y drogas se desarrollan como líneas de acción diferenciadas. El resto de los factores de riesgo mencionados, se atenderá a través de iniciativas de:

- **Apoyo a las familias de jóvenes en situación de riesgo** o en conflicto con la ley para asumir su responsabilidad de proporcionarles la protección y la contención afectiva y material que estos jóvenes requieren. La intervención conjunta con la familia y desde la familia son elementos cruciales para poder obtener mejores resultados en este tipo de iniciativas. Estas actividades pueden involucrar visitas domiciliares, asistencia de consejeros, designación de tutores para jóvenes y niños en situación de riesgos, establecimiento de grupos de apoyo y reflexión que ofrezcan un acompañamiento más cercano a las familias, facilitando, entre otros temas, el conocimiento de técnicas de mediación que permitan el manejo de los conflictos cotidianos sin el uso de la violencia.

- **Proyecto de retención y reincorporación escolar dirigido a**: a) niños, niñas y jóvenes con riesgo alto de abandonar la escuela; b) atención a jóvenes con historia de ausentismo y/o abandono escolar y c) reincorporación a la escuela de jóvenes desertores, mediante incentivos para el desarrollo académico, tales como incentivos económicos, clases opcionales de refuerzo o apoyo para las tareas, talleres vocacionales o de formación profesional acordes a sus inquietudes, habilidades, necesidades y realidad del mercado laboral, becas y ventajas académicas como educación a distancias y educación acelerada, etc.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 43F
8
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

2. **Sistema de gestión integrada de redes de programas sociales:**

Esta es una iniciativa que apunta, en primer lugar, a identificar todas las políticas dirigidas a zonas o poblaciones en riesgos y desarrolladas con fines preventivos. Sobre la base de esta información se constituirá un sistema de redes a partir del cual se ejercerá un mayor nivel de coordinación entre las políticas. La finalidad de este sistema de redes es lograr una óptima utilización de los recursos existentes, ampliar la cobertura geográfica y por sector poblacional, y generar esquemas de complementariedad según la especificidad de las distintas políticas.

3. **Campañas de entrega voluntaria de armas de fuego en manos de particulares:**

Se implementarán campañas de sensibilización social donde se promoverán mensajes que generen un ambiente propicio para lograr un cambio en el comportamiento ciudadano frente al acceso a las armas, reducir el número de ciudadanos que desean portar armas para protegerse y aumentar el número de personas dispuestas a entregar voluntariamente sus armas.

4. **Prevención del uso abusivo de drogas y alcohol**:

El objetivo de estas iniciativas es contrarrestar la posible incorporación a las redes y actividades de organizaciones criminales o en hechos de violencia de niños, niñas y jóvenes entre 7 y 18 años en riesgo social, por intermedio de un plan de prevención y contención social. Con este fin, se deben fortalecer factores de protección como atención a los padres y madres de familia (consumidores y/o vendedores) a través de apoyos concretos, mejorar la relación de comunicación entre padres y escuelas, así como la participación de jóvenes en actividades que les fomenten acciones positivas desde temprana edad. Asimismo, es importante focalizar esfuerzos en programas de prevención del uso de drogas y vigilancia por parte de los cuerpos de seguridad y del Estado en aquellos sectores priorizados por sus altos índices de consumo. Es importante reconocer que para afrontar la problemática del consumo y compraventa de drogas y su relación con dinámicas

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BIBLIOTECA SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 438

de violencia, no son suficientes las acciones desde la oferta (control del narcotráfico, distribución y comercio); es necesaria una vinculación con acciones de prevención, de tratamiento y rehabilitación, así como de participación institucional y social.

5. **Programas de mejora de los ambientes urbanos:**

Se trata de iniciativas de recuperación del espacio público, renovación urbana, y recuperación de centros y actividades de animación urbana. El objetivo de estos programas es promover espacios públicos de calidad que contribuyan a crear capital social.

6. **Programas de acceso a la justicia**:

Estos programas están orientados a evaluar el nivel de demanda jurídica insatisfecha en contraste con la cobertura de los servicios jurídicos disponibles para la población. Con base en dicha información se diseñan e instrumentan programas de ampliación y fortalecimiento de la cobertura estatal y de servicios de asistencia legal, y se crean o extienden mecanismos de resolución alternativa de los conflictos.

7. **Programas de cultura ciudadana:**

El objetivo fundamental de esta política de Estado es la construcción de ciudadanía, la autorregulación interpersonal, expresada en el ámbito privado, pero especialmente en el ámbito de lo público. Se entiende aquí por cultura ciudadana el conjunto de costumbres, acciones y reglas mínimas compartidas que generan sentido de pertenencia, facilitan la convivencia y conducen al respeto del patrimonio común y al reconocimiento de los derechos y deberes ciudadanos. Su propósito es desencadenar y coordinar acciones públicas y privadas que inciden directamente sobre la manera como los ciudadanos perciben, reconocen y usan los entornos sociales y cómo se relacionan entre ellos en cada entorno.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 439
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Los programas de cultura ciudadana así entendidos buscan:

-Aumentar el cumplimiento de normas de convivencia;

-Aumentar la capacidad de unos ciudadanos para que lleven a otros al cumplimiento pacífico de normas;

-Aumentar la capacidad de construir relaciones entre mujeres y hombres más equitativas y armónicas;

-Aumentar la capacidad de concertación y de solución pacífica de conflictos entre los ciudadanos y ciudadanas;

-Aumentar la capacidad de comunicación de la población (expresión, interpretación) a través del arte, la cultura, la recreación y el deporte.

De acuerdo con lo anterior, resulta pertinente y oportuno ejecutar una estrategia de trabajo colectivo, coordinado y complementario, que identifique, produzca y fortalezca factores de capital social para enfrentar la violencia y la delincuencia.

Con base en ello se propone:

- La **adopción de códigos municipales de convivencia ciudadana**, dirigidos a completar y actualizar las normas de policía que regulan comportamientos ciudadanos cotidianos y que tienen que ver con el ejercicio de derecho y libertades tales como el derecho de locomoción, el derecho de reunión, la libertad de expresión, las libertades de industria y comercio, el ejercicio del derecho de propiedad privada, el derecho a la intimidad, etc.

Estos códigos se adoptarán luego de un proceso que permita debatir los límites socialmente aceptados dentro de las diferencias, explicar cómo la universalización de ciertos comportamientos podría conducir a hacer muy difícil la vida en la ciudad e incluso afectarían su fertilidad económica, abrir una discusión entre actores sociales sobre los alcances de los procedimientos democráticos para la adopción de las normas, precisar el rol de las autoridades como guardianes de un acuerdo entre los ciudadanos, quienes depositan en las autoridades el control a las

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 440
8

disposiciones que entre todos han discutido, permitir que cada cual pueda comparar lo que él espera de los otros con lo que éstos esperan de él y ella, poner en cuestión el descuido frente a las situaciones riesgosas, y aclarar las motivaciones de algunas reglas que limitan la libertad ciudadana, en su propia protección y la de los demás.

Otras iniciativas complementarias que persiguen el mismo objetivo son:

- Desarrollar **campañas de cumplimiento voluntario de leyes**.
- Crear **observatorios de convivencia ciudadana**
- Desarrollar programas recreativos como **Madrugada Viva**.

SECCION II

MATRIZ DE INDICADORES DE RESULTADOS

Intended Output : Asegurar a los habitantes del Estado de Espírito Santo las condiciones de seguridad necesarias para que puedan gozar plenamente y ejercer integralmente sus libertades y derechos, a través de lograr el iniciar de la pendiente decreciente de los índices de violencia y delito y una mejora sustantiva de la respuesta institucional al fenómeno			
Outcome indicators			
Applicable MYFF Service Line 2.4. Justicia y Derechos Humanos			
Project title and ID Seguridad Ciudadana en el Estado de Espírito Santo			
Componente I: Fortalecimiento de la SESP			
Producto	**Meta anual**	**Actividades Indicativas**	**Insumos necesarios**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASÍLIA/DF SECURANÇA CIDADÃ
Fls. 8

1. Plan Integral de Convivencia y Seguridad Ciudadana para el estado de Espírito Santo implementado	1.1 Diagnóstico integral de seguridad pública elaborado. 1.2 Plan de seguridad ciudadana del estado de Espírito Santo formulado, concertado y en vías de implementación.	1.1 Realizar diagnóstico integral del estado de la seguridad ciudadana: ▪ Realizar mapa de actores estratégicos a involucrar en el diagnóstico ▪ Establecer principales hipótesis y líneas de base del diagnóstico ▪ Realizar talleres de validación con actores estratégicos seleccionados (gubernamentales y no gubernamentales) ▪ Redactar documento final del diagnóstico 1.2 Consensuar y formular plan integral de seguridad ciudadana ▪ Conformar equipo interinstitucional para el proceso de prospectiva ▪ Definir líneas de acción, programas, proyecto y esquema de financiación ▪ Validar líneas de acción con actores estratégicos (gubernamentales y no gubernamentales) ▪ Establecer alianzas que faciliten la implementación del plan ▪ Redactar y publicar el documento final del Plan ▪ Realizar campaña de difusión masiva del Plan ▪ Iniciar implementación de proyectos definidos en el plan	**Unidad de Ejecución del proyecto**: Coordinador de proyecto (36 meses) 450,000 R$ Técnicos senior del proyecto (72 meses de consultor) 720,000 R$ Asistentes de proyecto (72 meses consultor junior) 360,000 R$ Asistente administrativo/a (36 meses) Secretario/a 120,000 R$ Equipamiento de oficina 50,000 R$ Comunicaciones 20,000 R$ Consultor Nacional 12 meses 120,000 R$ Consultor Internacional 60 días 60,000 R$ Viajes 10,000 R$ Publicaciones 15,000 R$ Seminarios 15,000 R$
2. SESP fortalecida	SESP en proceso de reforma y modernización	2.1. Realizar visita a Bogotá para conocer la experiencia del municipio en gestión local de la seguridad	

		2.2. Evaluar la organización y funcionamiento de la SESP	SUBTOTAL RESULTADOS 1 Y 2 **1,940,000 R$**
		2.3. Definir plan de reforma y modernización de la SESP (definición de un nuevo esquema organizativo y de funcionamiento y de las formas y plazos de implementación del mismo)	
		2.4. Implementar plan de reforma y modernización de la SESP	
3. Sistema de gestión de la información fortalecido	Centro de Procesamiento y análisis de la información preventiva –CEPAID- diseñado y en proceso de implementación	3.1 Diseñar e implementar un Centro de Procesamiento y análisis de la información preventiva –CEPAID- para realizar tareas de inteligencia criminal.	

	Observatorio de violencia y delincuencia del estado de Espírito Santo diseñado y en proceso de implementación	3.2. Crear e implementar un Observatorio de la violencia y la delincuencia del Estado de Espírito Santo ▪ Diseñar el esquema organizativo y funcional del observatorio como un sistema de información con una estructura de red interinstitucional (definición de las fuentes de información, y de la forma de recolección de la misma –protocolos de recolección, procesamiento y análisis- para estandarizar y dar confiabilidad a la información, planificación del circuito de la información, de la organización del observatorio, etc) ▪ Realizar encuestas y recopilar estadísticas sobre información objetiva y subjetiva de crimen y violencia. ▪ Producir informes preliminares de análisis con base en la información recolectada y producida. ▪ Diseñar e implementar una estrategia de divulgación de la información producida por el observatorio.	15 días técnico SENASP Equipamiento (informático, comunicaciones, oficina) 50,000 R$ Consultores nacionales 4 meses 28,000 R$ Consultor Internacional 15 días 15,000 R$ Viaje 5,000 R$ Subcontratos (universidades, consultoras, comunicación) 30,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 3 **128,000 R$**

4. Sistema de coordinación, integración y asistencia de la gestión local en funcionamiento	Área de coordinación e integración de la gestión local y asistencia técnica a funcionarios de niveles municipales en funcionamiento	4.1. Crear área de coordinación e integración de la gestión local y asistencia técnica a funcionarios de niveles municipales ▪ definir perfil de funcionarios. ▪ definir funciones del área. ▪ definir necesidades de equipamiento.	Implementación proyectos locales R$ 900,000 Equipamiento para el área 50,000 R$ Consultores nacionales (3 meses) 25,000 R$ Consultores Internacionales 10 días 11,000 R$ Viajes 4,000 R$ Publicaciones 20,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 4 **1,010,000 R$**
	Dos planes municipales de seguridad local elaborados	4.2. Apoyar la elaboración e implementación de planes locales de seguridad ciudadana	
	Guías elaboradas y disponibles para las prefeituras	4.3. Elaborar guías para el diseño y gestión de políticas de seguridad ciudadana a nivel local	
	Consejos municipales del Gran Vitória establecidos	4.4. Apoyar la creación y fortalecimiento de los Consejos Municipales de Seguridad	
	Consejo intermunicipal en funcionamiento	4.5. Crear un consejo intermunicipal	

	Plan de fortalecimiento de las Guardias civiles municipales diseñado	4.6. Promover la creación y el fortalecimiento de las guardias civiles	
5. Capacitación de funcionarios estaduales y municipales del servicio civil en planificación y gestión de la seguridad pública realizada con colaboración del TREINASP, centro de entrenamiento de la SENASP	Módulos de capacitación diseñados	5.1. Diseñar módulos de capacitación	Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$ Seminarios, talleres 20,000 US$ Material de formación – Publicaciones 20,000 R$ Consultores Internacionales 20 días 20,000 R$ Viajes 6,000 R$ SUBTOTAL RESULTADOS 5 Y 6 **96,000 R$** **TOTAL COMPONENTE 1** **3,174,000 R$**
	Logística definida	5.2. Definir logística	
	Primeras capacitaciones iniciadas	5.3. Seleccionar funcionarios a capacitar	
		5.4. Llevar a cabo capacitación	
6. Proyecto de ley de seguridad pública elaborado y en proceso de aprobación en cuerpo legislativo correspondiente	1 Proyecto de ley elaborado y en proceso de discusión	6.1. Definir enfoque y principales componentes del proyecto de ley	
		6.2. Redactar el anteproyecto de ley	
		6.3. Validar y complementar borrador de proyecto con actores estratégicos	
		6.4. Redactar versión definitiva de marco regulatorio	
		6.5. Iniciar trámite de aprobación de marco regulatorio en cuerpo legislativo pertinente	

Componente II: FORTALECIMIENTO DEL SISTEMA POLICIAL ESTADUAL			
Producto	**Meta anual**	**Actividades Indicativas**	**Insumos necesarios**
7. Reforma de procedimientos policiales implementada	Comisión especial instituida, evaluación finalizada y estrategia de mejora de las labores investigativas en proceso de implementación	7.1. Crear comisión especial para que: ▪ realice una evaluación del esquema de investigación del delito y de procedimientos policiales vigente ▪ Diseñe e implemente una estrategia para mejorar las labores investigativas tales como la calidad y cantidad de indicios, pruebas, aportes y resultados que necesita todo proceso de esclarecimiento en el esquema de investigación del delito vigente.	Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$ Consultores Internacionales 30 días 30,000 R$ Viajes 8,000 R$ Equipamiento informático y software 100,000 R$ Equipamiento de oficina 30,000 R$ Comunicaciones 60,000 R$ Subcontratos (diseños sistemas de información, capacitación, etc) 100,000 R$ Seminarios y talleres 20,000 R$
	Plan de reordenamiento del funcionamiento institucional en marcha.	7.2. Diseñar e implementar un plan de reordenamiento del funcionamiento institucional de las policías estaduales (de la lógica policial tradicional a especialidades de seguridad preventiva y seguridad compleja). Reafirmación de los principios de actuación policial y sus atribuciones constitucionales enmarcadas por la nueva ley de seguridad ciudadana, para determinar con precisión cómo se distribuyen entre los diferentes cuerpos las labores preventivas (incluyendo labores de policía de proximidad o policía comunitaria), complejas y viales.	

	Sistema unificado de recolección de información de incidentes diseñado y en proceso de implementación	7.3.Diseñar e implementar un sistema unificado de recolección de información de incidentes	Personal para la policía civil (atención 24 horas, unidad interagencial, peritos) 1,500,000 R$
8. Sistema de control interno fortalecido	Evaluación del sistema de control interno realizada	8.1. Evaluar el sistema de control interno vigente y diseñar un plan de reforma y fortalecimiento del mismo sobre la base de, entre otras cosas: ▪ La creación de un nuevo régimen disciplinario y de ética policial ▪ La creación de una Defensoría del policía ▪ La instauración de nuevos mecanismos de control y supervisión del desempeño policial ▪ La creación de un sistema de control interno de corrupción y abuso policial	TOTAL COMPONENTE 2 **1,878,000R$**
	Plan de reforma del sistema de control interno en implementación	8.2. Implementar el plan de reforma y fortalecimiento del sistema de control interno	
9. Plan de desarrollo institucional de las policías	Plan de desarrollo institucional en marcha	9.1. Ampliar el equipo de peritos técnicos o personal especializado de la policía civil	

	programas establecidos	10.4. Implementar programa de cursos abiertos a personal policial e integrados a su plan de formación y capacitación regular	
	Sistema de capacitación y reentrenamiento permanente en vías de implementación	10.5. Definir programa de capacitación y reentrenamiento permanente de efectivos policiales	
		10.6. Implementar sistema de capacitación y reentrenamiento permanente	

Componente III: Integración y desarrollo de un sistema de prevención social de la violencia y el delito			
Producto	**Meta anual**	**Actividades Indicativas**	**Insumos necesarios**
11. Programa de apoyo familiar ejecutado	Programa de apoyo familiar en marcha	11.1. Realizar visitas domiciliarias	Consultores Nacionales (8) – monitores, educadores, asistentes sociales, administradores- 1,800,000 R$ Becas 500,000 R$ Subsidios talleres vocacionales, etc.

		11.2. Dar asistencia a través de consejeros	500,000 R$ Equipamiento informático 20,000 R$ Consultores Internacionales 10 dias 9,000 R$ Viajes 6,000 R$ Comunicación pública 50,000 R$ SUBTOTAL Resultados 11, 12 y 13 **2,885,000 R$**
		11.3. Establecer grupos de apoyo y reflexión que permitan el manejo de los conflictos cotidianos sin el uso de la violencia	
		11.4. Ofrecer los contactos con servicios especializados cuando se requiera de ayuda de otras áreas como salud, vivienda, trabajo, problemas de drogodependencia, entre otras.	
		11.5. Organizar servicios de tutoría para el apoyo directo de niños y jóvenes en situaciones de riesgo	
12. Programa de promoción para la reincorporación y retención escolar ejecutado	Programa de promoción para la reincorporación y retención escolar en proceso de implementación	12.1. Establecer incentivos para el desarrollo académico (becas estímulo, por ejemplo)	
		12.2. Organizar servicios de clases opcionales de refuerzo o apoyo de tareas	
		12.3. Organizar talleres vocacionales o de formación profesional acordes a las inquietudes, habilidades, necesidades de los jóvenes y las características del mercado laboral.	

MINISTERIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRAVO DA SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 653

13.Sistema de gestión integrada de redes de programas sociales implementados.	Sistema de gestión integrada de redes de programas sociales en proceso de implementación.	13.1. Crear un sistema de gestión integrada de redes de programas sociales: ▪ Diagnostico de actores y recursos para la conformación de las redes ▪ Capacitación de los integrantes de las redes ▪ Dotación de materiales para las organizaciones que trabajan en red ▪ Lanzamiento de cada una de las redes ▪ Diseño de un esquema operativo de trabajo en red y definición de un plan de trabajo conjunto por red ▪ Elaboración y lanzamiento de un plan de comunicación para cada red ▪ Intercambio y conformación de una red de redes.	
14. Campañas pedagógicas para el desarmamento voluntario concebidas e implementadas.	Diagnóstico sobre armas de fuego elaborado, Campaña de desarme voluntario y canje de armas diseñada y en proceso de implementación.	14.1. Elaborar un diagnóstico preciso sobre la tenencia de las armas de fuego en el Estado de Espírito Santo, los efectos de su uso en términos de salud pública, y sobre las actitudes de la población con respecto al problema de las armas. 14.2. Elaborar y poner en marcha un plan de canje y de entrega voluntaria de armas legales e ilegales en manos de particulares.	Comunicación pública – publicidad 400,000 R$ Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 453

		14.3. Realizar estrategias de comunicación dirigidas a modificar los valores e ideas asociadas a la tenencia y uso de armas de fuego (realizar eventos de desarme voluntario, concretar alianzas con organizaciones y grupos de la sociedad civil que estén de acuerdo con el desarme)	SUBTOTAL RESULTADO 14 y 15 **430,000 R$**
15. Campañas lúdicas de prevención del uso y abuso de drogas y alcohol concebidas y realizadas.	Campaña elaborada y en proceso de implementación	15.1. Elaborar un diagnóstico de la situación en el escenario local, con el fin de definir escenarios de intervención y de fijar líneas de base para el trabajo, así como de identificar comportamientos y actitudes en poblaciones jóvenes asociados al alcohol u otras drogas.	

		15.2. Desarrollar un programa de prevención del uso y abuso de drogas y alcohol: ▪ Diseñar la política, la cuál deberá tener el carácter de integral, ser preventiva y buscar cambios en los comportamientos a través de acciones de diverso tipo. ▪ Conformar un grupo interdisciplinario de trabajo encargado de ejecutar la política, el cual puede provenir de agencias estatales encargadas de temas afines. ▪ Diseñar un componente de comunicaciones que transmita de manera ágil, amena y clara el mensaje. ▪ Realizar alianzas con instituciones públicas o privadas, con énfasis en entidades del sector educativo, para el desarrollo de la política. ▪ Adoptar medidas dirigidas a controlar los expendios de alcohol y otras drogas, para evitar su venta a menores de edad, el consumo en espacios públicos o a determinadas horas.	
		15.3. Ampliar cobertura del Programa Proerd: actividades de educación y sensibilización de niños y jóvenes para la prevención del uso de drogas.	
16. Proyectos de mejoramiento de ambientes urbanos	Manual en proceso de elaboración	16.1. Elaborar manual para el mejoramiento de ambientes urbanos en seguridad.	Subsidios para mejora de espacio público 2,000,000 R$

desarrollados	Curso diseñado	16.2. Preparar, organizar y dictar curso de capacitación de gestores estaduales y municipales y líderes comunitarios en mejoramiento de ambientes urbanos.	Publicaciones 40,000 R$ Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$ Consultores Internacionales 5 días 5,000 R$ Viajes 4,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 16 **2,079,000 R$**
	Proyectos identificados y comenzada la ejecución de los proyectos prioritarios	16.3. Implementar proyectos de mejoramiento de ambientes urbanos	
17. Sistema de acceso a la Justicia ampliado y fortalecido	Programas de acceso a la justicia diseñados y en proceso de implementación	17.1. Realizar un diagnóstico de necesidades jurídicas insatisfechas y un mapa de servicios jurídicos existentes	Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$ Consultores Internacionales 10 días 10,000 R$
		17.2. Elaborar un plan estadual para mejorar el acceso a la justicia de los más pobres	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRAMAZO-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 456

		17.3. Desarrollar programas de acceso a la justicia orientados a: a. ampliación de la cobertura de la justicia estatal y los servicios de asistencia legal (con especial atención a grupos vulnerables) b. ampliación y fortalecimiento de mecanismos alternativos de resolución de conflictos (con especial atención a grupos vulnerables)	Viajes 8,000 R$ Subsidios para centros de mediación y conciliación /casas de justicia 500,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 17 **548,000 R$**
18.Proyecto de cultura ciudadana	Programa Madrugada Viva en ejecución	18.1. Desarrollar programa Madrugada Viva: actividades deportivas durante el horario nocturno (de 23 hrs a 5 am).	Consultores Nacionales (especialistas, actores, técnicos varios) 150,000 R$ Consultores Internacionales 30 días 30,000 R$ Viajes 10,000 R$ Equipamiento 40,000 R$ Publicaciones 50,000 R$
	Observatorio establecido y en funcionamiento	18.2. Crear observatorio de Cultura Ciudadana	
	Campaña diseñada y en vías de ejecución	18.3. Desarrollar campañas pedagógicas y lúdicas de cumplimiento voluntario de las leyes	

	Códigos Locales de Convivencia concertados e implementados	18.4. Concertar, elaborar e implementar Códigos Locales de Convivencia	Misceláneos 100,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 18 **380,000 R$** TOTAL COMPONENTE 3 **6,322,000 R$**

Componente IV: Monitoreo y evaluación			
Producto	**Meta anual**	**Actividades**	**Insumos necesarios**
19. Proyecto evaluado según el impacto producido en la	Herramienta para evaluación de impacto diseñada	19.1. Diseñar una herramienta con indicadores para la evaluación de impacto de las políticas implementadas	Consultores Nacionales 3 meses

reducción de la violencia y el delito, la sensación de inseguridad y en la modernización de las instituciones del sector (outcome)	Líneas de base para la evaluación de impacto establecidas	19.2. Evaluar el impacto del proyecto a partir de : a) Evaluación preliminar que sienta línea de base para la medición de impacto. b) Evaluación del impacto de las políticas implementadas a un año y seis meses de inicio del proyecto. c) Evaluación del impacto de las políticas implementadas al término de la ejecución del proyecto.	30,000 R$ Consultores Internacionales 30 días 30,000 Viajes 15,000 R$ Subcontratos 40,000 R$
20. Proyecto monitoreado regularmente según objetivos y resultados previstos (outputs)	Indicadores de resultado establecidos	20.1. Establecer los indicadores de resultado del proyecto	TOTAL RESULTADOS 19 Y 20 **115,000 R$**
	Comisión de monitoreo	20.2. Crear una comisión de monitoreo de ejecución de proyecto.	

	haciendo seguimiento de la ejecución del proyecto, primera reunión realizada	20.3. Monitorear semestralmente los resultados del proyecto, informes de progreso en el mismo período.	TOTAL PROYECTO 11,489,000 R$ Administración 3% 344,670 R$ TOTAL **11,833,670 R$**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 460
BRASIL-029-SEGURANÇA CIDADÃ

PARTE III. ARREGLOS DE GESTIÓN

Los firmantes del presente documento de proyecto son el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y la Secretaría Estadual de Seguridad Pública de Espírito Santo (SESP). El proyecto será implementado bajo la modalidad de ejecución Nacional (NEX), tal y como está definida en el Manual de Programa del PNUD. El Director del Proyecto será el Secretario de Seguridad Pública y Defensa Social del Estado de Espírito Santo, último responsable de la ejecución del proyecto.

La coordinación de la implementación de las acciones previstas en este documento de proyecto corresponderá a la Unidad de Gestión del Proyecto (UGP), con sede en la SESP que contará con un Director y el personal técnico y administrativo necesario y que actuará en estrecha articulación con otras Coordinaciones y órganos estaduales y federales. Caben a la Unidad de Gestión del Proyecto las siguientes atribuciones:

1 – relacionarse con PNUD para el desarrollo de las actividades del proyecto que implican cooperación técnica internacional;

2 – detallar un plan de trabajo anual, estimar los recursos necesarios para su ejecución e informar al PNUD para alimentar el proceso de revisión anual;

3 – desarrollar procedimiento de traspaso de recursos para los pagos previstos en el PRODOC y sus revisiones;

4 – detallar las intervenciones propuestas en el plan de trabajo del proyecto de cooperación técnica, mediante la elaboración de términos de referencia, especificaciones técnicas, en colaboración con PNUD;

5 – Apoyar la identificación de demandas de consultorías de corto, mediano y largo plazo para proveer asistencia técnica a las actividades previstas en el PRODOC;

6 – identificar consultores, proveedores y establecer criterios para su selección, en colaboración con PNUD;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASÍLIA-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 461

7 – desarrollar y mantener sistemas de información de gestión, estadísticas y documentos del Proyecto;

8 – participar en la elaboración de pliegos para la compra de bienes y servicios técnicos, y de las comisiones de análisis de las propuestas en procesos licitatorios de adquisiciones para la ejecución del Proyecto;

9 – supervisar, controlar, avalar y certificar la entrega de bienes y servicios adquiridos, velando por la observancia de los patrones de calidad especificados;

10 – responder por la gestión patrimonial de los bienes adquiridos por el Proyecto;

11 – monitorear la implementación física y financiera del Proyecto, elaborando relatorios de progreso de acuerdo con los modelos de PNUD y ABC;

12 – desarrollar, en conjunto con el PNUD, ejercicios de validación de medio término y de final del Proyecto de cooperación técnica;

13 – participar de reuniones tripartitas anuales de monitoreo y validación del Proyecto;

14 – propones modificaciones / revisiones al PNUD;

15 – responder a las auditorias internas y externas del Proyecto de cooperación técnica, manteniendo archivada la documentación necesaria; y

16 – relacionarse con PNUD sobre asuntos pertinentes a aspectos técnicos de la implementación del Proyecto.

Responsabilidades del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo -PNUD

El PNUD cooperará con la Secretaria Estadual de Seguridad Pública brindando su asistencia técnica en materia de seguridad ciudadana. El PNUD, asimismo, desarrollará actividades de apoyo técnico a la planificación, implementación, monitoreo y validación, mismo en asistencia a los procesos de adquisición de bienes, servicios y utilización de

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 962
8

insumos. El PNUD además colocará a disposición de la SESP sus mecanismos de preparación de documentos informativos, bien como pago directo a prestadores de servicios contratados en el ámbito de Proyecto. El PNUD realizará esfuerzos en el sentido de capacitar al equipo de la UGP en ejecución de productos y actividades previstas en este Proyecto. En este contexto, el PNUD proverá los siguientes servicios:

1) Asistencia técnica para la ejecución del proyecto mediante su red de expertos en materia de seguridad ciudadana y su oficina regional de servicios (SURF Panamá);
2) Asistencia en el reclutamiento de profesionales para actuar en el Proyecto;
3) Servicios para el monitoreo y la evaluación del impacto del proyecto;
4) Identificación de apoyo para actividades de entrenamiento, concesión de bolsas de estudio y viajes de estudio;
5) Apoyo en las actividades de adquisición de bienes e servicios;
6) Acceso a los sistemas mundiales de información gerenciados por PNUD;
7) Acceso a la red internacional de oficinas de PNUD;
8) Acceso a los sistemas de PNUD sobre informaciones operacionales, catastros de consultores, proveedores y servicios de cooperación para el desarrollo; y
9) Acceso al sistema de SAP, sistema corporativo, de monitoreo e gerenciamiento de proyectos.

La responsabilidad de la oficina local de PNUD por la prestación de servicios de apoyo deberá limitarse a los ítems detallados arriba. Las reglas de los procedimientos para contratación de servicios; adquisición de material permanente y contratación de consultores, bien como las normas pertinentes para la ejecución del Proyecto son aquellas que constan en el Manual de Procedimientos para Ejecución Nacional de Proyectos del PNUD. La contratación de profesionales no podrá exceder la duración del Proyecto y no representará, en cualquier circunstancia, vínculo de empleo con la Agencia Ejecutora o con o PNUD.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 463

El proyecto ahora propuesto podrá sufrir adecuaciones sugeridas por el Director Nacional del Proyecto, o también por el Representante Residente de PNUD, siempre que su necesidad se justifique en el ámbito del documento de proyecto acordado con el Gobierno Estadual.

Los recursos financieros para tal asistencia están definidos en el presupuesto y serán utilizados en conformidad con las Normas Financieras de los Reglamentos de PNUD. Para proveer los servicios arriba mencionados, la Agencia Ejecutora Nacional, por medio de este documento, autoriza al Representante Residente de PNUD a utilizar directamente los recursos previstos, en las sublíneas (SBL) presupuestarias identificadas como 16.71, cuando aplica, dentro de los límites presupuestarios aprobados y de acuerdo con las Normas Financieras de los Reglamentos de PNUD.

El presente proyecto terminará: 1) Por vencimiento del término previsto para su duración sin que exista la prórroga; 2) Por mutuo acuerdo de las partes; 3) Por cumplimiento de su objeto; 4) Por fuerza mayor o caso fortuito.

PARTE IV. MONITOREO Y EVALUACIÓN

El coordinador preparará semestralmente un informe de progreso del proyecto que estará sujeto a la supervisión y aprobación del Director del proyecto y de la oficina de PNUD Brasil. La guía y criterios de elaboración de los informes serán acordados con el PNUD.

Con el objetivo de desarrollar un monitoreo adecuado y objetivo se realizará un trabajo de evaluación de impacto del conjunto de las políticas implementadas que tiene por objetivo ponderar los efectos últimos del proyecto en términos de reducción de los niveles de violencia y delito, de mejoría de la percepción social tanto sobre la problemática de la violencia y el delito como sobre las instituciones responsables de

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 469
BRASÍLIA-DF-SEGURANÇA CIDADÃ

brindas respuesta a dicha problemática (policía militar, policía interactiva, secretaría estadual de seguridad pública, gobierno estadual, etc.), y de modernización de las instituciones del sector. Para ello se levantará una línea de base (diagnóstico) al comienzo del proyecto. Y, adicionalmente, se desarrollarán dos evaluaciones de impacto proyecto, una a medio término para verificar que las metas están siendo cumplidas y también para ayudar a resolver problemas de planificación e implementación; y una segunda evaluación al finalizar el proyecto. Para un adecuado desarrollo de estas actividades de monitoreo, seguimiento, evaluación y retroalimentación al proyecto, la oficina de PNUD Brasil, con asistencia de PNUD LAC SURF, elaborará una herramienta para medir el impacto y proveerá los servicios para la evaluación.

Las partes son conscientes de la importancia de identificar y compartir las lecciones aprendidas del proyecto. SESP y PNUD, en particular, realizarán el monitoreo del proyecto, documentarán las lecciones aprendidas y las compartirán nacional y regionalmente a través de los mecanismos creados al efecto por el PNUD.

El Proyecto estará sujeto a una auditoria de final de término, conforme a lo establecido en el "Manual de Gestión de Proyectos de Ejecución Nacional". El organismo de ejecución deberá solicitar la realización de dicha auditoria y a posteriori de su ejecución emitir los comentarios al informe de auditoria.

PARTE V: CONTEXTO LEGAL

The project document shall be the instrument referred to as such in Article 1 of the Standard Basis Agreement between the Government of Brazil and the United Nations Development Programme, signed by the parties on 1964. The host country-implementing agency shall, for the purpose of the Standard Basic Assistance Agreement, refer to the government cooperating agency described in that Agreement.

The following types of revisions may be made to the project document with the signature of the UNDP Resident Representative only, provided s/he is assured that the other signatories of the project document have no objections to the proposed changes:

1. Revision or addition to any of the annexes of the project document

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 465

2. Revisions which do not involve significant changes to the immediate objectives, outputs or activities of the project, but are caused by the re-arrangement of inputs already agreed to or by cost increases due to inflation; and

3. Mandatory annual revisions that rephrase the delivery of agreed project inputs or reflect increased expert or other costs due to inflation or take into account agency expenditure flexibility.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 466

De: templario13 <templario13@terra.com.br>
Enviado: quinta-feira, 16 de março de 2006 11:38:06
Para: "mcarambula" <mcarambula@hotmail.com>
Assunto: Re:Autorização para inserção de pagamento de produto

Caro Marcelo

Li seu produto e efetivamente ele contem um hostorico de todas as atividades que nos propomos e reliazamos ate agora pela Acao Seguranca Cidada.Vamos continuar fazendo.
Aprovo o pedido de insercao no sistema para que produza seus efeitos financeiros. ou seja , o pagamento ao colsultor.
Robson Robin da Silva
Aprovador.

De: "marcelo CARAMBULA" mcarambula@hotmail.com
Para: templario13@terra.com.br
Cópia:
Data: Wed, 15 Mar 2006 20:38:48 +0000
Assunto: Autorização para inserção de pagamento de produto

Caro Robin,

Encaminho em anexo meu último produto para fins de análise e liberação para inserção de pedido de pagamento no sistema PNUD.

No aguardo.

Abraços

Marcelo Carámbula

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL BRA/04/029
PROJETO SEGURANÇA CIDADÃ - FASE II

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 46F
9
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

CONTRATO 2005/000909
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 115506

Produto 08.

VERSÃO FINAL DE RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE SEGURANÇA CIDADÃ

CONSULTOR: Marcelo Ferreira Carámbula

Brasília, março de 2006

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 468
BRASIL/SEGURANÇA CIDADÃ

Relatório de Monitoramento da Implementação de Projetos
Segurança Cidadã

A Necessidade de uma agenda regional

Na América Latina os debates sobre as políticas de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência têm adquirido uma nova orientação. A democratização no continente fez desaparecer a "ameaça subversiva" que baseava em muito a atuação das instituições de segurança pública, gerando a abertura de espaço para as noções de segurança pública e cidadã, ao mesmo tempo em que declinavam os antigos paradigmas de segurança nacional e defesa interna. A nova concepção de segurança abrange aspectos relativos a defesa e proteção da vida, as liberdades, bens e valores individuais e coletivos.

Hoje há que se falar em uma segurança pública voltada exclusivamente ao cidadão e isso somente é viável em âmbito estritamente local.

Sabe-se que a dinâmica do crime é complexa, demandando estratégias de enfrentamento mais amplas e abordagens que levem em conta a dimensão dessas práticas. Acontece, porém, que os atos criminosos, tendo ou não, origem no crime organizado, geram efeitos no Município, dentro de sua extensão territorial e, suas conseqüências são sentidas de forma mais direta, no seio das comunidades locais.

A distância existente entre o local da ocorrência dos crimes (administrados) e as instâncias que definem as políticas e as formas de gerir a segurança pública (administrantes) é, certamente, um dos fatores que influenciam na qualidade serviço prestado pelos Estados e União, à população. Por isso, a importância da participação do agente local na formulação,

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 469
BRASIL 29 SEGURANÇA CIDADÃ

gestão e fiscalização da segurança pública ganha destaque no SUSP, principalmente nas áreas de prevenção à violência e à criminalidade. Essa aproximação entre agentes de segurança pública e sociedade civil já vem sendo adotada em diversas partes do mundo e é chamada de Policiamento Comunitário. Tal metodologia está baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a desorganização social dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área. Quem pode ter mais conhecimento direto dos problemas de segurança do que as próprias comunidades, que convivem, diariamente, e de maneira muito próxima, com eles?

Existem situações em que a proximidade entre municípios faz com que os efeitos da criminalidade local sejam sentidos além dos limites territoriais do município em que esses crimes ocorrem. Por isso, a aproximação entre municípios vizinhos, por meio do desenvolvimento de consórcios municipais, é uma estratégia que permite que se otimize esforços e recursos financeiros no enfrentamento à violência em toda a região, sem, no entanto, interferir na autonomia de cada ente em conduzir sua própria política para a segurança.

A Senasp tem incentivado a formação de consórcios municipais como forma de viabilizar o apoio do governo brasileiro a programas de prevenção à violência e à criminalidade, otimizando esforços e recursos na busca da padronização de ações.

A partir de 2003, a SENASP passou a desenvolver uma estratégia de cooperação internacional, baseada no incremento de sua inserção em assuntos que envolvam segurança regional e sub-regional. Nesse esforço, somaram-se parceiros multilaterais como as Nações Unidas, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 450

Em 2004, a Senasp, em parceria com a ONU, iniciou a implementação da segunda fase do Programa "Segurança Cidadã", um acordo de cooperação técnica e financeira iniciado em 2003, entre Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, baseado no paradigma de segurança pública e cidadã, que objetiva dotar o Brasil das mais modernas metodologias e tecnologias de gestão em segurança pública, por meio da disponibilização de expertise nacional e internacional para o desenvolvimento de ações nas áreas de informação, formação, modernização institucional e prevenção. Países como Uruguay, Argentina, Paraguay e Colômbia também desenvolvem o mesmo modelo de parceria com o PNUD, onde são chamados "Seguridad Ciudadana".

O Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública - TREINASP

O Ministério da Justiça (MJ) do Brasil deu início oficialmente, em dezembro de 2004, às atividades do Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública para a América Latina e Caribe (TREINASP), com a cerimônia de destruição pública de mais de dez mil armas de fogo entregues ao governo pela população. O próprio Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, participou e liderou a "Caravana do Desarmamento", fazendo com que o evento, realizado na Capital Federal, Brasília, em seu "Memorial Presidente Juscelino Kubitschek", ícone brasileiro de compromisso com um desenvolvimento econômico vinculado à manutenção da garantia constitucional de direitos individuais e coletivos, desse "fôlego nacional" e reconhecimento internacional à proposta do TREINASP.

O Centro tem como objetivo aprimorar os conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes dos agentes da segurança pública; estimular atividades do chamado "policiamento comunitário"; bem somo apoiar iniciativas de implantação e modernização da gestão da segurança pública, incluindo a reestruturação das

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 48
SEGURANÇA CIDADÃ

instituições do setor. O TREINASP, assim, passa a fazer o papel de ponto focal para o intercâmbio de experiências brasileiras e dos países da América Latina e Caribe em Segurança Pública. A questão do desarmamento representa um amálgama e emblema de diversos elementos buscados com a modernização da gestão da Segurança Pública e da Defesa Social, tanto no Brasil quando na América Latina e Caribe.

O TREINASP, instalado no Brasil, é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica, especialmente firmado pelo Governo Brasileiro com a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como interlocutores, pelo lado brasileiro, (i) o Ministério da Justiça (MJ), através da sua Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do seu Departamento de Polícia Federal (DPF) (ii) o Ministério das Relações Exteriores (MRE), (iii) o Ministério da Defesa (MD) e (iii) o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República (PR) através da sua Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Da parte da ONU, o Centro Regional das Nações Unidas de Lima, Peru (UN-LiReC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Centro, em função de tudo isso, já tem uma importante inserção no Plano Plurianual (PPA), com uma conseqüente previsão de aplicação de verbas federais pelo Governo Brasileiro no período 2004/2007, enquanto parte do "Programa Segurança Cidadã", grande continente das atuais políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Central em prol do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O SUSP fica materializado na integração dos diversos órgãos e respectivos serviços de Segurança Pública providos no país, padronizando procedimentos e nivelando recursos, induzindo a integração do conhecimento produzido no setor, sem esquecer de uma fundamental promoção de sinergia no desenvolvimento de projetos conjuntos na área social. Seu fim último é o próprio

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 483
8
PROGRAMA SEGURANÇA CIDADÃ

desenvolvimento socioeconômico sustentável, no que tange a gestão da Segurança Pública.

O TREINASP já desenvolveu diversas atividades desde sua recente instalação no Brasil, marcadas por importantes realizações a partir de dezembro de 2004. A primeira delas foi o Curso "Armas de Fogo na América Latina e Caribe: Diagnóstico E Ação", Versando sobre Não-Proliferação de Armas Leves, no contexto das atividades conjuntas do UN-LiReC e do Programa Segurança Cidadã do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O curso foi ministrado para Assessores Parlamentares e Representantes de Organizações Não-Governamentais (ONG) da América Latina e Caribe. Sua realização contou com uma importante co-participação do Senado Federal (SF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), órgãos máximos do Governo Federal e que prontamente apoiaram e prestigiaram o recém criado TREINASP.

Em seguida, o Centro concebeu e implementou, em caráter pioneiro, o Primeiro Curso Básico Nacional de Inteligência de Segurança Pública, ministrado em Recife sob a liderança do Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Defesa Social e sua Gerência de Inteligência), ministrado para a comunidade de agentes brasileiros de segurança pública, contando com a participação de 66 alunos das mais diversas instituições de Segurança Pública dos 27 entes federativos do país e de outras instituições interessadas (a exemplo, instituições fiscais), os quais prontamente reconheceram a importância e relevante missão do TREINASP em tal contexto. A esse respeito, vale notar as diversas solicitações já foram recebidas pelo Ministério da Justiça para que o curso seja replicado em outros entes federativos, a partir da observação e participação de alunos de outros estados e do Distrito Federal, mercê da iniciativa vanguardeira do Governo do Estado de Pernambuco.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 483
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

O TREINASP tem, fundamentalmente, um papel catalisador da modernização da gestão da Segurança Pública na América Latina e Caribe, conforme ficou demonstrado no Seminário sobre Segurança Cidadã realizado em julho de 2005 em Brasília, sob os auspícios do Ministério das Relações (MRE) Exteriores e do Ministério da Justiça (MJ), ao qual acorreram importantes atores da Segurança Cidadã da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Bolívia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, bem como representantes diplomáticos de países da comunidade internacional com sede na capital do Brasil.

Os dirigentes das instâncias federais do Governo Brasileiro que tratam do tema da Segurança Pública, em suas várias implicações transnacionais, mais particularmente o Ministro de Estado da Justiça e o Secretário Nacional de Segurança Pública, se sentem honrados com a confiança neles depositada pela Organização das Nações Unidas (ONU), países membros da comunidade da América Latina e Caribe, bem como doadores para programas específicos desenvolvidos pelo UN-LiReC e PNUD. Tais titulares daquelas importantes pastas do Governo Federal demonstram inequivocamente seu firme compromisso em aglutinar esforços em prol da segurança da comunidade em que o país está inserido, contexto no qual o Brasil faz fronteira com nove dos onze países continentais da região e com o território da Guiana Francesa, fazendo dele uma nação com grandes responsabilidades nos esforços em prol da cooperação internacional em questões de Segurança Pública dos países da América Latina e da Bacia Caribenha.

No próximo mês de agosto, o Ministério da Justiça (MJ), com o concurso de intensa preparação da sua Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), fará realizar um Seminário Internacional sobre Segurança Cidadã na cidade de Fortaleza,

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 454
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

capital do Estado do Ceará. Durante o evento, que terá a participação de organizações da família das Nações Unidas, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e de representantes de todos os entes federativos do país, o Grupo Executivo para Estabelecimento do TREINASP (constituído de acordo com duas "portarias" do Ministro de Estado da Justiça) poderá acessar as atuais percepções de representantes da comunidade de países da América Latina e Caribe sobre os rumos do Centro, reafirmar seus objetivos, bem como identificar novos desafios, consolidando tudo isso em uma "Declaração de Missão" que vem sendo estudada e elaborada já desde algum tempo.

O Centro, que é itinerante, poderá ser o instrumento pelo qual será desenvolvida a capacitação de todos os agentes envolvidos no Projeto Segurança Cidadã Binacional, em uma visão regional integrada e padronizada de formação.

Atividades, Locais e Meses de Realização dos Cursos e Eventos Ministrados pelo TREINASP em 2004 e 2005.

CURSOS E EVENTOS REALIZADOS:

- 01. Curso no contexto do Programa de Intercâmbio Parlamentar sobre Armas de Fogo na América Latina e Caribe
  - Brasília, Distrito Federal, dezembro de 2004.

- 02. Curso no Contexto do Programa de Organização, Fortalecimento e Desenvolvimento das Capacidades de Militância das Organizações Não-Governamentais na América Latina e Caribe
  - Brasília, Distrito Federal, dezembro de 2004.

- 03. Curso de Inteligência de Segurança Pública (Inteligência, Contra-Inteligência, Operações de Inteligência e Análise Criminal)
  - Recife, Pernambuco, maio-setembro de 2005.

- 04. Curso no contexto da Iniciativa de Controle de Transferência de Armas de Fogo na América Latina e Caribe

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 475
8
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

- Porto Alegre, junho de 2005.

- 05. Primeiro Curso Nacional de Gestão de Unidade Aeropolicial
  - Capão da Canoa, Rio Grande do Sul, junho de 2005.

- 06. Curso de Segurança de Dignitários.
  - Curitiba, Paraná, maio de 2005.

- 07. Curso de Segurança de Dignitários
  - São Paulo, São Paulo, junho-julho de 2005.

- 08. Curso de Gerenciamento de Crise e Controle de Operações Especiais
  - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, julho de 2005.

- 09. Reunião sobre Segurança Cidadã na América do Sul - Encontro Preparatório
  - Brasília, DF, julho de 2005.

- 10. 1° Treinamento Básico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Armas de Fogo
  - Foz do Iguaçu, Paraná, agosto de 2005.

- 11. Fórum Internacional de Polícia Comunitária e Segurança Cidadã
  - Cuiabá, Mato Grosso, agosto de 2005.

- 12. Reunião Ministerial sobre Segurança Cidadã na América do Sul
  - Fortaleza, Ceará, agosto de 2005.

CURSOS E EVENTOS PREVISTOS:

- 01. Curso de Guias de Cães Farejadores de Drogas
  - Florianópolis, Santa Catarina, agosto-setembro de 2005.

- 02. Curso de Guias de Cães Farejadores de Explosivos
  - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, outubro de 2005.

- 03. Curso de Capacitação em Operações Táticas
  - Natal, Rio Grande do Norte, outubro-novembro de 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 476

Missão Bogotá

A capital da República da Colômbia, Bogotá, está situada na Cordilheira dos Andes, no centro ocidental do país, a 2.600 metros acima do nível do mar. Fundada em 1538, experimentou, em menos de meio século, uma explosão demográfica que fez com que se transformasse em um megalópole de aproximadamente 7 milhões de habitantes. Juntamente com esse repentino crescimento, vieram também os problemas inerentes a toda cidade grande: falta de infra-estrutura urbana, desemprego, trânsito caótico, violência e criminalidade.

Em meados da década de 1990, a cidade registrava os mais altos índices de mortes violentas, com taxas de 80 homicídios e 25 mortes em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes e se considerava que a sociedade colombiana se caracterizava pelo afastamento entre a lei, a moral e a cultura, manifestada pela violência interpessoal gratuita, a corrupção, a descrença nas instituições do estado, etc.

Em face desse quadro, em 1995, durante a administração do alcaide (prefeito) Antanas Mockus Sivickas, iniciaram-se a implementação de uma série de programas e projetos baseados em políticas integrais de segurança e convivência, apoiadas basicamente em dois eixos: no fortalecimento das instituições de polícia e justiça e em programas de prevenção á violência e à criminalidade por meio da atenção especial a grupos vulneráveis. Esse plano integral, denominado programa de cultura cidadã, apesar das alternâncias dos mandatários locais, tem sido desenvolvido, ininterruptamente, nos últimos 9 anos, logrando,

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 8ff
BRASIL 029 SEGURANÇA CIDADÃ

desde então, diminuir as taxas de homicídios de 80 para 30/100 mil hab. e de acidentes de trânsito de 25 para 11/100 mil hab.

As primeiras ações buscaram identificar as raízes de toda aquela violência e insegurança, em que locais se originam, quem ou o quê as provoca e de que forma podem ser enfrentadas, resultando no desenho de políticas de estado ordenadas e efetivas.

A partir da visita do Sr. Juan Salazar, diretor do PNUD Colômbia ao Ministério da Justiça, no Brasil, em setembro de 2004, entre os dias 14 e 18 de fevereiro de 2005, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD - Seção Regional, PNUD Brasil e PNUD Colômbia, promoveram missão conjunta à capital da Colômbia - Bogotá, com objetivo de identificar possibilidades de cooperação entre os dois países, a partir da experiência desenvolvida naquela cidade em segurança e convivência cidadã. Durante a semana em que permaneceram em Bogotá, os integrantes da missão - composta por membros da Senasp, pelo Secretario de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte e sua equipe, membros da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, PNUD Brasil e o Secretario de Assistência Social do município de Sant'ana do Livramento - RS tiveram a oportunidade de conhecer diversas iniciativas lá desenvolvidas, que, segundo os responsáveis pela implementação do programa, contribuíram para o decréscimo de alguns índices de criminalidade em torno de 70%, nos últimos dez anos. Além de exposições e reuniões, os trabalhos realizados durante a missão incluíram visitas a experiências modelo. A intenção da Secretaria Nacional de Segurança Pública é apoiar, por meio do Projeto Segurança Cidadã, o desenvolvimento de projetos piloto nas regiões metropolitanas de Natal e Salvador, a partir das experiências verificadas em Bogotá. No caso de Santana do

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 478
BRASIL 029 SEGURANÇA CIDADÃ

Livramento, a Senasp buscará a cooperação com o Uruguai, para a implantação de projeto binacional.

A agenda inaugural da missão ocorreu na sede do PNUD na Colômbia localizada à Av. 82 No. 10-62 piso 3. Bogotá D.C. ,

Durante a missão a delegação teve a oportunidade de conhecer um conjunto de ferramentas disponibilizadas pelo PNUD, em segurança e convivência cidadã, que, via de regra, resumem a visão do organismo em relação à matéria.

O paradigma do desenvolvimento humano do PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define o desenvolvimento humano como o processo que permite ampliar as opções (incluíndo as liberdades e capacidades) dos indivíduos.
Estas opções vão desde o gozo de uma vida prolongada e saudável, o acesso ao conhecimento e as receitas necessárias para lograr um nível de vida digno, até o gozo pleno das liberdades políticas, economicas e sociais.

O conceito de segurança humana

O conceito de *segurança humana* refere-se à faculdade das pessoas de acessar estas opções de forma livre e segura.
A segurança humana compõe-se das seguitnes dimensões:

- Segurança econômica
- Segurança na saúde
- Segurança no meio ambiente
- Segurança Pessoal
- Seguridad comunitaria
- Seguridad política

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASÍLIA-DF-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 479

A visão do PNUD em Segurança e convivência cidadã

O crime e a violência são uma das principais ameaças à segurança humana. Seus efeitos afetam principalmente a dimensão da segurança pessoal, mas também de forma direta os demais componentes da segurança humana.

Para alcançar o controle efetivo desses fenômenos é necessário atender de forma paralela tanto as causas estruturais como as manifestações latentes do crime e da violência.

A relação entre segurança humana e desenvolvimento é muito estreita, sendo que a prinipal diferença consiste em que a segurança humana está focada na proteção enquanto o desenvolvimento tem por base a promoção das opções das pessoas.

O PNUD tem adotado uma visão integral para abordar os fenômenos de crime e violência. Essa visão articula políticas que vão desde a prevenção da violência e da delinqüência até a sua repressão.

Serviços oferecidos pelo PNUD para a formulação de políticas e projetos:

Gestão do conhecimento

- Identificação e compilação de boas práticas desenvolvidas na América Latina
- Desenvolvimento de ferramentas para a formulação de políticas e projetos
- Rede de especialistas associados

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 480
8

Desenvolvimento de capacidades

- Criação e capacitação de equipes locais em projetos
- Certificado de graduação para atores envolvidos

Desenvolvimento de parcerias

- Identificação e envolvimento de atores estratégicos
- Participação da cidadania

Serviços e produtos

Diagnóstico

- **Análise de estatísitcas de violência e delinqüência**

  a. Análise da tipologia do crime e da violência: estabelecimento de tipo de violência (organizações criminosas /violência incidental) de acordo com a letalidade das agressões; estabelecimento da relação armas de fogo/armas brancas; determinação de circunstâncias de ocorrência em razão do tempo, modo e lugar; determinação das condições da vítima e vitimizador (vínculos, antecedentes penais, presença do álcool ou outros elementos psicotrópicos).

  b. Georeferenciamento de dados: o georeferenciamento dos dados da criminalidade e violência permite estabelecer padrões de ocorrência desses fenômenos; estabelecimento de hipóteses baseadas nas análises realizadas.

  c. Interpretação dos dados

- **Análisis de capacidades institucionales**
- **Análisis de condiciones de gobernabilidad local**

Ferramentas

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 481
8

- **Plano Estratégico de segurança e convivência cidadã:** é uma ferramenta de gestão que pretende tornar mais eficiente a ação do estado e convocar à participação dos cidadãos e organizações sociais para a prevenção e repressão do crime e da violência. O documento define uma política de longo prazo para seer implementada um um período de pelo meos cinco anos. Deve conter uam visão integral do fenômeno, definir os cursos precisos de ação e facilitar um monitoramento da sua aplicação e de seus resultados. Um Plano deve considerar as distintas ameaças e vulnerabilidades que afetam o desenvolvimento e o bem estar dos cidadãos. O plano deve incluir um inventário dos bens e serviços associados á segurança pública e à justiça bem como as necessidades de infraestrutura urbana em longo e médio prazo. A elaboração do plano deve levar em conta tanto fatores objetivos (estatísticas) quanto subjetivos (pesquisas de vitimização). É de fundamental importância o envolvimento, de forma efetiva e desde o início do processo todos os órgãos de segurança, inclusive as forças armadas, na elaboração do plano e na sua posterior retroalimentação. A participação dos meios acadêmicos, ONG´S e meios de comunicação é muito importante para a validação e difusão do mesmo. A vinculação do governo federal é fundamental para buscar sinergias e financiamento de suas ações.

- **Autorregulação Cidadã**

  Guías Cívicos

  Observatório de convivência cidadã

  Promoção de normas de convivência

- **Redução de fatores de risco**

  Plano de Desarmamento

  Prevenção do consumo de álcool e outras drogas

  Fortalecimento de organizações juvenis

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 483

- **Melhoramento de contextos urbanos**
  - Criação de espaços seguros
  - Desenvolvimento comunitário de espaços de ordem
- **Prevenção da violência intrafamiliar**
  - Centros de atenção a vítimas

- **Acesso à justiça e resolução pacífica de conflitos**
  - Juízes de Paz
  - Centros de mediação e conciliação

- **Fortalecimento das polícias**
  - Polícia Comunitária
  - Número único de emergências
  - Unidades permanentes de justiça
  - Vigilância por circuito fechado de TV

Entre as experiências que a missão teve a oportunidade de conhecer podemos citar, a partir de modelos desenvolvidos em Bogotá, suscetíveis de replicabilidade em programas de prevenção à violência e à delinqüência no Brasil podem ser citados:

- **Promoção da Cultura Cidadã:** tem por propósito desencadear e coordenar ações públicas e privadas que incidan diretamente sobre a maneira como os cidadãos percebem, reconhecem e usam os entornos sociais e urbanos e como se relacionam entre sí em cada situação, reconhecendo contextos e en cada um deles respetando as regras correspondentes, de forma a apropiar-se da cidade, aprendendo a usá-la e valorizando e respeitando seu ordenamento e o seu caráter de patrimônio de todos, ou seja, a promoção da cultura cidadã, entendida esta como o conjunto de costumes, comportamentos e regras mínimas compartidas que geram sentido de pertencimento, facilitam a convivência urbana e conduzem ao

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 483
BRASIL 29 SEGURANÇA CIDADÃ

respeito do patrimônio comum e ao reconhecimento dos direitos e deveres cidadãos.

- o **SUIVD:** é um sistema unificado de informações de violência e criminalidade que integra dados dos órgãos policiais e de saúde, como os gerados pelos Institutos Médico-Legais, e compõe a base de funcionamento do Observatório de Violência e Delinqüência, auxiliando na elaboração de mapas da criminalidade, orientando assim, toda a estratégia de enfrentamento levada a cabo pelos órgãos de segurança pública e setoriais.

- **Unidades de Conciliação e Mediação:** são espaços que concentram atividades que buscam a resolução alternativa de conflitos como forma de evitar que as contendas se prolonguem e cheguem até o Poder Judiciário, sendo resolvidas na e pela própria comunidade.

- **Delegacias de Família:** especializadas em casos de violência intrafamiliar e violência de gênero, estas unidades desempenham importante função na prevenção da violência e da criminalidade, ao atacarem a sua causa mais importante, visto que muitos dos que cometem crimes e violências de um modo geral possuem antecedentes de violência intrafamiliar e maus-tratos durante a infância. Atendem casos de conciliação, acordos, medidas de proteção, violência intrafamiliar, abuso sexual, prevenção e formação de multiplicadores nas comunidades.

- **IDIPRON:** programa de assistência à crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social que busca, de forma integral, a reinserção social por meio do aprendizado básico, a capacitação profissional e atividades culturais. Possui 6 unidades, espalhadas em diversos pontos da capital

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 459

colombiana, administradas pelo Padre Javier de Nicolo, figura de respeitável liderança na região, em uma parceira com a Alcaldia de Bogotá, que repassa recursos. Na ocasião da visita, a missão pôde assistir a apresentações culturais, tais como orquestra, danças típicas do país, hip-hip e até capoeira.

- **Cadeia Distrital de Bogotá:** estabelecimento prisional modelo, administrado pela municipalidade de Bogotá, em que são mantidas as pessoas acusadas de crimes que aguardam julgamento. Todo o seu funcionamento tem por base a estrita observância às normas internas e legais, aos direitos humanos e à busca da recuperação plena dos indivíduos. Possui capacidade para 1028 vagas, abrigando, ao tempo da visita da missão, pouco mais de 600 detentos, divididos em celas de 2, 4, 6 e 8 vagas, cada. No estabelecimento são desenvolvidos diversos programas, entre os quais se destaca o sistema de "oficinas de pavilhão", em que os detentos desenvolvem atividades laborais nos próprios locais em que passam a maior parte do dia, junto ao pátio e às celas. Programas que desenvolve:

- Saúde e alimentação: proporciona uma alimentação balanceada e serviços médicos de diagnóstico e primeiros socorros, serviço odontológico e programas de promoção da saúde e prevenção de DST e AIDS.
- Atendimento Psico-social: terapia psicológica familiar e social.
- Educação e Formação: promove a conclusão do ensino fundamental e médio, estimula a leitura, redação e a ampliação do conhecimento. Possui biblioteca e videoteca com títulos selecionados a partir de conteúdos que contenham mensagens morais, visando a reinclusão social do detento.
- Laboral: desenvolve o conhecimento em algumas atividades como padaria, lavanderia, cozinha, marcenaria, entre outras,

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 985
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

em um sistema de rodízio que possibilita ao detento descubrir suas habilidades e preferências.

- Atendimento Jurídico: o detento goza de instrumentos jurídicos visando a observância do devido processo legal, o direito de defesa e o contraditório, durante a tramitação do procedimento penal do qual é parte. Além disso, é oferecido assistência jurídica aos internos carentes de recursos.

- Recreação, Cultura e Esporte: são fomentadas práticas que estimulam a autodisciplina e a convivência interna. Cada pavilhão possui equipamentos que possibilitam a prática de diversas atividades esportivas, como futebol, basquete e vôlei. O estabelecimento conta ainda com sala de projeção para exibição de filmes e uma rádio, produzida pelos próprios detentos, com transmissão para todo o presídio.

Congresso Latino Americano Segurança Cidadã - Natal

Autoridades policiais de diferentes cidades do Brasil e de outros 23 países se reuniram em Natal durante três dias por ocasião do I Congresso Latino-Americano de Segurança Cidadã. O evento aconteceu de 02 a 04 de março de 2005, no Hotel Parque da Costeira.

O objetivo do Congresso foi a produção de um documento chamado 'Carta de Natal', estabelecendo bases filosóficas para um novo conceito de segurança cidadã.

Os participantes do I Congresso Latino-Americano de Segurança Cidadã, incluindo mais de 500 autoridades policiais e especialistas da Europa e Américas, produziram ao final de três dias de debates um documento chamado "Carta de Natal", onde estarão assinaladas as bases de uma nova filosofia de segurança pública.

A abertura dos trabalhos contou com a presença da governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, e do secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Luiz Fernando Correa. A primeira palestra, pela manhã, teve como tema: "Política de Segurança Pública no Brasil - A Implantação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP", apresentada por Luiz Fernando Corrêa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
Fls. 486
9
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

O secretário destacou as ações do Ministério da Justiça na prevenção e combate à criminalidade, além da parceria com os governos estaduais e prefeituras. Segundo ele, ninguém melhor do que os municípios para colaborarem na escolha dos mecanismos mais eficazes de segurança pública. "Qualquer política pública só vai prosperar se tiver o acompanhamento da sociedade".

Ao final de três dias de discussões do I Congresso Latino Americano de Segurança Cidadã, realizado em Natal entre os dias dois e quatro de março, representantes do Brasil e países convidados formularam um documento denominado Carta de Natal, que pretende ser o norteador de políticas de Segurança Cidadã e Polícia Comunitária.

Profissionais de segurança pública, membros da comunidade e representantes das esferas federal, estadual e municipal, além de representantes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Honduras, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Estados Unidos da América, Canadá, França e Espanha formalizaram no documento a necessidade de se repensar as relações humanas e a reintegração através da "convivência democrática e da participação cidadã".

Para o secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, o Congresso serviu pra confirmar a necessidade de se repensar a política de segurança brasileira. "As discussões nos mostraram o amadurecimento do Brasil para a constatação - já antiga em outras partes do mundo - de que a violência e a insegurança impactam diretamente o desenvolvimento econômico, social e político do país".

Entre as principais propostas sugeridas para a área estão a implementação da Política Nacional de Polícia Comunitária, com a criação de Conselhos Nacional e Regionais; a busca pelo envolvimento de todos os atores que compõem o Sistema de Segurança Cidadã, tais como comandantes gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, Ministério Público, Poder Judiciário, delegados gerais de Polícia, representantes dos municípios, organizações não-governamentais, representantes da comunidade e demais segmentos sociais.

Durante o encontro, o Brasil pôde expor aos países convidados como pretende implementar seu projeto Segurança Cidadã, que já conta com R$ 37 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública para aplicação em ações estaduais e municipais.

Colóquio sobre Desenvolvimento de Municípios de Fronteira

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/SENASP - BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 181
8

No dia 19 de maio de 2005, realizou-se, em San'tana do Livramento - RS, o Colóquio sobre o Desenvolvimento de Municípios de Fronteira, organizado pela prefeitura municipal, o evento foi promovido pela Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República e contou com as presenças do ministro-chefe da pasta, Aldo Rebelo, do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, do governador do Estado, Germano Rigotto; do embaixador do Brasil em Montevidéu, Eduardo dos Santos; da chefe de Gabinete do Ministério da Ciência e Tecnologia, Mari Machado e do vice-líder do governo federal na Câmara dos Deputados, Beto Albuquerque e de aproximadamente 100 prefeitos de municípios fronteiriços

No encontro foram apresentadas propostas que visam contribuir para o desenvolvimento das cidades fronteiriças, seja na área econômica ou social.

Na ocasião, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes apresentou o novo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

O PDFF define diretrizes para atuação do Governo Federal na promoção do desenvolvimento regional, da integração sul-americana e na melhoria da qualidade de vida nos municípios distantes de até 150 quilômetros (km) da fronteira brasileira. Uma das ações previstas no programa visa a integração entre cidades-gêmeas, municípios que têm zona urbana vizinha às fronteiras. A área de atuação do Faixa de Fronteira abrange 27% do território nacional, ou 2,357 milhões de quilômetros quadrados, nos 11 Estados fronteiriços com 10 países sul-americanos. São 588 municípios e população estimada em 10 milhões de habitantes.

Seminário sobre Desenvolvimento

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 488
9

No dia 17 de junho de 2005, foi realizado, na cidade de Bagé - RS, o Seminário: Desenvolvimento dos Municípios de Fronteiriços do Rio Grande do Sul como instrumento potencializador de um Programa Integrado de Desenvolvimento Binacional Brasil-Uruguai, visando a busca de soluções para os problemas comuns às cidades situadas na faixa de fronteira.

Introdução

As crescentes violência e criminalidade verificadas no Brasil e na América Latina nas últimas décadas têm preocupado as sociedades e ameaçado a consolidação do processo democrático conduzido na região. A criminalidade, antes restrita a espaços delimitados, hoje, com o processo de globalização em curso, por meio da atuação de organizações criminosas, espalha-se pelo mundo, com reflexos regionais e intercontinentais.

A violência e a criminalidade possuem causas diversas, entre as quais podem ser identificadas aquelas relacionadas à exclusão social. Porém, ao lado das questões sociais, é inegável a relação existente entre as condições organizacionais e operacionais das agências de segurança pública e o atual quadro de insegurança em que vivemos na região.

A democratização no continente fez desaparecer a "ameaça subversiva" que baseava em muito a atuação das instituições de segurança pública.

Enquanto que na América Latina, existem inúmeras instituições policiais diferentes, cada qual com a sua própria forma de gestão, com as suas técnicas e linguagens, as práticas do crime adotam esquemas padronizados de operação, quase uniformes em todo o território regional, com amplas redes de cooperação que utilizam o que há de mais moderno em tecnologia, logística e equipamentos.

Juntar forças é a melhor alternativa para vencer os recursos escassos e organizar o combate ao crime. A criminalidade, assim como as doenças e as questões ambientais, não respeita fronteiras geográficas. Deste modo, o não entendimento entre as diversas estruturas de segurança pública regionais torna mais fácil a ação delituosa e mais difícil a sua prevenção e repressão. Somente para dar um exemplo, o dinheiro do carro-forte roubado no Rio de Janeiro pode estar financiando produtores e traficantes de drogas na

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 982
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

Colômbia. Se os países não se unirem, compartilharem informações e atuarem conjuntamente, estarão em profunda desvantagem diante da atividade criminosa.

Portanto, sem uma promoção efetiva da modernização e integração das instituições de segurança pública regionais somada à implementação de políticas sociais focadas, ou seja, sem a implementação de uma política integral de segurança cidadã, torna-se impossível, ao menos, manter inalterados os atuais níveis de violência e criminalidade verificados na região.

Os novos tempos exigem uma estratégia de ação integral que, *pari passu* consiga acompanhar as hodiernas metodologias empregadas pela atividade criminosa, por meio da integração efetiva das agências policiais, com técnicas de gestão baseada na inteligência e na defesa e promoção da cidadania, enfim, polícias verdadeiramente modernas, integradas e cidadãs.

Cooperação Internacional

Também a partir do advento do novo governo, a SENASP passou a desenvolver uma estratégia de cooperação internacional, baseada no incremento de sua inserção em assuntos que envolvam segurança regional e sub-regional. Nesse esforço, somaram-se parceiros multilaterais como as Nações Unidas, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial.

Em 2004, a Senasp, em parceria com a ONU, iniciou a implementação da segunda fase do Programa "Segurança Cidadã", um acordo de cooperação técnica e financeira iniciado em 2003, entre Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que objetiva dotar o Brasil das mais modernas metodologias e tecnologias de gestão em segurança pública, por meio da disponibilização de expertise nacional e internacional para o desenvolvimento de ações nas áreas de informação, formação, modernização institucional e prevenção. Países como Uruguay, Argentina, Paraguay e Colômbia também desenvolvem o mesmo modelo de parceria com o PNUD, onde são chamados "Seguridad Ciudadana".

Integração Regional - Mercosul e CSN

Em 1994, Brasil, Argentina, Uruguay e Paraguay assinaram o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul - Mercosul, com o fim de estreitar os laços comerciais entres os países signatários. Porém, o Mercosul, embora muitos lhe atribuam um caráter meramente econômico, possui espectro bem mais

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 990
BRASIL - SEGURANÇA CIDADÃ

amplo e visa, a exemplo da União Européia, integrar os países membros a fim de fortalecê-los politicamente frente aos demais blocos em formação no mundo. Essa integração política passa necessariamente pela substituição de um quadro de competição por um de cooperação e intercâmbio sócio-cultural, em que matérias como segurança pública e justiça apresentam-se como condicionais a uma efetiva convergência para um desenvolvimento conjunto.

A Declaração de Cuzco, levada a cabo em dezembro de 2004, no encerramento da III Cúpula de Presidentes da América do Sul, na capital incaica, vem dar amplitude a esse processo de integração, com a criação da Comunidade Sul-americana de Nações - CSN. Essa associação prevê a concertação política e diplomática da região, visando a integração física por meio da implantação de projetos conjuntos de infra-estrutura. Dentre as resoluções do encontro, ficou acertado o desenvolvimento de um amplo programa de cooperação conjunta em segurança cidadã na América do Sul.

Em 2002, foi instituída a "Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço", uma iniciativa de competência dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Uruguai, que tem como objetivo criar condições para o desenvolvimento integrado da região da fronteira entre os dois países, a fim de obter melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, fomentando mecanismos que tendam ao uso mais equilibrado dessa verba, funcionando como instrumento privilegiado para a solução dos problemas das comunidades que vivem na área de fronteira - estimadas em 720 mil pessoas - por meio da promoção de ações concretas nas diferentes áreas de cooperação fronteiriça - saúde, educação, cooperação policial e judiciária, meio ambiente, saneamento, redução da oferta e demanda de drogas e combate ao abigeato.

Já em 2003, foi assinado o Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Estrangeiros, que cria uma área com 36 mil quilômetros quadrados, de Barra do Quaraí a Chuí, beneficiando a população de 15 municípios da fronteira. Quem mora na região - uma faixa de 20 quilômetros de largura ao longo dos 900 quilômetros entre os dois países poderá solicitar a carteira de identidade de fronteiriço. Este instrumento jurídico cria soluções inovadoras para mitigar muitos problemas enfrentados pelas populações fronteiriças dos dois países e permite a livre circulação dos fronteiriços nos dois lados da linha divisória, com a possibilidade de direito a residência e de acesso ao mercado de trabalho e aos serviços educacionais no país vizinho.

Na esteira de todo esse processo integrador, a criação de um Consórcio Binacional de Segurança Pública, como projeto piloto, significaria a continuidade prática de uma aproximação mais abrangente, que cria um

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 491
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

instrumento sólido de fomento permanente à ação conjunta, avançando muito além dos aspectos exclusivamente econômicos, muito embora com claros reflexos nestes.

Segurança Nacional, Segurança Pública e Desenvolvimento Regional

A América Latina vêm sofrendo nas três últimas décadas, sucessivos processos de estagnação e retrocesso econômico, os quais acabaram por gerar crises sociais e institucionais na região. Para se ter uma idéia da conjuntura, o crescimento do PIB regional, na década de oitenta, foi de aproximadamente 1,25%, e mesmo esse crescimento deu-se de forma desigual em todo o continente, enquanto que a necessidade de aumento teria que ser, no mínimo, dez vezes maior.

Tal quadro de degradação sócio-econômica tem reflexos diretos na segurança regional, uma vez que a desordem social e a instabilidade institucional ameaçam a garantia da consecução dos objetivos nacionais em face de antagonismos externos e a manutenção dos regimes políticos democráticos e dos sistemas constitucionais. A respeito, não seriam poucos os exemplos a serem citados.

Da mesma forma, o processo de estagnação e de aprofundamento das desigualdades sociais tem implicações na segurança pública, que por sua vez prejudica a normal atividade econômica, desestimulando e afastando investimentos, essenciais à retomada do crescimento, formando um terrível círculo vicioso, retardando os processos de desenvolvimento e integração na região.O Banco Mundial (Bird) divulgou, em 2004, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2005, o principal estudo anual realizado pela instituição, com dados alarmantes sobre os efeitos da criminalidade na economia do país e região: 52,2% das empresas brasileiras consultadas apontam a criminalidade como um sério obstáculo ao investimento no país. Na América Latina, o crime é indicado como uma das restrições principais ou sérias pela metade das empresas, duas vezes a proporção de qualquer outra região e quatro vezes a proporção da Europa Oriental e da Ásia Central. No Brasil, diz o relatório, o crime custa mais de 10% do PIB do país por ano, e as empresas dizem perder o equivalente a 2,8% por causa da criminalidade.

Por tais razões, na denominada "Nova Agenda de Segurança", exige-se uma estratégia de ação integral que articule todos os setores envolvidos na seguranca, em prol de uma segurança regional e promova a convergência de políticas públicas setoriais capazes de reduzir os fatores de risco geradores de violência e criminalidade, ou seja, que atue no campo da repressão e da

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 492
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

prevenção primária e secundária, em todos os países, como condição básica para o desenvolvimento.

A Fronteira Brasil - Uruguay

A Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, considera a faixa interna de 150 Km (cento e cinqüenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, a denominada Faixa de Fronteira, como indispensável à Segurança Nacional. Todo este território demarcado, no entanto, não é indispensável apenas quando a questão é a garantia da consecução dos objetivos nacionais em face de antagonismos externos, a manutenção do regime político ou do sistema constitucional, mas também em face da segurança pública, do desenvolvimento e suas implicações no processo de integração regional.

O Brasil possui 16.886 km de fronteiras terrestres, sendo grande parte delas de "fronteiras secas", assim chamadas os limites territoriais sem obstáculos geográficos naturais, como rios, lagos, cadeias de montanhas, etc. o que, certamente, contribui para a prática de crimes transnacionais, visto a ausência de barreiras físicas entre os países que facilitem a atuação dos órgãos de controle das fronteiras e dificultem o trânsito e comunicação de bens objeto de crimes ou de criminosos, de um território ao outro.

Tal é o caso da fronteira Brasil/Uruguay. Abrangendo 1.068,4 km, serve como ambiente propício para a prática de diversos crimes, como contrabando e descaminho, tráfico de drogas e armas, remessa ilegal de divisas, tráfico de seres humanos, abigeato, etc, dada a facilidade com que os transgressores transitam de um lado ao outro da linha divisória.

Fronteira Brasil- Uruguay

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASIL PARA SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 493

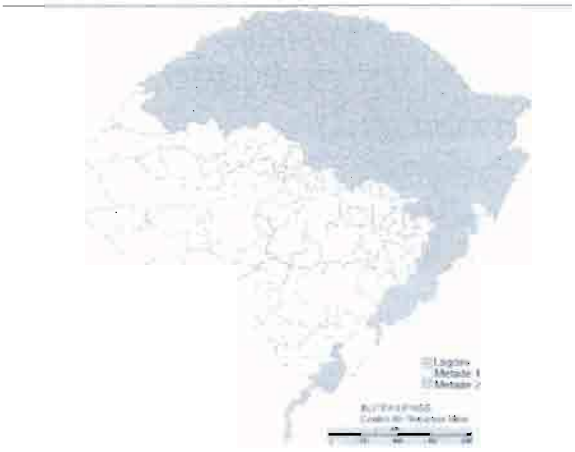
Justamente por encontrarem-se nos confins dos territórios de seus países, distante das instâncias decisórias dos destinos nacionais e dos grandes centros econômicos, as regiões compreendidas na faixa de fronteira sofreram processos graduais de abandono que levaram a um quadro de carências de infra-estrutura, estagnação econômica, desigualdade social, desemprego e baixa escolarização, condições essências para o surgimento da violência e da delinqüência.

O estado do Rio Grande do Sul é conhecido nacionalmente, dentre outros aspectos, pelos bons índices de desenvolvimento humano que apresenta, sobretudo na educação e saúde, se comparados com a média do país.

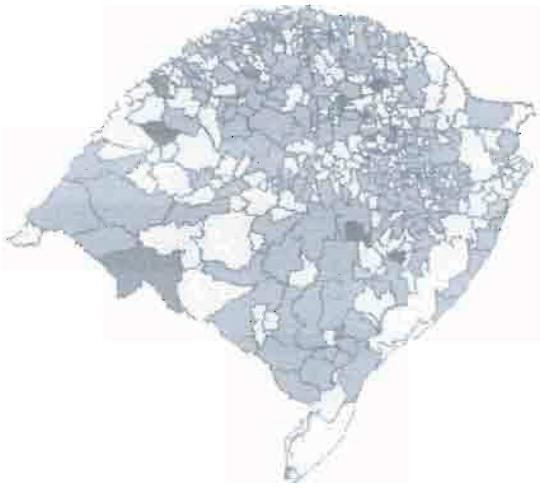
Acontece que o Estado apresenta também, grande desigualdade sub-regional quando dividido seu território em duas metades. Enquanto sua metade norte exibe indicadores sociais privilegiados, que dão sustentação aos reconhecidos bons índices, a metade sul detém níveis de subdesenvolvimento comparáveis a algumas regiões do semi-árido nordestino. A percepção dessa realidade diferenciada fez com que a Metade Sul do Rio Grande do Sul fosse incluída no Programa de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Regional (Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO), juntamente com outras mesorregiões do país que merecem atenção especial por parte do Estado Brasileiro.

Mapa das Metades do RS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 494
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ



DESEMPENHO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO RS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS -
Variação nominal do PIB em US$, entre 1989 e 1998



PIB >= 450%.	Crescimento econômico excelente - municípios que mais cresceram
300% <= PIB <450%	Crescimento econômico muito bom
150 <= PIB < 300%	A variação mostra os municípios que obtiveram um crescimento bom
0 > PIB < 150%	Municípios com razoável crescimento no período
PIB	Municípios Novos (sem informação), Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos
PIB < 0	Diminuição do PIB ou decréscimo econômico

Fonte: UFRGS - Núcleo de Estudo e Gestão em Administração Pública

Estudos realizados pelo Ministério da Integração Nacional indicam que, dos 588 quadrantes apontados no levantamento, a meso-região metade sul do RS foi o sub-espaço que mais retrocedeu economicamente - o Produto Interno Bruto da área caiu 10% nos últimos 14 anos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 495

A realidade do outro lado da fronteira também não é diferente. Distantes da capital do país, que concentra mais da metade da população uruguaia, os Departamentos ao norte do Uruguay vêm sofrendo com as sucessivas crises econômicas, que afetam a produção agropecuária e o comércio locais, suas principais fontes de receita pública e de geração de trabalho e renda para a população.

Mapa do Uruguay

A Atividade Binacional tem como um dos seus principais objetivos a inserção da temática Segurança Pública nas ações de desenvolvimento e integração regional, de forma a contribuir para a garantia da ordem pública, da inclusão social e da afirmação das respectivas soberanias nacionais, condições essenciais para a consolidação das relações na América Latina.

Na América Latina os debates sobre as políticas de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência têm adquirido uma nova orientação. A democratização no continente fez desaparecer a "ameaça subversiva" que baseava em muito a atuação das instituições de segurança pública, gerando a abertura de espaço para as noções de segurança pública e cidadã, ao mesmo tempo em que declinaram os antigos paradigmas de segurança nacional e defesa interna. O objeto das políticas e ações não está mais focado no Estado, e, sim, no cidadão. A nova concepção de segurança abrange aspectos relativos à defesa e proteção da vida, as liberdades, bens e valores individuais e

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASIL/DOC. SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 996
g

coletivos, ou seja, adota uma abordagem integral que considera todas as causas geradoras de violência e criminalidade, fundindo prevenção e repressão, sempre em uma perspectiva de prevalência do uso da inteligência e da tecnologia sobre o da força. Essa é a essência do modelo da segurança cidadã.

Seminário - Oficina Binacional: Segurança Cidadã na Fronteira Brasil/Uruguay

Em relação às atividades já empreendidas da Ação Segurança Cidadã, do Programa Sistema Único de Segurança Pública, previsto no Plano Plurianual 2004/2007, para a fronteira Brasil/Uruguay, foi realizado um Seminário / Oficina nas cidades de Santana do Livramento/Brasil e Rivera/Uruguai, entre os dias 8 e 10 de novembro último, ocasião em se fez o lançamento das atividades para a região, foi apresentado o modelo de segurança cidadã, seus componentes, e iniciado, por meio de oficinas, o desenvolvimento de um planejamento estratégico participativo reunindo atores locais, tendo sido inaugurado o escritório regional do Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública - TREINASP Fronteira. Durante o evento, foi assinada uma declaração conjunta e realizada ainda a abertura oficial do II Curso de Gestão de Unidades Aeropoliciais, já como primeiro curso oferecido por meio do TREINASP.

A Ação Segurança Cidadã - Fronteira Brasil / Uruguai, como já foi dito, pretende-se uma parceria entre a SENASP e a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, por meio do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, visando a inserção das ações de Segurança Cidadã na agenda de desenvolvimento da faixa de fronteira Brasil/Uruguai, com o objetivo de articular as políticas de segurança pública com as demais políticas setoriais promotoras do desenvolvimento humano, tão carentes naquela metade sul do estado, razão pela qual é uma das regiões definidas como prioritárias para o Governo Federal. A intenção é transformar a experiência em um projeto-piloto para ser replicado na área de atuação do PDFF, ou seja, a faixa de fronteira brasileira, iniciando, dessa forma, a preparação do Programa Sul-Americano de Segurança Cidadã, compromisso assumido pelo Presidente Lula e reafirmado pelos Ministros de Justiça e do Interior da América do Sul, por meio da Declaração de Segurança Cidadã na América do Sul, assinada em agosto último, na capital cearense.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 99f
g
BRAÇO/CÓDIGO SEGURANÇA CIDADÃ

A ação está inserida na denominada "Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço", iniciativa de competência dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Uruguai, que tem como objetivo criar condições para o desenvolvimento integrado da região da fronteira entre os dois países, a fim de obter melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, fomentando mecanismos que tendam ao uso mais equilibrado das verbas, funcionando como instrumento privilegiado para a solução dos problemas das comunidades que vivem na área de fronteira - estimadas em 720 mil pessoas - por meio da promoção de ações concretas nas diferentes áreas de cooperação fronteiriça - saúde, educação, cooperação policial e judiciária, meio ambiente, saneamento, redução da oferta e demanda de drogas e combate ao abigeato.

Como estratégia de implementação das ações na região, foi prevista a instalação de um braço local do Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública - TREINASP, para ser o ponto focal das ações do projeto, de forma descentralizada, a partir da assinatura de uma declaração conjunta entre os Governos Brasileiro e Uruguaio, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, as Prefeituras de Sant'Ana do Livramento e Bagé e a Intendência Departamental de Rivera, além do PNUD Uruguai. A intenção é que o Centro local seja transformado em referência em segurança de fronteiras.

O TREINASP, criado em dezembro de 2004, é resultado de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e o Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD) apoiado pelo Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e Desenvolvimento da América Latina e Caribe (UN-LiREC). O Centro é responsável pela elaboração e implementação de projetos e ações na área de segurança pública, sendo que sua atuação insere-se no contexto nacional do modelo da Segurança Cidadã, cuja base está alicerçada no empoderamento dos governos locais e na integração de políticas de prevenção e de fortalecimento institucional, e que faz parte do arcabouço institucional do Sistema Único de Segurança Pública.

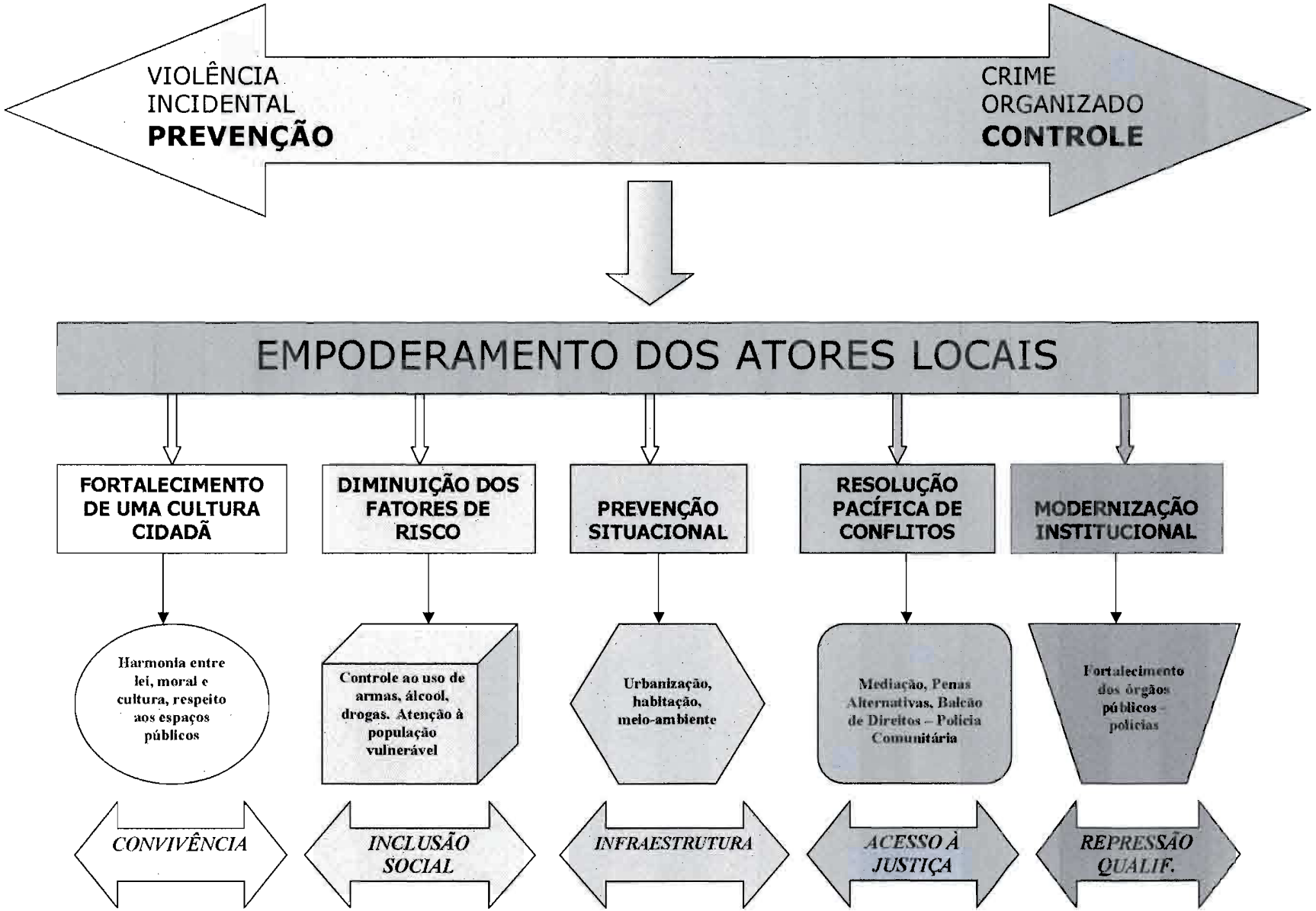
A Segurança Cidadã

A segurança cidadã é uma metodologia que aborda, de forma mais ampla, o fenômeno da violência e criminalidade, baseando-se em políticas integrais de segurança que tem relação direta com a proteção e promoção da vida, das liberdades individuais, dos bens e valores pessoais e coletivos, enfim, da cidadania, objetivando, fundamentalmente, a integração das ações de segurança

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 498

pública, de caráter mais repressivo, com outras ações de cunho social e estruturantes, que visam a diminuição da incidência de fatores motivadores da violência e delinqüência, visando a prevenção.

O modelo da Segurança Cidadã vêm sendo incorporado, com o apoio das Nações Unidas, em diversos países de nossa América como forma de romper com os velhos paradigmas de gestão da segurança pública, tão arraigados em nossas instituições, baseados na "defesa do estado", na "segurança nacional", em detrimento da segurança dos cidadãos. Busca também superar o tradicional debate entre os que defendem a exclusividade da ação repressiva e os que apóiam unicamente políticas preventivas, de inclusão social, como solução para o problema da violência e insegurança. A segurança cidadã é uma política integral de segurança que aborda e integra aspectos que vão da prevenção ao controle, tendo como ambiente focal as realidades locais. O esquema abaixo pode ajudar a visualizar melhor o conceito.


VIOLÊNCIA
INCIDENTAL
PREVENÇÃO
CRIME
ORGANIZADO
CONTROLE
EMPODERAMENTO DOS ATORES LOCAIS
FORTALECIMENTO DE UMA CULTURA CIDADÃ
DIMINUIÇÃO DOS FATORES DE RISCO
PREVENÇÃO SITUACIONAL
RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL
Harmonia entre lei, moral e cultura, respeito aos espaços públicos
Controle ao uso de armas, álcool, drogas. Atenção à população vulnerável
Urbanização, habitação, meio-ambiente
Mediação, Penas Alternativas, Balcão de Direitos – Policia Comunitária
Fortalecimento dos órgãos públicos - policias
CONVIVÊNCIA
INCLUSÃO SOCIAL
INFRAESTRUTURA
ACESSO À JUSTIÇA
REPRESSÃO QUALIF.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 500

EMPODERAMENTO DOS ATORES LOCAIS (DESCENTRALIZAÇÃO E GOVCERNABILIDADE)

- Criação ou fortalecimento de uma instância em nível local responsável pela gestão coordenada da segurança cidadã: **capacitação e infra-estrutura**
- Sistemas confiáveis de gestão da informação e compartilhamento de dados: **Observatório de Violência: pesquisas de vitimização e opinião**
- Plano Estratégico Integrado de segurança e convivência em nível local articulado com as respectivas políticas nacionais e estaduais: **diagnóstico**
- Integração em nível local: **Gabinetes de Gestão Integrada Municipais**

CULTURA CIDADÃ (CONVIVÊNCIA)

- Campanhas pedagógicas para o cumprimento voluntário das normas de convivência
- Normas locais de postura: **códigos de convivência**
- Fortalecimento da participação popular: **conselhos comunitários de segurança**
- Programas de apoio à cultura cidadã: **esporte, lazer e cultura**
- Terapia Comunitária

FATORES DE RISCO (INCLUSÃO SOCIAL)

- Respeito aos direitos humanos
- Atenção a grupos vulneráveis: sistema de gestão integrada de redes de programas sociais de Prevenção em Segurança Cidadã e de proteção às pessoas em situação de indigência, mulheres, jovens e crianças envolvidos em violência
- Desarmamento Voluntário
- Programas de prevenção ao uso e abuso do álcool e drogas e de redução de danos
- Educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda

PREVENÇÃO SITUACIONAL (INFRA-ESTRUTURA)

- Recuperação do espaço público (ruas, praças, calçadas e iluminação pública)
- Campanhas de despoluição visual e auditiva

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 501
BRASIL 2009-SEGURANÇA CIDADÃ

- Construção de espaços de esporte, lazer e recreação (parques, quadras e bibliotecas públicas)
- Manuais e Cursos de Melhoramento de ambientes urbanos em Segurança Cidadã
- Inclusão do indicador Segurança Cidadã na elaboração de planos diretores municipais
- Modernização do transporte público
- Ciclovias

RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS (ACESSO À JUSTIÇA)

- Resolução Pacífica de Conflitos e Acesso ao Judiciário: **Espaços de Mediação, Núcleos de Atendimento à Vitimas de Violência, Assistência Jurídica e Centrais de Aplicação e Monitoramento de Penas Alternativas (C.I.C.)**;
- Violência doméstica e infantil: **Delegacias de família e Promotorias Populares**.
- Programas de **policiamento comunitário** e participação cidadã.

MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL (REPRESSÃO QUALIFICADA)

- Capacitação para a intervenção qualificada: **TREINASP**
- Desenvolvimento Tecnológico e equipamentos de comunicação entre as polícias: **INFOSEG**
- Gestão da Informação: **geoprocessamento**
- Construção de infra-estrutura: **delegacias cidadãs e postos integrados**
- Aquisição de veículos para os órgãos de segurança pública: **viaturas e aeronaves**
- Programas especiais integrados para a redução dos homicídios comuns e demais mortes violentas: **Programa Zonas Seguras**
- Fortalecimento da Inteligência em segurança pública
- Reforma e modernização do sistema penitenciário

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
Fls. 503
8
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

Estratégias e Atividades Previstas

Estratégias

A implementação de projetos integrados de segurança pública, em âmbito interno, já é tarefa por demais complexa para ser coordenada por um ator apenas, demandando uma participação múltipla, dada a característica multidisciplinar e intersetorial da temática. Em se tratando de iniciativas que dependam de cooperação internacional, o desenvolvimento dessas políticas torna-se ainda mais intrincado pelo acréscimo de fatores diplomáticos, envolvendo diferenças culturais, questões de soberania, defesa de interesses nacionais, etc.

O estabelecimento de uma política integrada requer um planejamento exaustivo, cuja condição essencial é a participação ativa de todos os órgãos envolvidos. Tal planejamento deve incluir o maior desenvolvimento possível de apoios da parte de todos os partícipes do sistema, identificando necessidades comuns e específicas de cada um, por meio da adoção de uma estratégia geral de planejamento, além de estabelecer parâmetros para coleta dos dados que integrarão o sistema de informações, além de identificar as opções tecnológicas mais apropriadas e, por fim, a avaliação e monitoramento permanente das ações. Essa integração inclui grandes demandas para que ela possa ser efetivamente realizada de forma bem sucedida, entre as quais devem estar previstos os necessários recursos humanos e financeiros. Não há integração que se consolide sem que se crie instrumentos sólidos, permanentes, que fomentem incessantemente essa integração, o que irá assegurar a sua continuidade, pois, como é comum acontecer, as organizações resistem à eventuais mudanças em seus antigos sistemas de auto-gestão, ainda mais em se tratando de relações internacionais.

Por isso, mais do que nunca, a implantação de uma política requer que sua gestão seja absolutamente suprapartidária, quaisquer que sejam os partidos políticos dos prefeitos, do governador ou do Presidente da República, que irão indicar os membros para o órgão soberano, devendo ser acatado sempre o princípio segundo o qual o interesse regional de medidas adotadas deve prevalecer a questões político-partidárias.

Além disso, qualquer auxílio mútuo deverá respeitar os princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos e da não-ingerência nos assuntos internos de outros países, linhas mestras que, tradicionalmente, têm norteado a ação externa brasileira.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 203
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

Por essas razões, a presente iniciativa binacional deverá ser desenvolvido mediante uma ação coordenada entre o Governo Brasileiro, através do Ministério da Justiça, e Governo do Uruguay, por meio do Ministério do Interior, ambos órgãos de estado responsáveis pela condução das políticas de segurança pública em seus respectivos países, e demais órgãos setoriais, em articulação com o governo do Estado do Rio Grande do Sul e governos municipais brasileiros e departamentais uruguaios localizados na linha de fronteira Brasil/Uruguay, todos em estreita cooperação. Por isso em todas as atividades deverão ser contemplados todos os citados parceiros, sem distinção.

Também sua implementação deverá reunir esforços com organizações do terceiro setor e privadas de ambos as nações, no sentido de otimizar parcerias e intercambiar informações, mediante o estabelecimento de interfaces com o Ministério da Justiça, no Brasil, e Ministério do Interior, do Uruguay.

A execução das ações se dará de duas formas: direta e descentralizada. De forma direta por meio do direcionamento de metodologias e produtos que estão sendo desenvolvidos e aplicados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em outras regiões do país, como por exemplo, o INFOSEG, a Força Nacional e o Projeto Fronteira, e a forma descentralizada será implementada através da assinatura de Cartas de Acordo, que é o instrumento utilizado pela Ação Segurança Cidadã para o repasse de recursos para órgãos públicos de maneira vinculada a um cronograma de atividades preestabelecidas.

Assim, para a implementação da presente proposta, é fundamental que algumas ações preparatórias devam ser levadas a cabo. Entre elas está a criação de uma instância local intersetorial, envolvendo representantes dos governos brasileiro e uruguaio, para a concepção, planejamento, gestão e acompanhamento das ações, uma espécie de Gabinete de Gestão Integrada Binacional, cuja composição deverá ser a seguinte:

- Ministério da Justiça, do Brasil, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- Ministério do Interior, do Uruguay;
- Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e Uruguay;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP - BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 354

- Ministérios da Defesa do Uruguay e Brasil;
- Ministério da Integração Nacional;
- Departamentos da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal;
- Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul
- Representante dos Municípios brasileiros e representante dos Departamentos uruguaios situados na linha de fronteira Brasil/Uruguay.

Total de membros: 12

Geografia prioritária:

MUNICÍPIOS BRASILEIROS:

Santana do Livramento, Quaraí, Barra do Quaraí, Uruguaiana, Dom Pedrito, Bagé, Aceguá, Pedras Altas, Herval, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Chuí.

DEPARTAMENTOS URUGUAIOS:

Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta Y Três e Rocha.

Atividades Previstas por Elemento e Ano:

1) EMPODERAMENTO DOS ATORES LOCAIS:

2006

1) Diagnóstico integral da realidade local em segurança pública para subsidiar o desenvolvimento de um

2) Plano Estratégico de Segurança Cidadã integrado com as políticas nacionais, estaduais e regionais (consultor Juliano Vallejo)

3) Curso para ONG's (Livramento) e para Vereadores (Bagé) em parceria com a UN-Lirec;

4) Criação e estruturação de Instâncias Municipais de Gestão da Segurança Cidadã (Observatório de Violência) em Sant'ana do Livramento e Bagé;

5) Realização de Pesquisas de Vitimização e de Opinião em Livramento e Bagé;

6) Realização de Avaliações e Monitoramento das Ações na região.

2007

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 505

- Criação e estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada em Bagé e Sant'ana do Livramento, sendo este último, binacional;

- Desenvolvimento das atividades em outros municípios que integram a geografia prioritária;

2) FORTALECIMENTO DA CULTURA CIDADÃ

2006

1) Criação de Conselhos Comunitários de Segurança em Livramento e Bagé;

2) Apoio ao desenvolvimento de códigos locais de convivência (códigos de postura) em Bagé e Livramento;

3) Realização de campanhas pedagógicas e lúdicas para o incentivo ao cumprimento de leis e normas de convivência por meio da mídia e das artes;

2007

- Aplicação de Terapia Comunitária;

3) DIMINUIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

2006

1) Criação de um Sistema Local de Gestão Integrada de Redes de Programas Sociais de Prevenção à Violência, para o atendimento a populações vulneráveis e vítimas de violência;

2) Integração de ações do Centro de Referência da Mulher (SPM), em Sant'ana do Livramento com os Núcleos de Atendimento às Vitimas de Violência (TJRS -Juizados Especiais Criminais);

2007

- Realizar Campanhas de sensibilização para o desarmamento voluntário.

- Realização de Campanhas lúdicas de prevenção ao uso e abuso de drogas e álcool concebidas e realizadas e concepção de políticas de redução de danos (SENAD).

- Apoio à ampliação do Proerd

4) PREVENÇÃO SITUACIONAL

2006

1) Elaborar Manual para o Desenho de Espaços Urbanos Seguros, a partir da realidade local;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 506
BRA/04/079-SEGURANÇA CIDADÃ

2) Realizar curso de capacitação de gestores governamentais, terceiro setor e liderancas comunitárias na aplicação da metodologia de melhoramento de espaços urbanos em segurança cidadã;
3) Apoiar a elaboração ou modernização dos planos diretores de Sant'ana do Livramento e Bagé, incluindo aspectos da Segurança Cidadã (MCidades);

2007

- Apoiar projetos de melhoramento de ambientes urbanos, aplicando a metodologia da segurança cidadã.

5) RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

2006

1) Realizar Curso de Resolução Pacífica de Conflitos / Mediação dirigido a policiais, gestores municipais, técnicos, lideranças comunitárias e ong's.

2) Implantação de Espaços de Mediação de Conflitos, Núcleos de Atendimento à Vitimas de Violência, Assistência Jurídica e Centrais de Aplicação e Monitoramento de Penas Alternativas junto ao TJRS - Juizados Especiais Criminais de Bagé e Livramento (SRJ);

3) Oficina para a Revisão e adaptação de Programa de Policiamento Comunitário a partir das experiências do Rio Grande do Sul e Uruguay;

4) Realização de Cursos de Policiamento Comunitário

2007

- Apoio a projeto de Policiamento Comunitário;

- Programas de Promotorias Legais populares (ONG Themis)

- Disseminação das ações na geografia prioritária.

6) **MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

2006

1) Estruturar o Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública / TREINASP - Fronteira

2) Realizar INC da Força Nacional de Segurança Pública na região;

3) Realizar Curso DARM (UN-Lirec)

4) Implantar o Tele-Centro RENAESP em Livramento;

5) Reunião para o desenvolvimento do "INFOSEG Brasil / Uruguay"

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 2 Df
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

6) Implantar ponto do Projeto Fronteira em Livramento e Bagé; 2007

- Realizar Cursos de Inteligência

- Etapa do Escopol

- Desenvolver mapas geoprocessados da "fronteira seca" (IBAMA);

- Aquisição de viaturas e equipamentos;

- Estruturação de Delegacias Cidadãs;

ARTICULAÇÃO COM OUTROS MINISTÉRIOS E SECRETARIAS

- Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Desenvolvimento Regional - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira;

- Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ): Acesso à Justiça; C.I.C.'s;

-Secretaria Nacional de Justiça - Departamento de Estrangeiros - Migração

- Secretaria Nacional Anti-Drogas: Política de Redução de Danos

- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM): Centro de Referência de Atendimento à Mulheres Vítimas de Violência;

- Ministério das Cidades: Planos Diretores

- Meio Ambiente: Agenda 21

- Ministério do Desenvolvimento Agrário: mediação de conflitos agrários

- Ministério da Educação: Universidade Federal do Pampa - UNI- Pampa

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 209
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

NUEVO MODELO DE SEGURIDAD CIUDADANA PARA EL ESTADO DE ESPÍRITO SANTO.

PROYECTO PARA LA PREVENCIÓN Y EL CONTROL DEL DELITO Y LA VIOLENCIA.

Breve descripción El proyecto tiene como objetivo el de asegurar a los habitantes del Estado de Espírito Santo las condiciones de seguridad necesarias para que puedan gozar plenamente y ejercer integralmente sus libertades y derechos. El proyecto se dirige a fortalecer las acciones ya iniciadas por el Estado en materia de seguridad ciudadana, así como a integrarlas en un plan general que incluye el fortalecimiento de la Secretaría Estadual de Seguridad Pública y Defensa Social (SESP) y de los Gobiernos Municipales, la modernización de las fuerzas de seguridad y un amplio conjunto de políticas preventivas del delito y la violencia. Para alcanzar estos objetivos, el proyecto se estructura en tres módulos:

1) El fortalecimiento de la Secretaría Estadual de Segurança Pública

2) El fortalecimiento del sistema de policía estadual

3) El desarrollo y la integración de un sistema de prevención social de la violencia y el delito.

Contrapartes: Gobierno de Espírito Santo, Secretaría Estadual de Seguridad Pública y Defensa Social (SESP).

Duración del proyecto: 3 años

Costo del proyecto:

Fecha de firma del convenio: Septiembre de 2005

Multiyear Funding Framework(MYFF): Goal, Service Line 2.4, Core Result e Country Program Outcome (**Consultar a Tabela MYFF 2004-2007 para a classificação do projeto**)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
Fls. 510
8
SEGURANÇA CIDADÃ

SECCION I

PARTE I. A. ANÁLISIS DE SITUACIÓN

1. El problema a abordar

América Latina es una de las zonas más violentas del mundo. A raíz de ello la sensación de inseguridad se ha extendido e incrementado a lo largo y ancho de todo el continente, demostrando que más allá de los hechos el fenómeno de la violencia y el delito también tiene un carácter subjetivo que debe ser contemplado y atendido.

En los últimos años, con el agravamiento del problema, se ha hecho evidente que la violencia y el delito no solo representan fuertes obstáculos para el pleno ejercicio de los derechos, libertades y garantías ciudadanas, sino que también pueden afectar la gobernabilidad democrática y comprometer el desarrollo económico de una región. En nuestro continente uno de los factores que más ha incidido en esta situación es la permanencia de sistemas de seguridad ciudadana que, luego de la restauración democrática, no fueron concebidos ni reorganizados de acuerdo a las nuevas condiciones sociales y políticas. Como resultado de estas anacronías institucionales, entre otras cosas, por ejemplo, ha sido muy difícil el desarrollo de abordajes integrales a la violencia y el delito. La ausencia de gobierno de la seguridad cuyo correlato inmediato es la ampliación de la autonomía policial para la gestión de los asuntos de seguridad ciudadana, sumado también a la exclusión sistemática de la comunidad de las instancias de toma de decisión sobre estas cuestiones, da cuenta de la generalidad de un modelo de seguridad que en la región no ha conseguido detener el aumento exponencial de los niveles de violencia y delito ni controlar nuevas modalidades criminales.

En respuesta a esta situación, durante la última década muchos gobiernos de la región han asumido la seguridad ciudadana y la gobernabilidad democrática del sistema de seguridad ciudadana como una prioridad de sus agendas públicas. El Estado de Espírito Santo no ha sido, en este sentido, una excepción.

En los últimos cincuenta años la economía del Estado de Espírito Santo creció incesantemente (7,6 % anual), atrayendo a grandes porciones de población hacia su centro industrial ubicado en el área metropolitana de Gran Vitória. A partir de la década del sesenta, principalmente en razón de la adopción de políticas de incentivos a la industrialización, Espírito Santo experimentó profundas transformaciones económicas, que trajeron aparejados cambios también urbanos, poblacionales, sociales e inclusive culturales. La falta de planificación, urbanización y servicios públicos básicos, característica de los aglomerados poblacionales resultantes del proceso de crecimiento industrial capixaba, acarreó un fuerte incremento poblacional en las áreas periféricas de los municipios de Vitória, Cariacica, Vila Velha y, notoriamente, del municipio de Serra, cuya población creció un 378% solamente durante la década del setenta, impactando sensiblemente en los índices de violencia hasta entonces existentes en la región. Como indicador de esta situación puede tomarse la evolución de la tasa de homicidios cada 100 mil habitantes registrada en el Gran Vitória que varió de 12,75 en 1979 para 86,75 en 2004 (580%), y el incremento de la tasa del interior del Estado que, aunque con un

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 511
8
BRASIL SEM VIOLÊNCIA CIDADÃ

crecimiento más leve, también registró una variación importante de 12,59 en 1979 para 28,23 en 2004 (124%).

Los altos niveles de violencia y delito se asocian en Espírito Santo a la gran disponibilidad de armas en manos de población civil y también al abuso de drogas y alcohol que aparecen como los factores de riesgo más frecuentes en caso de violencia homicida. En 2004, por ejemplo, cerca de 79,3% de los homicidios del Estado fueron cometidos por armas de fuego, lo que confirma una tendencia local y nacional de uso de armas de fuego en la comisión de este tipo de crímenes. Otro rasgo a señalar es que, coincidentemente con lo que sucede en otros centros urbanos del subcontinente americano, la población más afectada por hechos de violencia y delito, ya sea como víctimas o como victimarios, son hombres jóvenes o adultos jóvenes de entre 15 y 34 años.

Para el año 2004, las tasas de homicidios del interior de Espírito Santo duplicaron y hasta triplicaron -es el caso del área metropolitana de Gran Vitória- la media nacional que ronda los 24 homicidios casa 100 mil habitantes. En ese contexto, la seguridad se tornó un objeto de debate y de acción prioritaria tanto para la sociedad como para el Gobierno Estadual y los Gobiernos Municipales que iniciaron al mismo tiempo, aunque de forma poco articulada, diferentes acciones tendientes a frenar el espiral de violencia. A nivel del gobierno estadual, cabe resaltar que estos esfuerzos se vieron limitados por la crisis política y económica que atravesó el Ejecutivo y el Legislativo capixaba en el año 2002 que dejó una burocracia estatal débil y con escasos recursos.

2. Situación prevista al final del proyecto

En sentido general, a partir del presente proyecto se busca reducir los niveles de violencia e inseguridad que aquejan a la comunidad de Espírito Santo interviniendo sobre las causas sociales del delito y la violencia y mejorando la calidad de la respuesta institucional al fenómeno. El fin último de este proyecto es permitir a la población el pleno goce y el ejercicio integral de sus libertades y derechos, condiciones necesarias para el desarrollo humano.

Al finalizar este proyecto se espera haber iniciado la pendiente decreciente de los índices de violencia y delito. Junto con ello, al finalizar el proyecto se espera contar con un nuevo sistema de seguridad ciudadana estadual coherente con el paradigma de la seguridad ciudadana, fortalecido desde el punto de vista de su organización y funcionamiento, integrado con el resto de las áreas de gobierno, con un plan de acción claro para que cada una de sus dependencias y cuerpos de policía atiendan de manera eficaz y eficiente la prevención de la violencia y el delito, y con personal mejor capacitado para responder a los desafíos emprendidos.

Como resultado específico del trabajo previsto, al finalizar el proyecto se habrá fortalecido la Secretaría Estadual de Seguridad Pública tanto en términos organizativos como en términos de su capacidad de dirección y gestión del sistema de seguridad ciudadana estadual. Asimismo, se habrá fortalecido el sistema de policía estadual (en el sentido de tener una más adecuada respuesta institucional al delito) y también el sistema de prevención social de la violencia y el delito que se espera organizar más

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 520

integradamente de acuerdo a variedad de respuestas que deben esgrimirse ante un fenómeno de naturaleza multicausal, como lo es la violencia y el delito.

3. Beneficiarios previstos

En la medida en que el proyecto espera iniciar la pendiente decreciente de los índices de violencia y delito, el beneficiario principal del proyecto es la población del Estado de Espírito Santo, quien de esta forma gozará de mejores condiciones para realizar progresos en materia de desarrollo humano. En particular, la población directamente beneficiada comprende a los involucrados en los programas de prevención social de la violencia y el delito de las Prefeituras de Vilha Vela, Vitória, Serra y Cariacica, que son los cuatro municipios del área metropolitana del Gran Vitória donde se implementarán la mayoría de las iniciativas de prevención social del delito que prevé este proyecto.

Asimismo, las instituciones directamente beneficiadas por la ejecución de este proyecto son, en primer término, la SESP con sus dependencias y cuerpos policiales estaduales y, en segundo término, las Prefeituras de Vilha Vela, Vitória, Serra y Cariacica, todas pertenecientes al área metropolitana del Gran Vitória, con quienes se trabajará conjuntamente en el desarrollo de varias de las iniciativas programadas. Indirectamente, se prevé que los beneficios se extiendan a otras instituciones del sistema de seguridad.

PARTE I. B. ESTRATEGIAS

Este proyecto se propone una estrategia integral dirigida a fortalecer las instituciones responsables de garantizar condiciones de seguridad ciudadana, y a atender las causas socio-culturales del fenómeno de la violencia y el delito a partir de una serie de medidas preventivas fundamentalmente orientadas a las poblaciones y zonas con mayor riesgo.

Por la magnitud de la iniciativa, se prevé un proceso gradual y complejo que se iniciará con una estimación del estado de situación tanto en términos de los problemas que se afrontan (envergadura, evolución y naturaleza de los hechos de violencia y delito sucedidos en el ámbito del estado de Espírito Santo), como de las fortalezas, deficiencias y necesidades de las agencias del Estado que intervienen para prevenir y controlar este fenómeno. A partir de este diagnóstico se elaborará un plan integral de seguridad ciudadana, cuyo espíritu deberá ser el de integrar y constituir un sistema de seguridad ciudadana coherente, minimizando la superposición de acciones y tendiendo a un manejo más eficiente de los recursos humanos, técnicos y también financieros. La concertación y formulación de este plan es un aspecto clave del proyecto, pues el Estado de Espírito Santo al igual que las prefeituras del área metropolitana de Gran Vitória cuentan con muchas iniciativas interesantes en curso que requieren un mayor grado de coordinación y conducción. En ese marco, el diagnóstico y el plan sientan las bases de un proceso de cambio que se inicia con este proyecto pero que se apoya en las capacidades instaladas y espera potenciarlas.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 513
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIDADÃ

De manera simultánea a la elaboración del diagnóstico y la formulación del Plan integral de seguridad ciudadana, se emprenderán algunas iniciativas que han sido identificadas como centrales para reformar y modernizar las instituciones del sector. Entre ellas se encuentran iniciativas de fortalecimiento de la Secretaría Estadual de Seguridad Pública, que es el órgano responsable del gobierno de la seguridad y, por ende, también de las políticas del sector. Para alcanzar este objetivo se emprenderán acciones como: la creación de un observatorio de violencia y criminalidad, la creación de un área de inteligencia criminal, el desarrollo de un sistema de coordinación e integración de la gestión local de la seguridad ciudadana, una ley general de seguridad ciudadana y un plan de reforma y modernización institucional de la misma SESP. Cabe señalar que el Plan integral de seguridad ciudadana también debe entenderse como una actividad central de fortalecimiento institucional de la propia SESP.

El otro componente del proyecto en materia institucional está dado por la necesidad de promover el fortalecimiento de los cuerpos de policía estaduales, que son los cuerpos responsables de la ejecución de las políticas de prevención institucional y control de la violencia y el delito. Con esta finalidad se instrumentará un programa de desarrollo institucional de los órganos policiales, un Plan de reordenamiento del funcionamiento institucional, y también un plan de reforma del sistema de formación de los agentes de seguridad pública.

Paralelamente, también se emprenderán acciones tendientes a lograr la integración y el desarrollo de un sistema de prevención social de la violencia y el crimen. Para ello se creará un sistema integrado de gestión de redes de programas sociales, se impulsarán programas de apoyo familiar y prevención de la evasión escolar, programas de acceso a la justicia, campañas de estímulo al desarme voluntario y de prevención del uso y abuso de alcohol y otras drogas, proyectos de recuperación de ambientes urbanos y de promoción de una cultura ciudadana.

1. Cooperación técnica con la Organización de Naciones Unidas/ Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD)

Durante las décadas del 60 y 70 el Brasil, aquejado por un cuadro de pobreza y desigualdad, fue cambiado por un proceso acelerado de industrialización que desembocó en el milagro brasilero. El PNUD apoyó al país en la construcción de sectores de infraestructura básica y de alta tecnología actuando como fuente financiadora de proyectos y catalizador de asistencia técnica y tecnológica internacional, trayendo los mejores especialistas mundiales en áreas como aviación civil, telecomunicaciones, tecnología industrial y alimentaria, investigación agrícola, y promoviendo estudios macroeconómicos y diagnósticos para apoyar la toma de decisiones sobre inversiones nacionales prioritarias. También apoyó el entrenamiento de técnicos brasileros que transmitieron sus nuevos conocimientos a países de América Latina y países africanos de lengua portuguesa.

En la década del 80 el Brasil en recesión, con inflación disparada, vio variar sus metas de desarrollo económico. El PNUD pasó a identificar profesionales brasileros capaces de contribuir a la implementación de proyectos de ejecución nacional en áreas como educación, gestión ambiental, salud, agricultura y telecomunicaciones, actuando también

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
Fls. 514
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

como actor financiero y catalizador de asistencia técnica y tecnológica internacional. Agregó, entre tanto a su agenda, la gestión de proyectos.

En la década del 90, el modelo económico del Brasil se transformó. El país abrió su economía para el mercado externo y entró en el área de reforma del Estado y de las privatizaciones. El PNUD evolucionó para el concepto de cooperación para el desarrollo en el cual los países de la región son responsables por el financiamiento y la ejecución de sus proyectos, agregando el PNUD independencia e imparcialidad; transparencia en la gestión de proyectos; acceso a soluciones y experiencias de otros países; y liderazgo en la organización de foros internacionales para la discusión de problemas globales.

También en esa década, el PNUD lanzó sus bases teóricas de desarrollo humano sustentable, pasó a elaborar el relatorio de desarrollo humano sustentable y creo el índice de desarrollo humano que pasó a ser un instrumento central de la formulación de políticas sociales de Brasil, contribuyendo de forma inédita para la definición de metas y prioridades gubernamentales. Al final de la década del 90, el PNUD hizo más tecnológicamente sofisticadas sus redes de contacto y desarrolló sus redes de conocimiento para conectar experiencias de desarrollo de todo el mundo, reforzando su papel de catalizador de actores involucrados y pasando a realizar acuerdos de cooperación con los estados, municipios, agencias reguladoras, el sector privado, y ONGs, además del gobierno federal.

Así, a partir del 2003, el PNUD pasó a considerar la cuestión del enfrentamiento a la violencia y la impunidad como un factor determinante para retomar el desarrollo de un país. Se firmó, entonces, con el Ministerio de Justicia, el primer Acuerdo de Cooperación para el Desarrollo a partir de la mejora de las condiciones de seguridad ciudadana, con recursos de donación. Al final del año 2003, los Proyectos BRA/03/003, BRA/03/023, BRA/03/031 e BRA/03/033, envolviendo aportes financieros por un monto de US$ 826.000,00 (ochocientos veintiséis mil dólares), habían sido firmados buscando fortalecer, vía la modernización de la gestión, las instituciones de seguridad pública y justicia.

Además, al final del año 2003, el PNUD, la Federación de Industrias de Río de Janeiro (FIRJAN), el Servicio Nacional de Industrias (SESI), y la SENASP, firmaron un acuerdo de cooperación para la elaboración de estudios en nueve diferentes áreas temáticas de seguridad pública, marcando el inicio de la **I Fase del Proyecto de Seguridad Ciudadana,** para subsidiar la implementación del Sistema Único de Seguridad Pública (SUSP), por medio del desarrollo de **bases teóricas**. Resáltese que la FIRJAN fue pionera en la iniciativa de agregar el apoyo de empresarios a una política de seguridad pública de Estado que la SENASP viene buscando implementar en cooperación con Estados Federados y Municipios.

También en el año 2003, el PNUD colaboró en la elaboración de la Carta de Consulta, ahora en análisis en la Secretaría de Asuntos Internacionales del Ministerio de Planeamiento, Presupuesto y Gestión, intentando buscar para el Ministerio de Justicia autorizaciones para iniciar las negociaciones de un acuerdo de préstamo en un valor US$ 250.000.000,00 (dos cientos cincuenta millones de dólares), que deberán estar comprendidos en la **III FASE del Proyecto de "Segurança Cidadã"**, teniendo como

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASÍLIA/DF-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 515

contrapartida US$ 100.000.000,00 (cien millones de dólares) del Fondo Nacional de Seguridad Pública.

En el nivel regional en América Latina, durante los últimos años, el PNUD ha acumulado experiencia corporativa relevante, tanto a nivel nacional como local, como resultado de varias actividades en prevención del conflicto, reforma institucional y construcción de capacidades para la gobernabilidad democrática. Como resultado de esta experiencia, PNUD presenta ciertas ventajas comparativas importantes en tanto que socio para la conducción de reformas en el sector de seguridad. Durante 2003 y 2004, PNUD percibió un incremento en la demanda de los gobiernos de América Latina y Caribe por asistencia técnica y asesoría en políticas relacionadas a la seguridad ciudadana. El incremento de la demanda fomentó el desarrollo de una iniciativa regional basada en los esfuerzos de reforma de los sistemas de seguridad de países como Nicaragua, El Salvador, Colombia, República Dominicana, Paraguay y Argentina. La iniciativa regional propone un abordaje integral basado en el fortalecimiento de las capacidades institucionales del gobierno de la seguridad y en la consideración de factores tales como la pobreza y la exclusión social en la elaboración de las políticas del sector. La iniciativa regional incluye muchos aspectos tales como alianzas con centros de excelencia y entidades que acumulan conocimiento en el tópico y el desarrollo de instrumentos y metodologías para ayudar a construir capacidades y fortalecer instituciones.

Por las razones señalas, PNUD ha desarrollado un conjunto de instrumentos y herramientas que recuperan las mejores prácticas sobre seguridad ciudadana de la región y también pone a disposición de los gobiernos del continente Latinoamericano su red de expertos certificados, quienes tienen experiencia concreta y exitosa en sus respectivos países. Las herramientas desarrolladas para dar asistencia en la formulación de políticas de seguridad ciudadana de prevención y control del delito y la violencia y de reforma y modernización de las instituciones del sector fueron concebidas cómo guías de apoyo a las autoridades gubernamentales del nivel nacional, estadual e inclusive local en el desarrollo de sus funciones públicas. Entre los principales instrumentos desarrollados a estos fines está: una guía para evaluación del estado de la seguridad ciudadana en América Latina que provee lineamientos para organizar un diagnóstico comprensivo tanto de la situación de violencia y delito como del sistema institucional de seguridad ciudadana; herramientas programáticas que se sustentan en buenas prácticas y brindan instrumentos para el diseño de programas y políticas de seguridad ciudadana, herramientas de evaluación de impacto desarrolladas para ponderar los resultados concretos de las iniciativas emprendidas; y cursos de capacitación y formación en seguridad ciudadana diseñados especialmente para funcionarios con responsabilidades en la planificación, implementación, gestión y evaluación de políticas de seguridad ciudadana.

2. Estrategia de país

La Secretaría Estadual de Seguridad Pública es el órgano del Poder Ejecutivo Estadual con responsabilidad directa sobre el gobierno del sistema de seguridad ciudadana y la definición políticas y estrategias de prevención y control de la violencia y el delito y de reforma y modernización de las instituciones del sistema. Esta Secretaría tiene bajo su

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 516
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

órbita las fuerzas de policía del Estado (Policía Militar y Policía Civil) y otros cuerpos de servicios de defensa social (Cuerpo de Bomberos Militar del Estado de Espírito Santo y Departamento Estadual de Tránsito –DETRAN-). La Policía Militar tiene atribuciones de policiamiento ostensivo preventivo, mientras que la Policía Civil es responsable de las labores investigativas de policía judicial y de tareas de policiamiento represivo. Por su parte, el Cuerpo de Bomberos es responsable de la defensa social, y la búsqueda y salvataje de personas; y la DETRAN es la institución encargada de otorgar licencias de conducir y fiscalizar y organizar el tránsito.

El objetivo actual de la SESP puede sintetizarse en el producir mejoras sustanciales, inmediatas y de mediano plazo, en la seguridad ciudadana del Estado de Espirito Santo. Esta institución, junto con sus dependencias y cuerpos subordinados, tiene como meta movilizadora para el año 2006 profundizar la integración de las instituciones públicas federales, estaduales y municipales y la comunidad en el combate de la criminalidad, presentar resultados visibles en acciones para desarticular el crimen organizado, especialmente en lo que atañe a corrupción, al tráfico de estupefacientes y de carga, reducir sustancialmente los indicadores de violencia (principalmente de los índices de homicidio del Estado), reducir los niveles de delitos contra el patrimonio, aumentar la incautación de estupefacientes, transferir presos de las delegacías al sistema de prisiones y realizar en gran escala el desarme de la población

Con estos objetivos, la SESP ya ha iniciado diferentes programas y políticas, entre las que se destacan: el sistema de denuncias telefónicas, diferentes iniciativas de servicios sociales para población vulnerable (como la Casa Abrigo Estadual Maria Cândida Teixeira), la campaña de desarme, la creación de un Comité de erradicación de la tortura, la instalación de un sistema de formación a distancia ("Telecentro"), y muchas otras acciones que se están llevando a cabo en la actualidad. Muchas de estas actividades cuentan con el apoyo de la sociedad civil, siendo notorio en el Estado la presencia de numerosas organizaciones sociales consolidadas en el trabajo para la comunidad.

Este marco pone de manifiesto la voluntad de las autoridades estaduales para emprender aquellos cambios necesarios para detener la espiral de violencia que vive el Estado de Espírito Santo y restaurar condiciones de seguridad ciudadana que permitan el pleno ejercicio de los derechos y un ámbito adecuado para el desarrollo humano sostenible.

3. Estrategias específicas del proyecto

Los componentes del presente proyecto son los siguientes:

1) Fortalecimiento institucional de la SESP
2) Fortalecimiento de la capacidad de gestión de las policías estaduales
3) Integración y desarrollo de un sistema de prevención social de la violencia y el delito

Las estrategias específicas por componente son las siguientes:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 316
BRASIL 29 SEGURANÇA CIDADÃ

1) Fortalecimiento de la SESP

Este componente apunta a mejorar las capacidades de la SESP en tanto que órgano responsable de gobernar y conducir las estrategias y políticas de seguridad ciudadana del Estado de Espírito Santo, y las instituciones encargadas de llevar adelante estas estrategias y políticas. De aquí se desprenden cinco líneas de acción:

1. Diseñar y poner en marcha un **Plan integral de convivencia y seguridad ciudadana**, entendido como una herramienta de gestión mediante la cual se definan de manera conjunta las prioridades, proyectos y programas que deben emprender las agencias estatales de los distintos niveles de gobierno y la sociedad civil para reducir los índices de violencia y delincuencia en los próximos tres años.

2. Fortalecer el sistema de gestión de la información a partir de:

- La puesta en funcionamiento de un **Observatorio Social, de violencia y conflicto social** que de manera unificada brinde información confiable y oportuna sobre la situación del fenómeno al Gobernador y a la Secretaría, de forma tal que les permita tener conocimiento pleno de las ocurrencias y sus dinámicas, tomar decisiones y controlar la gestión de las agencias encargadas de la ejecución de políticas dirigidas a la reducción de la violencia.

- La creación de un **área de Inteligencia Criminal** que, a partir de los datos recolectados de todas las fuentes posibles y luego de ser procesados (digitalizados en base de datos, análisis estadísticos, etc.), desarrolle análisis que permitan prevenir un mayor número de delitos y aumentar los casos de esclarecimiento de delitos que ya han sido cometidos. Sus funciones básicas serán análisis criminal, análisis estadísticos y análisis espacial.

  La información producida por el SURIDI y otras fuentes, deberán ser remitidas al **Centro de Procesamiento y Análisis de la Información Delictiva** -cuyas iniciales pueden ser CEPAID- que estará en la órbita de la SESP- y será responsable de emprender el análisis regular y periódico de la totalidad de la información recibida desde las diferentes instancias. Sobre la base de este análisis se elaborarán reportes e informes que van a dar cuenta de la problemática relacionada con la violencia e incidentes de distinto tipo.

  Este tipo de herramienta de gestión permite reunir y sistematizar información esencial a los efectos de idear, planificar, ejecutar, evaluar estrategias y modalidades de intervención basadas en la prevención de situaciones de violencia y conflicto; como asimismo constatar y evaluar de manera concreta y sistemática la actuación de las fuerzas policiales, en materia de seguridad preventiva en el Municipio y en el Estado.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASÍLIA-DF-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 218

3. Crear, al interior de la Secretaría, un área de **de coordinación, integración y asistencia de la gestión local de la seguridad**, que permita promover políticas de seguridad a escala local, establecer canales de interacción permanente con las prefeituras, así como brindar asistencia técnica para un mejor desempeño de las funciones de las prefeituras en todo lo concerniente a la gestión local de la seguridad.

4. Promover la adopción de un nuevo **marco normativo que regule la organización y funcionamiento de la seguridad en el Estado**, en el que se fijen los principios de la acción estatal en materia de seguridad, se defina el sistema de seguridad del Estado, se determine el papel de los actores involucrados, incluso la manera como los ciudadanos participan en la gestión de la seguridad.

5. Desarrollar un proceso de fortalecimiento **y modernización de la SESP** que adecue su organización interna al nuevo sistema de seguridad ciudadana a las necesidades de articulación y gestión que aquí se mencionan.

6. Desarrollar **cursos de capacitación de funcionarios** del gobierno estadual y de los gobiernos municipales, dirigidos a brindar elementos para una mejor comprensión del fenómeno de la violencia y el delito, así como brindar herramientas que permitan una mejor gestión de las acciones de prevención y control del fenómeno.

2) Fortalecimiento de las policías estaduales

Este componente está dirigido a mejorar la organización y las capacidades técnico-operativas de los cuerpos de policía del estado (Policía Militar y Policía Civil), de modo de mejorar la respuesta institucional a la violencia y el delito, en el marco del respeto a los derechos humanos. De este objetivo general se desprenden 4 líneas de acción:

1. **Reforma de los procedimientos policiales**, lo cual implica, entre otras cosas:

- Diseñar e implementar un **plan de reordenamiento del funcionamiento institucional de las policías estaduales** (de la lógica policial tradicional a especialidades de seguridad preventiva y seguridad compleja), a partir de la reafirmación de los principios de actuación policial y sus atribuciones constitucionales enmarcadas por la nueva ley de seguridad ciudadana, para determinar con precisión cómo se distribuyen entre los diferentes cuerpos las labores de seguridad preventiva, compleja y vial. Los principios de actuación policial configuran preceptos regulatorios de toda actuación policial que permiten

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 519
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

establecer cuándo, cómo, con qué medios y con qué intensidad debe actuar la policía frente a una situación objetiva de daño cuya existencia y continuidad supondría la violación de los derechos de las personas. En razón de ello, constituyen elementos normativos y funcionales básicos para adecuar en todo sentido la actuación policial concreta al principio general de protección ciudadana y de legalidad. El objetivo de este plan de reordenamiento del funcionamiento institucional de las policías estaduales es evitar la superposición o desatención de labores, pues si bien en el Estado de Espírito Santo hay dos policías bien diferenciadas en cuanto a las labores de cada una, es necesario remarcar el carácter netamente preventivo que debe tener la Policía Militar en sus labores (existe algo en la concepción de policía interactiva) e imprimirle labores de seguridad compleja a la Policía Civil en la resolución de casos.

- Crear un **Sistema Unificado de Recolección de Información de Incidentes** – cuyas iniciales podrían ser SURIDI- con la finalidad de reunir, centralizar, estandarizar (compatibilizar) y sistematizar información en un solo formato que sirva como plataforma para que un área especialmente diseñada realice tareas de análisis criminal. La homologación de la información se conseguirá estableciendo un mecanismo apropiado de recolección de información por medio del **Formulario Único de Recolección de Incidentes.**

  La implementación y puesta en funcionamiento de este sistema permitirá generar y actualizar en forma permanente un conocimiento fehaciente y la evolución de la dinámica del delito en las diferentes zonas geográficas y jurisdicciones de las fuerzas involucradas en la seguridad (PF, PM, PC, GC, DETRAN y Bomberos). Sobre la base del análisis criminal producido se podrán redefinir las labores policiales para programar e implementar estrategias y operativos preventivos específicamente planificados a partir de los **núcleos de riesgo** previamente identificados –lugares, locales y horarios de concentración de determinado tipo de riesgos, incidencias o problemas delictivos- y orientados a determinados objetivos, tareas, lugares, horarios y personas, permitiendo configurar respuestas policiales proporcionadas y racionales con relación a las problemáticas delictivas que se presentan y se deben atender

2. Puesta en marcha de un **plan de desarrollo institucional** de las policías estaduales, con eje en:

- Ampliar los **equipos de Profesionales** de la policía que realiza tareas de investigación, recurriendo a contar con peritos, analistas, médicos legistas, etc.

- Diseñar y ejecutar un **Plan de Mejoramiento de la logística policial**, su finalidad es mantener altos niveles de operatividad policial en la lucha contra las diversas manifestaciones de violencia, tales como el homicidio, secuestro, robo, etc.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/SENASP
Fls. 540
DEPARTAMENTO SEGURANÇA CIDADÃ

- Lograr el **funcionamiento de todas las policías durante las 24 horas**, es decir implementar de acuerdo a las jurisdicciones existentes, un sistema de turnos policiales o lugares policiales alternativos donde la comunidad pueda dirigirse en horarios críticos como la madrugada.

4. **Fortalecimiento del Sistema de Control Interno de las Policías**, pues la revitalización de esta área le dará a las fuerzas policiales un mayor grado de transparencia de todos los efectivos policiales en el desempeño de sus funciones, evitando o desenmascarando el enriquecimiento ilícito de sus integrante o el apremio ilegal en las Unidades.

5. **Plan de reforma del sistema de formación y reentrenamiento policial** cuyos ejes son:

- Integrar la **Formación Policial con ámbitos académicos** externos a la formación policial tradicional, realizando convenios con universidades locales, regionales, nacionales o internacionales para lograr cupos en algunas materias claves como Derechos Humanos, Ciencias Sociales, etc.

- Diseñar un **programa de capacitación permanente de los efectivos policiales**, tales como el reentrenamiento permanente durante una o dos semanas al año a los efectos de rendir condiciones de tiro, condiciones físicas, condiciones de salud, etc.

- Integrar y unificar la **formación básica policial en un solo instituto de formación policial** en el que se curse el ciclo inicial. Una vez finalizada esa etapa de formación, el cursante podrá elegir la especialidad de Policía Militar, Policía Civil, Bombero o GC. Esta especialización es independiente de las que caracterizan la formación policial clásica tales como comunicaciones, etc.

3) Integración y desarrollo del sistema de prevención social de la violencia y el delito

El proyecto tiene como norte la implantación del concepto de seguridad ciudadana basado en la construcción de relaciones de confianza entre las personas y de éstas con sus instituciones, que garantice la adecuada inclusión en la sociedad de todas y todos, sin distinción de raza, género, edad o condición económica, para lo cual se pondrán en marcha proyectos en las siguientes áreas:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASÍLIA-DF-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 531

1. Programas de **prevención y disminución de la violencia juvenil:**

Las líneas de acción 2, 3 y 4 están básicamente dirigidas a la prevención y control de la violencia juvenil.

Estos programas apuntan a evitar la participación de los jóvenes en los hechos de violencia, particularmente en el homicidio, como una de las tareas prioritarias que se deben afrontar en materia de convivencia y seguridad ciudadana.

Con el objeto de reducir los altos índices de participación de la población joven en hechos de violencia, en condición de víctimas o victimarios, se propone la realización un programa de prevención **focalizado** en jóvenes en alto riesgo y en conflicto con la ley.

Este programa articulará acciones enfocadas a atender las problemáticas identificadas en el diagnóstico como los principales factores de riesgo de la violencia y delincuencia juvenil: familias disfuncionales, reinserción delincuencial, abandono escolar y limitadas oportunidades laborales. Las iniciativas de control y prevención del consumo abusivo de alcohol y drogas se desarrollan como líneas de acción diferenciadas. El resto de los factores de riesgo mencionados, se atenderá a través de iniciativas de:

- **Apoyo a las familias de jóvenes en situación de riesgo** o en conflicto con la ley para asumir su responsabilidad de proporcionarles la protección y la contención afectiva y material que estos jóvenes requieren. La intervención conjunta con la familia y desde la familia son elementos cruciales para poder obtener mejores resultados en este tipo de iniciativas. Estas actividades pueden involucrar visitas domiciliares, asistencia de consejeros, designación de tutores para jóvenes y niños en situación de riesgos, establecimiento de grupos de apoyo y reflexión que ofrezcan un acompañamiento más cercano a las familias, facilitando, entre otros temas, el conocimiento de técnicas de mediación que permitan el manejo de los conflictos cotidianos sin el uso de la violencia.

- **Proyecto de retención y reincorporación escolar dirigido a**: a) niños, niñas y jóvenes con riesgo alto de abandonar la escuela; b) atención a jóvenes con historia de ausentismo y/o abandono escolar y c) reincorporación a la escuela de jóvenes desertores, mediante incentivos para el desarrollo académico, tales como incentivos económicos, clases opcionales de refuerzo o apoyo para las tareas, talleres vocacionales o de formación profesional acordes a sus inquietudes, habilidades, necesidades y realidad del mercado laboral, becas y ventajas académicas como educación a distancias y educación acelerada, etc.

2. **Sistema de gestión integrada de redes de programas sociales:**

Esta es una iniciativa que apunta, en primer lugar, a identificar todas las políticas dirigidas a zonas o poblaciones en riesgos y desarrolladas con fines preventivos. Sobre la base de esta información se constituirá un sistema de redes a partir del cual se ejercerá un mayor nivel de coordinación entre las políticas. La finalidad de

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 533
BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

este sistema de redes es lograr una óptima utilización de los recursos existentes, ampliar la cobertura geográfica y por sector poblacional, y generar esquemas de complementariedad según la especificidad de las distintas políticas.

3. **Campañas de entrega voluntaria de armas de fuego en manos de particulares:**

   Se implementarán campañas de sensibilización social donde se promoverán mensajes que generen un ambiente propicio para lograr un cambio en el comportamiento ciudadano frente al acceso a las armas, reducir el número de ciudadanos que desean portar armas para protegerse y aumentar el número de personas dispuestas a entregar voluntariamente sus armas.

4. **Prevención del uso abusivo de drogas y alcohol**:

   El objetivo de estas iniciativas es contrarrestar la posible incorporación a las redes y actividades de organizaciones criminales o en hechos de violencia de niños, niñas y jóvenes entre 7 y 18 años en riesgo social, por intermedio de un plan de prevención y contención social. Con este fin, se deben fortalecer factores de protección como atención a los padres y madres de familia (consumidores y/o vendedores) a través de apoyos concretos, mejorar la relación de comunicación entre padres y escuelas, así como la participación de jóvenes en actividades que les fomenten acciones positivas desde temprana edad. Asimismo, es importante focalizar esfuerzos en programas de prevención del uso de drogas y vigilancia por parte de los cuerpos de seguridad y del Estado en aquellos sectores priorizados por sus altos índices de consumo. Es importante reconocer que para afrontar la problemática del consumo y compraventa de drogas y su relación con dinámicas de violencia, no son suficientes las acciones desde la oferta (control del narcotráfico, distribución y comercio); es necesaria una vinculación con acciones de prevención, de tratamiento y rehabilitación, así como de participación institucional y social.

5. **Programas de mejora de los ambientes urbanos:**

   Se trata de iniciativas de recuperación del espacio público, renovación urbana, y recuperación de centros y actividades de animación urbana. El objetivo de estos programas es promover espacios públicos de calidad que contribuyan a crear capital social.

6. **Programas de acceso a la justicia**:

   Estos programas están orientados a evaluar el nivel de demanda jurídica insatisfecha en contraste con la cobertura de los servicios jurídicos disponibles para la población. Con base en dicha información se diseñan e instrumentan programas de ampliación y fortalecimiento de la cobertura estatal y de servicios

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 563
BRA/04/029 SEGURANÇA CIDADÃ

de asistencia legal, y se crean o extienden mecanismos de resolución alternativa de los conflictos.

7. **Programas de cultura ciudadana:**

El objetivo fundamental de esta política de Estado es la construcción de ciudadanía, la autorregulación interpersonal, expresada en el ámbito privado, pero especialmente en el ámbito de lo público. Se entiende aquí por cultura ciudadana el conjunto de costumbres, acciones y reglas mínimas compartidas que generan sentido de pertenencia, facilitan la convivencia y conducen al respeto del patrimonio común y al reconocimiento de los derechos y deberes ciudadanos. Su propósito es desencadenar y coordinar acciones públicas y privadas que inciden directamente sobre la manera como los ciudadanos perciben, reconocen y usan los entornos sociales y cómo se relacionan entre ellos en cada entorno.

Los programas de cultura ciudadana así entendidos buscan:

-Aumentar el cumplimiento de normas de convivencia;

-Aumentar la capacidad de unos ciudadanos para que lleven a otros al cumplimiento pacífico de normas;

-Aumentar la capacidad de construir relaciones entre mujeres y hombres más equitativas y armónicas;

-Aumentar la capacidad de concertación y de solución pacífica de conflictos entre los ciudadanos y ciudadanas;

-Aumentar la capacidad de comunicación de la población (expresión, interpretación) a través del arte, la cultura, la recreación y el deporte.

De acuerdo con lo anterior, resulta pertinente y oportuno ejecutar una estrategia de trabajo colectivo, coordinado y complementario, que identifique, produzca y fortalezca factores de capital social para enfrentar la violencia y la delincuencia.

Con base en ello se propone:

- La **adopción de códigos municipales de convivencia ciudadana**, dirigidos a completar y actualizar las normas de policía que regulan comportamientos ciudadanos cotidianos y que tienen que ver con el ejercicio de derecho y libertades tales como el derecho de locomoción, el derecho de reunión, la libertad de expresión, las libertades de industria y comercio, el ejercicio del derecho de propiedad privada, el derecho a la intimidad, etc.

  Estos códigos se adoptarán luego de un proceso que permita debatir los límites socialmente aceptados dentro de las diferencias, explicar cómo la universalización de ciertos comportamientos podría conducir a hacer muy difícil la vida en la ciudad e incluso afectarían su fertilidad económica, abrir una discusión entre actores sociales sobre los alcances de los procedimientos democráticos para la adopción de las normas, precisar el rol de las autoridades como guardianes de un

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 529
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

acuerdo entre los ciudadanos, quienes depositan en las autoridades el control a las disposiciones que entre todos han discutido, permitir que cada cual pueda comparar lo que él espera de los otros con lo que éstos esperan de él y ella, poner en cuestión el descuido frente a las situaciones riesgosas, y aclarar las motivaciones de algunas reglas que limitan la libertad ciudadana, en su propia protección y la de los demás.

Otras iniciativas complementarias que persiguen el mismo objetivo son:

- Desarrollar **campañas de cumplimiento voluntario de leyes**.
- Crear **observatorios de convivencia ciudadana**
- Desarrollar programas recreativos como **Madrugada Viva**.

SECCION II

MATRIZ DE INDICADORES DE RESULTADOS

Intended Output : Asegurar a los habitantes del Estado de Espírito Santo las condiciones de seguridad necesarias para que puedan gozar plenamente y ejercer integralmente sus libertades y derechos, a través de lograr el iniciar de la pendiente decreciente de los índices de violencia y delito y una mejora sustantiva de la respuesta institucional al fenómeno			
Outcome indicators			
Applicable MYFF Service Line 2.4. Justicia y Derechos Humanos			
Project title and ID Seguridad Ciudadana en el Estado de Espírito Santo			
Componente I: Fortalecimiento de la SESP			
Producto	**Meta anual**	**Actividades Indicativas**	**Insumos necesarios**

1. Plan Integral de Convivencia y Seguridad Ciudadana para el estado de Espírito Santo implementado	1.1 Diagnóstico integral de seguridad pública elaborado. 1.2 Plan de seguridad ciudadana del estado de Espírito Santo formulado, concertado y en vías de implementación.	1.1 Realizar diagnóstico integral del estado de la seguridad ciudadana: ▪ Realizar mapa de actores estratégicos a involucrar en el diagnóstico ▪ Establecer principales hipótesis y líneas de base del diagnóstico ▪ Realizar talleres de validación con actores estratégicos seleccionados (gubernamentales y no gubernamentales) ▪ Redactar documento final del diagnóstico 1.2 Consensuar y formular plan integral de seguridad ciudadana ▪ Conformar equipo interinstitucional para el proceso de prospectiva ▪ Definir líneas de acción, programas, proyecto y esquema de financiación ▪ Validar líneas de acción con actores estratégicos (gubernamentales y no gubernamentales) ▪ Establecer alianzas que faciliten la implementación del plan ▪ Redactar y publicar el documento final del Plan ▪ Realizar campaña de difusión masiva del Plan ▪ Iniciar implementación de proyectos definidos en el plan	**Unidad de Ejecución del proyecto**: Coordinador de proyecto (36 meses) 450,000 R$ Técnicos senior del proyecto (72 meses de consultor) 720,000 R$ Asistentes de proyecto (72 meses consultor junior) 360,000 R$ Asistente administrativo/a (36 meses) Secretario/a 120,000 R$ Equipamiento de oficina 50,000 R$ Comunicaciones 20,000 R$ Consultor Nacional 12 meses 120,000 R$ Consultor Internacional 60 días 60,000 R$ Viajes 10,000 R$ Publicaciones 15,000 R$ Seminarios 15,000 R$ SUBTOTAL RESULTADOS 1 Y 2 **1,940,000 R$**
2. SESP fortalecida	SESP en proceso de reforma y modernización	2.1. Realizar visita a Bogotá para conocer la experiencia del municipio en gestión local de la seguridad	
		2.2. Evaluar la organización y funcionamiento de la SESP	
		2.3. Definir plan de reforma y modernización de la SESP (definición de un nuevo esquema organizativo y de funcionamiento y de las formas y plazos de implementación del mismo)	
		2.4. Implementar plan de reforma y modernización de la SESP	

3. Sistema de gestión de la información fortalecido	Centro de Procesamiento y análisis de la información preventiva –CEPAID- diseñado y en proceso de implementación	3.1 Diseñar e implementar un Centro de Procesamiento y análisis de la información preventiva –CEPAID- para realizar tareas de inteligencia criminal.	
	Observatorio de violencia y delincuencia del estado de Espírito Santo diseñado y en proceso de implementación	3.2. Crear e implementar un Observatorio de la violencia y la delincuencia del Estado de Espírito Santo ▪ Diseñar el esquema organizativo y funcional del observatorio como un sistema de información con una estructura de red interinstitucional (definición de las fuentes de información, y de la forma de recolección de la misma –protocolos de recolección, procesamiento y análisis- para estandarizar y dar confiabilidad a la información, planificación del circuito de la información, de la organización del observatorio, etc) ▪ Realizar encuestas y recopilar estadísticas sobre información objetiva y subjetiva de crimen y violencia. ▪ Producir informes preliminares de análisis con base en la información recolectada y producida. ▪ Diseñar e implementar una estrategia de divulgación de la información producida por el observatorio.	15 días técnico SENASP Equipamiento (informático, comunicaciones, oficina) 50,000 R$ Consultores nacionales 4 meses 28,000 R$ Consultor Internacional 15 días 15,000 R$ Viaje 5,000 R$ Subcontratos (universidades, consultoras, comunicación) 30,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 3 **128,000 R$**
4. Sistema de coordinación, integración y asistencia de la gestión local en funcionamiento	Área de coordinación e integración de la gestión local y asistencia técnica a funcionarios de niveles municipales en funcionamiento	4.1. Crear área de coordinación e integración de la gestión local y asistencia técnica a funcionarios de niveles municipales ▪ definir perfil de funcionarios. ▪ definir funciones del área. ▪ definir necesidades de equipamiento.	Implementación proyectos locales R$ 900,000 Equipamiento para el área 50,000 R$ Consultores nacionales (3 meses) 25,000 R$ Consultores Internacionales 10 días

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SENASP BRASIL GOVERNO DE MUDANÇA CIDADÃ Fls. 2 2 8

	Dos planes municipales de seguridad local elaborados	4.2. Apoyar la elaboración e implementación de planes locales de seguridad ciudadana	11,000 R$ Viajes 4,000 R$ Publicaciones 20,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 4 **1,010,000 R$**
	Guías elaboradas y disponibles para las prefeituras	4.3. Elaborar guías para el diseño y gestión de políticas de seguridad ciudadana a nivel local	
	Consejos municipales del Gran Vitória establecidos	4.4. Apoyar la creación y fortalecimiento de los Consejos Municipales de Seguridad	
	Consejo intermunicipal en funcionamiento	4.5. Crear un consejo intermunicipal	
	Plan de fortalecimiento de las Guardias civiles municipales diseñado	4.6. Promover la creación y el fortalecimiento de las guardias civiles	
5. Capacitación de funcionarios estaduales y municipales del servicio civil en planificación y gestión de la seguridad pública realizada con colaboración del TREINASP, centro de entrenamiento de la SENASP	Módulos de capacitación diseñados	5.1. Diseñar módulos de capacitación	Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$ Seminarios, talleres 20,000 US$ Material de formación – Publicaciones 20,000 R$ Consultores Internacionales 20 días 20,000 R$ Viajes 6,000 R$ SUBTOTAL RESULTADOS 5 Y 6 **96,000 R$**
	Logística definida	5.2. Definir logística	
	Primeras capacitaciones iniciadas	5.3. Seleccionar funcionarios a capacitar	
		5.4. Llevar a cabo capacitación	
6. Proyecto de ley de seguridad pública elaborado y en proceso de aprobación en cuerpo legislativo correspondiente	1 Proyecto de ley elaborado y en proceso de discusión	6.1. Definir enfoque y principales componentes del proyecto de ley	
		6.2. Redactar el anteproyecto de ley	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
BRASIL-DIV. SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 528

		6.3. Validar y complementar borrador de proyecto con actores estratégicos	**TOTAL COMPONENTE 1** **3,174,000 R$**
		6.4. Redactar versión definitiva de marco regulatorio	
		6.5. Iniciar trámite de aprobación de marco regulatorio en cuerpo legislativo pertinente	

Componente II: FORTALECIMIENTO DEL SISTEMA POLICIAL ESTADUAL			
Producto	**Meta anual**	**Actividades Indicativas**	**Insumos necesarios**
7. Reforma de procedimientos policiales implementada	Comisión especial instituida, evaluación finalizada y estrategia de mejora de las labores investigativas en proceso de implementación	7.1. Crear comisión especial para que: ▪ realice una evaluación del esquema de investigación del delito y de procedimientos policiales vigente ▪ Diseñe e implemente una estrategia para mejorar las labores investigativas tales como la calidad y cantidad de indicios, pruebas, aportes y resultados que necesita todo proceso de esclarecimiento en el esquema de investigación del delito vigente.	Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$ Consultores Internacionales 30 días 30,000 R$ Viajes 8,000 R$ Equipamiento informático y software 100,000 R$ Equipamiento de oficina 30,000 R$ Comunicaciones 60,000 R$ Subcontratos (diseños sistemas de información, capacitación, etc) 100,000 R$ Seminarios y talleres 20,000 R$
	Plan de reordenamiento del funcionamiento institucional en marcha.	7.2. Diseñar e implementar un plan de reordenamiento del funcionamiento institucional de las policías estaduales (de la lógica policial tradicional a especialidades de seguridad preventiva y seguridad compleja). Reafirmación de los principios de actuación policial y sus atribuciones constitucionales enmarcadas por la nueva ley de seguridad ciudadana, para determinar con precisión cómo se distribuyen entre los diferentes cuerpos las labores preventivas (incluyendo labores de policía de proximidad o policía comunitaria), complejas y viales.	

	Sistema unificado de recolección de información de incidentes diseñado y en proceso de implementación	7.3.Diseñar e implementar un sistema unificado de recolección de información de incidentes	Personal para la policía civil (atención 24 horas, unidad interagencial, peritos) 1,500,000 R$
8. Sistema de control interno fortalecido	Evaluación del sistema de control interno realizada	8.1. Evaluar el sistema de control interno vigente y diseñar un plan de reforma y fortalecimiento del mismo sobre la base de, entre otras cosas: ▪ La creación de un nuevo régimen disciplinario y de ética policial ▪ La creación de una Defensoría del policía ▪ La instauración de nuevos mecanismos de control y supervisión del desempeño policial ▪ La creación de un sistema de control interno de corrupción y abuso policial	TOTAL COMPONENTE 2 **1,878,000R$**
	Plan de reforma del sistema de control interno en implementación	8.2. Implementar el plan de reforma y fortalecimiento del sistema de control interno	
9. Plan de desarrollo institucional de las policías estaduales implementado	Plan de desarrollo institucional en marcha	9.1. Ampliar el equipo de peritos técnicos o personal especializado de la policía civil	
		9.2. Diseñar e implementar un plan de mejoramiento de la logística policial (identificar necesidades de equipamientos, materiales, comunicaciones, movilidad)	
		9.3. Desarrollar e implementar un esquema funcional que garantice atención de 24 horas de la policía civil	
	Unidad interagencial de retención administrativa en proceso de implementación	9.4. Establecer acuerdos institucionales para la creación de una unidad de retención administrativa interagencial	
		9.5. Crear una unidad intergencial de retención administrativa (definir ubicación, forma de organización, etc)	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASIL 2030 SEGURANÇA CIDADÃ - Fls. 530

		9.6. Capacitar al personal responsable de la atención de la unidad interagencial de retención administrativa	
		9.7. Poner en funcionamiento la unidad interagencial de retención administrativa	
10. Sistema de formación y reentrenamiento policial reformado	Sistema de formación policial básica integrado y unificado	10.1.Evaluar las posibilidades y dificultades de unificación de los cursos de formación básica (revisión de currículas, infraestructura necesaria, etc.) y definir estrategia de integración.	
		10.2. Implementar sistema de formación básica unificado	
	Acuerdos realizados y programas establecidos	10.3. Establecer acuerdos con centros académicos externos	
		10.4. Implementar programa de cursos abiertos a personal policial e integrados a su plan de formación y capacitación regular	
	Sistema de capacitación y reentrenamiento permanente en vías de implementación	10.5. Definir programa de capacitación y reentrenamiento permanente de efectivos policiales	
		10.6. Implementar sistema de capacitación y reentrenamiento permanente	

Componente III: Integración y desarrollo de un sistema de prevención social de la violencia y el delito			
Producto	**Meta anual**	**Actividades Indicativas**	**Insumos necesarios**

11. Programa de apoyo familiar ejecutado	Programa de apoyo familiar en marcha	11.1. Realizar visitas domiciliarias	Consultores Nacionales (8) – monitores, educadores, asistentes sociales, administradores- 1,800,000 R$ Becas 500,000 R$ Subsidios talleres vocacionales, etc. 500,000 R$ Equipamiento informático 20,000 R$ Consultores Internacionales 10 días 9,000 R$ Viajes 6,000 R$ Comunicación pública 50,000 R$ SUBTOTAL Resultados 11, 12 y 13 **2,885,000 R$**
		11.2. Dar asistencia a través de consejeros	
		11.3. Establecer grupos de apoyo y reflexión que permitan el manejo de los conflictos cotidianos sin el uso de la violencia	
		11.4. Ofrecer los contactos con servicios especializados cuando se requiera de ayuda de otras áreas como salud, vivienda, trabajo, problemas de drogodependencia, entre otras.	
		11.5. Organizar servicios de tutoría para el apoyo directo de niños y jóvenes en situaciones de riesgo	
12. Programa de promoción para la reincorporación y retención escolar ejecutado	Programa de promoción para la reincorporación y retención escolar en proceso de implementación	12.1. Establecer incentivos para el desarrollo académico (becas estímulo, por ejemplo)	
		12.2. Organizar servicios de clases opcionales de refuerzo o apoyo de tareas	
		12.3. Organizar talleres vocacionales o de formación profesional acordes a las inquietudes, habilidades, necesidades de los jóvenes y las características del mercado laboral.	

13.Sistema de gestión integrada de redes de programas sociales implementados.	Sistema de gestión integrada de redes de programas sociales en proceso de implementación.	13.1. Crear un sistema de gestión integrada de redes de programas sociales: ▪ Diagnostico de actores y recursos para la conformación de las redes ▪ Capacitación de los integrantes de las redes ▪ Dotación de materiales para las organizaciones que trabajan en red ▪ Lanzamiento de cada una de las redes ▪ Diseño de un esquema operativo de trabajo en red y definición de un plan de trabajo conjunto por red ▪ Elaboración y lanzamiento de un plan de comunicación para cada red ▪ Intercambio y conformación de una red de redes.	
14. Campañas pedagógicas para el desarmamento voluntario concebidas e implementadas.	Diagnóstico sobre armas de fuego elaborado, Campaña de desarme voluntario y canje de armas diseñada y en proceso de implementación.	14.1. Elaborar un diagnóstico preciso sobre la tenencia de las armas de fuego en el Estado de Espírito Santo, los efectos de su uso en términos de salud pública, y sobre las actitudes de la población con respecto al problema de las armas.	Comunicación pública – publicidad 400,000 R$ Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 14 y 15 **430,000 R$**
		14.2. Elaborar y poner en marcha un plan de canje y de entrega voluntaria de armas legales e ilegales en manos de particulares.	
		14.3. Realizar estrategias de comunicación dirigidas a modificar los valores e ideas asociadas a la tenencia y uso de armas de fuego (realizar eventos de desarme voluntario, concretar alianzas con organizaciones y grupos de la sociedad civil que estén de acuerdo con el desarme)	
15. Campañas lúdicas de prevención del uso y abuso de drogas y alcohol concebidas y realizadas.	Campaña elaborada y en proceso de implementación	15.1. Elaborar un diagnóstico de la situación en el escenario local, con el fin de definir escenarios de intervención y de fijar líneas de base para el trabajo, así como de identificar comportamientos y actitudes en poblaciones jóvenes asociados al alcohol u otras drogas.	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Fls. 577

		15.2. Desarrollar un programa de prevención del uso y abuso de drogas y alcohol: ▪ Diseñar la política, la cuál deberá tener el carácter de integral, ser preventiva y buscar cambios en los comportamientos a través de acciones de diverso tipo. ▪ Conformar un grupo interdisciplinario de trabajo encargado de ejecutar la política, el cual puede provenir de agencias estatales encargadas de temas afines. ▪ Diseñar un componente de comunicaciones que transmita de manera ágil, amena y clara el mensaje. ▪ Realizar alianzas con instituciones públicas o privadas, con énfasis en entidades del sector educativo, para el desarrollo de la política. ▪ Adoptar medidas dirigidas a controlar los expendios de alcohol y otras drogas, para evitar su venta a menores de edad, el consumo en espacios públicos o a determinadas horas.	
		15.3. Ampliar cobertura del Programa Proerd: actividades de educación y sensibilización de niños y jóvenes para la prevención del uso de drogas.	
16. Proyectos de mejoramiento de ambientes urbanos desarrollados	Manual en proceso de elaboración	16.1. Elaborar manual para el mejoramiento de ambientes urbanos en seguridad.	Subsidios para mejora de espacio público 2,000,000 R$ Publicaciones 40,000 R$ Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$
	Curso diseñado	16.2. Preparar, organizar y dictar curso de capacitación de gestores estaduales y municipales y líderes comunitarios en mejoramiento de ambientes urbanos.	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Fls. 334

	Proyectos identificados y comenzada la ejecución de los proyectos prioritarios	16.3. Implementar proyectos de mejoramiento de ambientes urbanos	Consultores Internacionales 5 días 5,000 R$ Viajes 4,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 16 **2,079,000 R$**
17. Sistema de acceso a la Justicia ampliado y fortalecido	Programas de acceso a la justicia diseñados y en proceso de implementación	17.1. Realizar un diagnóstico de necesidades jurídicas insatisfechas y un mapa de servicios jurídicos existentes	Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$ Consultores Internacionales 10 días 10,000 R$ Viajes 8,000 R$ Subsidios para centros de mediación y conciliación /casas de justicia 500,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 17 **548,000 R$**
		17.2. Elaborar un plan estadual para mejorar el acceso a la justicia de los más pobres	
		17.3. Desarrollar programas de acceso a la justicia orientados a: a. ampliación de la cobertura de la justicia estatal y los servicios de asistencia legal (con especial atención a grupos vulnerables) b. ampliación y fortalecimiento de mecanismos alternativos de resolución de conflictos (con especial atención a grupos vulnerables)	
18.Proyecto de cultura ciudadana	Programa Madrugada Viva en ejecución	18.1. Desarrollar programa Madrugada Viva: actividades deportivas durante el horario nocturno (de 23 hrs a 5 am).	Consultores Nacionales (especialistas, actores, técnicos varios) 150,000 R$ Consultores Internacionales 30 días 30,000 R$ Viajes 10,000 R$ Equipamiento 40,000 R$ Publicaciones 50,000 R$
	Observatorio establecido y en funcionamiento	18.2. Crear observatorio de Cultura Ciudadana	
	Campaña diseñada y en vías de ejecución	18.3. Desarrollar campañas pedagógicas y lúdicas de cumplimiento voluntario de las leyes	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
BRASIL - SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 522

	Códigos Locales de Convivencia concertados e implementados	18.4. Concertar, elaborar e implementar Códigos Locales de Convivencia	Misceláneos 100,000 R$ SUBTOTAL RESULTADO 18 **380,000 R$** TOTAL COMPONENTE 3 **6,322,000 R$**

Componente IV: Monitoreo y evaluación			
Producto	**Meta anual**	**Actividades**	**Insumos necesarios**
19. Proyecto evaluado según el impacto producido en la reducción de la violencia y el delito, la sensación de inseguridad y en la modernización de las instituciones del sector (outcome)	Herramienta para evaluación de impacto diseñada	19.1. Diseñar una herramienta con indicadores para la evaluación de impacto de las políticas implementadas	Consultores Nacionales 3 meses 30,000 R$ Consultores Internacionales 30 días 30,000 Viajes 15,000 R$ Subcontratos 40,000 R$ TOTAL RESULTADOS 19 Y 20 **115,000 R$**
	Líneas de base para la evaluación de impacto establecidas	19.2. Evaluar el impacto del proyecto a partir de : a) Evaluación preliminar que sienta línea de base para la medición de impacto. b) Evaluación del impacto de las políticas implementadas a un año y seis meses de inicio del proyecto. c) Evaluación del impacto de las políticas implementadas al término de la ejecución del proyecto.	
20. Proyecto monitoreado regularmente según objetivos y	Indicadores de resultado establecidos	20.1. Establecer los indicadores de resultado del proyecto	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Fls. 576

resultados previstos (outputs)	Comisión de monitoreo haciendo seguimiento de la ejecución del proyecto, primera reunión realizada	20.2. Crear una comisión de monitoreo de ejecución de proyecto.	TOTAL PROYECTO 11,489,000 R$ Administración 3% 344,670 R$ TOTAL **11,833,670 R$**
		20.3. Monitorear semestralmente los resultados del proyecto, informes de progreso en el mismo período.	

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 538
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARTE III. ARREGLOS DE GESTIÓN

Los firmantes del presente documento de proyecto son el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y la Secretaría Estadual de Seguridad Pública de Espírito Santo (SESP). El proyecto será implementado bajo la modalidad de ejecución Nacional (NEX), tal y como está definida en el Manual de Programa del PNUD. El Director del Proyecto será el Secretario de Seguridad Pública y Defensa Social del Estado de Espírito Santo, último responsable de la ejecución del proyecto.

La coordinación de la implementación de las acciones previstas en este documento de proyecto corresponderá a la Unidad de Gestión del Proyecto (UGP), con sede en la SESP que contará con un Director y el personal técnico y administrativo necesario y que actuará en estrecha articulación con otras Coordinaciones y órganos estaduales y federales. Caben a la Unidad de Gestión del Proyecto las siguientes atribuciones:

1 – relacionarse con PNUD para el desarrollo de las actividades del proyecto que implican cooperación técnica internacional;

2 – detallar un plan de trabajo anual, estimar los recursos necesarios para su ejecución e informar al PNUD para alimentar el proceso de revisión anual;

3 – desarrollar procedimiento de traspaso de recursos para los pagos previstos en el PRODOC y sus revisiones;

4 – detallar las intervenciones propuestas en el plan de trabajo del proyecto de cooperación técnica, mediante la elaboración de términos de referencia, especificaciones técnicas, en colaboración con PNUD;

5 – Apoyar la identificación de demandas de consultorías de corto, mediano y largo plazo para proveer asistencia técnica a las actividades previstas en el PRODOC;

6 – identificar consultores, proveedores y establecer criterios para su selección, en colaboración con PNUD;

7 – desarrollar y mantener sistemas de información de gestión, estadísticas y documentos del Proyecto;

8 – participar en la elaboración de pliegos para la compra de bienes y servicios técnicos, y de las comisiones de análisis de las propuestas en procesos licitatorios de adquisiciones para la ejecución del Proyecto;

9 – supervisar, controlar, avalar y certificar la entrega de bienes y servicios adquiridos, velando por la observancia de los patrones de calidad especificados;

10 – responder por la gestión patrimonial de los bienes adquiridos por el Proyecto;

11 – monitorear la implementación física y financiera del Proyecto, elaborando relatorios de progreso de acuerdo con los modelos de PNUD y ABC;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 539
BRA/04/020 SEGURANÇA CIDADÃ

12 – desarrollar, en conjunto con el PNUD, ejercicios de validación de medio término y de final del Proyecto de cooperación técnica;

13 – participar de reuniones tripartitas anuales de monitoreo y validación del Proyecto;

14 – propones modificaciones / revisiones al PNUD;

15 – responder a las auditorias internas y externas del Proyecto de cooperación técnica, manteniendo archivada la documentación necesaria; y

16 – relacionarse con PNUD sobre asuntos pertinentes a aspectos técnicos de la implementación del Proyecto.

Responsabilidades del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo -PNUD

El PNUD cooperará con la Secretaria Estadual de Seguridad Pública brindando su asistencia técnica en materia de seguridad ciudadana. El PNUD, asimismo, desarrollará actividades de apoyo técnico a la planificación, implementación, monitoreo y validación, mismo en asistencia a los procesos de adquisición de bienes, servicios y utilización de insumos. El PNUD además colocará a disposición de la SESP sus mecanismos de preparación de documentos informativos, bien como pago directo a prestadores de servicios contratados en el ámbito de Proyecto. El PNUD realizará esfuerzos en el sentido de capacitar al equipo de la UGP en ejecución de productos y actividades previstas en este Proyecto. En este contexto, el PNUD proverá los siguientes servicios:

1) Asistencia técnica para la ejecución del proyecto mediante su red de expertos en materia de seguridad ciudadana y su oficina regional de servicios (SURF Panamá);
2) Asistencia en el reclutamiento de profesionales para actuar en el Proyecto;
3) Servicios para el monitoreo y la evaluación del impacto del proyecto;
4) Identificación de apoyo para actividades de entrenamiento, concesión de bolsas de estudio y viajes de estudio;
5) Apoyo en las actividades de adquisición de bienes e servicios;
6) Acceso a los sistemas mundiales de información gerenciados por PNUD;
7) Acceso a la red internacional de oficinas de PNUD;
8) Acceso a los sistemas de PNUD sobre informaciones operacionales, catastros de consultores, proveedores y servicios de cooperación para el desarrollo; y
9) Acceso al sistema de SAP, sistema corporativo, de monitoreo e gerenciamiento de proyectos.

La responsabilidad de la oficina local de PNUD por la prestación de servicios de apoyo deberá limitarse a los ítems detallados arriba. Las reglas de los procedimientos para

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SENASP
Fls. 540
SEGURANÇA CIDADÃ

contratación de servicios; adquisición de material permanente y contratación de consultores, bien como las normas pertinentes para la ejecución del Proyecto son aquellas que constan en el Manual de Procedimientos para Ejecución Nacional de Proyectos del PNUD. La contratación de profesionales no podrá exceder la duración del Proyecto y no representará, en cualquier circunstancia, vínculo de empleo con la Agencia Ejecutora o con o PNUD.

El proyecto ahora propuesto podrá sufrir adecuaciones sugeridas por el Director Nacional del Proyecto, o también por el Representante Residente de PNUD, siempre que su necesidad se justifique en el ámbito del documento de proyecto acordado con el Gobierno Estadual.

Los recursos financieros para tal asistencia están definidos en el presupuesto y serán utilizados en conformidad con las Normas Financieras de los Reglamentos de PNUD. Para proveer los servicios arriba mencionados, la Agencia Ejecutora Nacional, por medio de este documento, autoriza al Representante Residente de PNUD a utilizar directamente los recursos previstos, en las sublíneas (SBL) presupuestarias identificadas como 16.71, cuando aplica, dentro de los límites presupuestarios aprobados y de acuerdo con las Normas Financieras de los Reglamentos de PNUD.

El presente proyecto terminará: 1) Por vencimiento del término previsto para su duración sin que exista la prórroga; 2) Por mutuo acuerdo de las partes; 3) Por cumplimiento de su objeto; 4) Por fuerza mayor o caso fortuito.

PARTE IV. MONITOREO Y EVALUACIÓN

El coordinador preparará semestralmente un informe de progreso del proyecto que estará sujeto a la supervisión y aprobación del Director del proyecto y de la oficina de PNUD Brasil. La guía y criterios de elaboración de los informes serán acordados con el PNUD.

Con el objetivo de desarrollar un monitoreo adecuado y objetivo se realizará un trabajo de evaluación de impacto del conjunto de las políticas implementadas que tiene por objetivo ponderar los efectos últimos del proyecto en términos de reducción de los niveles de violencia y delito, de mejoría de la percepción social tanto sobre la problemática de la violencia y el delito como sobre las instituciones responsables de brindas respuesta a dicha problemática (policía militar, policía interactiva, secretaría estadual de seguridad pública, gobierno estadual, etc.), y de modernización de las instituciones del sector. Para ello se levantará una línea de base (diagnóstico) al comienzo del proyecto. Y, adicionalmente, se desarrollarán dos evaluaciones de impacto proyecto, una a medio término para verificar que las metas están siendo cumplidas y también para ayudar a resolver problemas de planificación e implementación; y una segunda evaluación al finalizar el proyecto. Para un adecuado desarrollo de estas actividades de monitoreo, seguimiento, evaluación y retroalimentación al proyecto, la oficina de PNUD

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 541
GRA-04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

Brasil, con asistencia de PNUD LAC SURF, elaborará una herramienta para medir el impacto y proveerá los servicios para la evaluación.

Las partes son conscientes de la importancia de identificar y compartir las lecciones aprendidas del proyecto. SESP y PNUD, en particular, realizarán el monitoreo del proyecto, documentarán las lecciones aprendidas y las compartirán nacional y regionalmente a través de los mecanismos creados al efecto por el PNUD.

El Proyecto estará sujeto a una auditoria de final de término, conforme a lo establecido en el "Manual de Gestión de Proyectos de Ejecución Nacional". El organismo de ejecución deberá solicitar la realización de dicha auditoria y a posteriori de su ejecución emitir los comentarios al informe de auditoria.

PARTE V: CONTEXTO LEGAL

The project document shall be the instrument referred to as such in Article 1 of the Standard Basis Agreement between the Government of Brazil and the United Nations Development Programme, signed by the parties on 1964. The host country-implementing agency shall, for the purpose of the Standard Basic Assistance Agreement, refer to the government cooperating agency described in that Agreement.

The following types of revisions may be made to the project document with the signature of the UNDP Resident Representative only, provided s/he is assured that the other signatories of the project document have no objections to the proposed changes:

1. Revision or addition to any of the annexes of the project document

2. Revisions which do not involve significant changes to the immediate objectives, outputs or activities of the project, but are caused by the re-arrangement of inputs already agreed to or by cost increases due to inflation; and

3. Mandatory annual revisions that rephrase the delivery of agreed project inputs or reflect increased expert or other costs due to inflation or take into account agency expenditure flexibility.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 543
PROJETO SEGURANÇA CIDADÃ

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL
BRA/04/029
PROJETO SEGURANÇA CIDADÃ – FASE II

CONTRATO 2005/000909
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 115506

Produto 08.

VERSÃO FINAL DE RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE SEGURANÇA CIDADÃ

CONSULTOR: Marcelo Ferreira Carámbula

Brasília, março de 2006

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 544
9
BRASIL-SEGURANÇA CIDADÃ

Relatório de Monitoramento da Implementação de Projetos Segurança Cidadã

A Necessidade de uma agenda regional

Na América Latina os debates sobre as políticas de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência têm adquirido uma nova orientação. A democratização no continente fez desaparecer a "ameaça subversiva" que baseava em muito a atuação das instituições de segurança pública, gerando a abertura de espaço para as noções de segurança pública e cidadã, ao mesmo tempo em que declinavam os antigos paradigmas de segurança nacional e defesa interna. A nova concepção de segurança abrange aspectos relativos a defesa e proteção da vida, as liberdades, bens e valores individuais e coletivos.

Hoje há que se falar em uma segurança pública voltada exclusivamente ao cidadão e isso somente é viável em âmbito estritamente local.

Sabe-se que a dinâmica do crime é complexa, demandando estratégias de enfrentamento mais amplas e abordagens que levem em conta a dimensão dessas práticas. Acontece, porém, que os atos criminosos, tendo ou não, origem no crime organizado, geram efeitos no Município, dentro de sua extensão territorial e, suas conseqüências são sentidas de forma mais direta, no seio das comunidades locais.

A distância existente entre o local da ocorrência dos crimes (administrados) e as instâncias que definem as políticas e as formas de gerir a segurança pública (administrantes) é, certamente, um dos fatores

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SENASP
Fls. 545
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

que influenciam na qualidade serviço prestado pelos Estados e União, à população. Por isso, a importância da participação do agente local na formulação, gestão e fiscalização da segurança pública ganha destaque no SUSP, principalmente nas áreas de prevenção à violência e à criminalidade. Essa aproximação entre agentes de segurança pública e sociedade civil já vem sendo adotada em diversas partes do mundo e é chamada de Policiamento Comunitário. Tal metodologia está baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, como crimes, drogas, medos, desordens físicas, morais e até mesmo a desorganização social dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área. Quem pode ter mais conhecimento direto dos problemas de segurança do que as próprias comunidades, que convivem, diariamente, e de maneira muito próxima, com eles?

Existem situações em que a proximidade entre municípios faz com que os efeitos da criminalidade local sejam sentidos além dos limites territoriais do município em que esses crimes ocorrem. Por isso, a aproximação entre municípios vizinhos, por meio do desenvolvimento de consórcios municipais, é uma estratégia que permite que se otimize esforços e recursos financeiros no enfrentamento à violência em toda a região, sem, no entanto, interferir na autonomia de cada ente em conduzir sua própria política para a segurança.

A Senasp tem incentivado a formação de consórcios municipais como forma de viabilizar o apoio do governo brasileiro a programas de prevenção à violência e à criminalidade, otimizando esforços e recursos na busca da padronização de ações.

A partir de 2003, a SENASP passou a desenvolver uma estratégia de cooperação internacional, baseada no incremento de sua inserção em assuntos que envolvam segurança regional e sub-regional. Nesse esforço, somaram-se parceiros multilaterais como as Nações Unidas, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial.

Em 2004, a Senasp, em parceria com a ONU, iniciou a implementação da segunda fase do Programa "Segurança Cidadã", um acordo de cooperação técnica e financeira iniciado em 2003, entre Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, baseado no paradigma de segurança pública e cidadã, que objetiva dotar o Brasil das mais modernas metodologias e tecnologias de gestão em segurança pública, por meio da disponibilização de expertise nacional e internacional para o desenvolvimento de ações nas áreas de informação, formação, modernização institucional e prevenção. Países como Uruguay, Argentina, Paraguay e Colômbia também desenvolvem o mesmo modelo de parceria com o PNUD, onde são chamados "Seguridad Ciudadana".

O Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública - TREINASP

O Ministério da Justiça (MJ) do Brasil deu início oficialmente, em dezembro de 2004, às atividades do Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública para a América Latina e Caribe (TREINASP), com a cerimônia de destruição pública de mais de dez mil armas de fogo entregues ao governo pela população. O próprio Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, participou e liderou a "Caravana do Desarmamento", fazendo com que o evento, realizado na Capital Federal, Brasília, em seu "Memorial Presidente Juscelino Kubitschek", ícone brasileiro de compromisso com um desenvolvimento econômico vinculado à manutenção da garantia constitucional de direitos individuais e coletivos, desse "fôlego nacional" e reconhecimento internacional à proposta do TREINASP.

O Centro tem como objetivo aprimorar os conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes dos agentes da segurança pública; estimular atividades do chamado "policiamento comunitário"; bem somo apoiar iniciativas de implantação e modernização da gestão da segurança pública, incluindo a reestruturação das instituições do setor. O TREINASP, assim, passa a fazer o papel de ponto focal para o intercâmbio de experiências

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 547
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

brasileiras e dos países da América Latina e Caribe em Segurança Pública. A questão do desarmamento representa um amálgama e emblema de diversos elementos buscados com a modernização da gestão da Segurança Pública e da Defesa Social, tanto no Brasil quando na América Latina e Caribe.

O TREINASP, instalado no Brasil, é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica, especialmente firmado pelo Governo Brasileiro com a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como interlocutores, pelo lado brasileiro, (i) o Ministério da Justiça (MJ), através da sua Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do seu Departamento de Polícia Federal (DPF) (ii) o Ministério das Relações Exteriores (MRE), (iii) o Ministério da Defesa (MD) e (iii) o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República (PR) através da sua Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Da parte da ONU, o Centro Regional das Nações Unidas de Lima, Peru (UN-LiReC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Centro, em função de tudo isso, já tem uma importante inserção no Plano Plurianual (PPA), com uma conseqüente previsão de aplicação de verbas federais pelo Governo Brasileiro no período 2004/2007, enquanto parte do "Programa Segurança Cidadã", grande continente das atuais políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Central em prol do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O SUSP fica materializado na integração dos diversos órgãos e respectivos serviços de Segurança Pública providos no país, padronizando procedimentos e nivelando recursos, induzindo a integração do conhecimento produzido no setor, sem esquecer de uma fundamental promoção de sinergia no desenvolvimento de projetos conjuntos na área social. Seu fim último é o próprio desenvolvimento socioeconômico sustentável, no que tange a gestão da Segurança Pública.

O TREINASP já desenvolveu diversas atividades desde sua recente

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 548
BRASIL - SEGURANÇA CIDADÃ

instalação no Brasil, marcadas por importantes realizações a partir de dezembro de 2004. A primeira delas foi o Curso "Armas de Fogo na América Latina e Caribe: Diagnóstico E Ação", Versando sobre Não-Proliferação de Armas Leves, no contexto das atividades conjuntas do UN-LiReC e do Programa Segurança Cidadã do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O curso foi ministrado para Assessores Parlamentares e Representantes de Organizações Não-Governamentais (ONG) da América Latina e Caribe. Sua realização contou com uma importante co-participação do Senado Federal (SF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), órgãos máximos do Governo Federal e que prontamente apoiaram e prestigiaram o recém criado TREINASP.

Em seguida, o Centro concebeu e implementou, em caráter pioneiro, o Primeiro Curso Básico Nacional de Inteligência de Segurança Pública, ministrado em Recife sob a liderança do Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Defesa Social e sua Gerência de Inteligência), ministrado para a comunidade de agentes brasileiros de segurança pública, contando com a participação de 66 alunos das mais diversas instituições de Segurança Pública dos 27 entes federativos do país e de outras instituições interessadas (a exemplo, instituições fiscais), os quais prontamente reconheceram a importância e relevante missão do TREINASP em tal contexto. A esse respeito, vale notar as diversas solicitações já foram recebidas pelo Ministério da Justiça para que o curso seja replicado em outros entes federativos, a partir da observação e participação de alunos de outros estados e do Distrito Federal, mercê da iniciativa vanguardeira do Governo do Estado de Pernambuco.

O TREINASP tem, fundamentalmente, um papel catalisador da modernização da gestão da Segurança Pública na América Latina e Caribe, conforme ficou demonstrado no Seminário sobre Segurança Cidadã

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 549
BRASIL DA SEGURANÇA CIDADÃ

realizado em julho de 2005 em Brasília, sob os auspícios do Ministério das Relações (MRE) Exteriores e do Ministério da Justiça (MJ), ao qual acorreram importantes atores da Segurança Cidadã da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Bolívia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, bem como representantes diplomáticos de países da comunidade internacional com sede na capital do Brasil.

Os dirigentes das instâncias federais do Governo Brasileiro que tratam do tema da Segurança Pública, em suas várias implicações transnacionais, mais particularmente o Ministro de Estado da Justiça e o Secretário Nacional de Segurança Pública, se sentem honrados com a confiança neles depositada pela Organização das Nações Unidas (ONU), países membros da comunidade da América Latina e Caribe, bem como doadores para programas específicos desenvolvidos pelo UN-LiReC e PNUD. Tais titulares daquelas importantes pastas do Governo Federal demonstram inequivocamente seu firme compromisso em aglutinar esforços em prol da segurança da comunidade em que o país está inserido, contexto no qual o Brasil faz fronteira com nove dos onze países continentais da região e com o território da Guiana Francesa, fazendo dele uma nação com grandes responsabilidades nos esforços em prol da cooperação internacional em questões de Segurança Pública dos países da América Latina e da Bacia Caribenha.

No próximo mês de agosto, o Ministério da Justiça (MJ), com o concurso de intensa preparação da sua Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), fará realizar um Seminário Internacional sobre Segurança Cidadã na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Durante o evento, que terá a participação de organizações da família das Nações Unidas, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e de representantes de todos os entes federativos do país, o Grupo Executivo para Estabelecimento do TREINASP (constituído de acordo com duas "portarias" do Ministro de Estado da Justiça) poderá acessar as atuais percepções de representantes

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 550
BRASIL - SEGURANÇA CIDADÃ

da comunidade de países da América Latina e Caribe sobre os rumos do Centro, reafirmar seus objetivos, bem como identificar novos desafios, consolidando tudo isso em uma "Declaração de Missão" que vem sendo estudada e elaborada já desde algum tempo.

O Centro, que é itinerante, poderá ser o instrumento pelo qual será desenvolvida a capacitação de todos os agentes envolvidos no Projeto Segurança Cidadã Binacional, em uma visão regional integrada e padronizada de formação.

Atividades, Locais e Meses de Realização dos Cursos e Eventos Ministrados pelo TREINASP em 2004 e 2005.

CURSOS E EVENTOS REALIZADOS:

- 01. Curso no contexto do Programa de Intercâmbio Parlamentar sobre Armas de Fogo na América Latina e Caribe
  - Brasília, Distrito Federal, dezembro de 2004.

- 02. Curso no Contexto do Programa de Organização, Fortalecimento e Desenvolvimento das Capacidades de Militância das Organizações Não-Governamentais na América Latina e Caribe
  - Brasília, Distrito Federal, dezembro de 2004.

- 03. Curso de Inteligência de Segurança Pública
  (Inteligência, Contra-Inteligência, Operações de Inteligência e Análise Criminal)
  - Recife, Pernambuco, maio-setembro de 2005.

- 04. Curso no contexto da Iniciativa de Controle de Transferência de Armas de Fogo na América Latina e Caribe
  - Porto Alegre, junho de 2005.

- 05. Primeiro Curso Nacional de Gestão de Unidade Aeropolicial
  - Capão da Canoa, Rio Grande do Sul, junho de 2005.

- 06. Curso de Segurança de Dignitários.
  - Curitiba, Paraná, maio de 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASÍLIA-DF-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 521

- 07. Curso de Segurança de Dignitários
  - São Paulo, São Paulo, junho-julho de 2005.

- 08. Curso de Gerenciamento de Crise e Controle de Operações Especiais
  - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, julho de 2005.

- 09. Reunião sobre Segurança Cidadã na América do Sul – Encontro Preparatório
  - Brasília, DF, julho de 2005.

- 10. 1º Treinamento Básico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Armas de Fogo
  - Foz do Iguaçu, Paraná, agosto de 2005.

- 11. Fórum Internacional de Polícia Comunitária e Segurança Cidadã
  - Cuiabá, Mato Grosso, agosto de 2005.

- 12. Reunião Ministerial sobre Segurança Cidadã na América do Sul
  - Fortaleza, Ceará, agosto de 2005.

CURSOS E EVENTOS PREVISTOS:

- 01. Curso de Guias de Cães Farejadores de Drogas
  - Florianópolis, Santa Catarina, agosto-setembro de 2005.

- 02. Curso de Guias de Cães Farejadores de Explosivos
  - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, outubro de 2005.

- 03. Curso de Capacitação em Operações Táticas
  - Natal, Rio Grande do Norte, outubro-novembro de 2005.

<u>Missão Bogotá</u>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BIBLIOTECA-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 552

A capital da República da Colômbia, Bogotá, está situada na Cordilheira dos Andes, no centro ocidental do país, a 2.600 metros acima do nível do mar. Fundada em 1538, experimentou, em menos de meio século, uma explosão demográfica que fez com que se transformasse em um megalópole de aproximadamente 7 milhões de habitantes. Juntamente com esse repentino crescimento, vieram também os problemas inerentes a toda cidade grande: falta de infra-estrutura urbana, desemprego, trânsito caótico, violência e criminalidade.

Em meados da década de 1990, a cidade registrava os mais altos índices de mortes violentas, com taxas de 80 homicídios e 25 mortes em acidentes de trânsito por 100.000 habitantes e se considerava que a sociedade colombiana se caracterizava pelo afastamento entre a lei, a moral e a cultura, manifestada pela violência interpessoal gratuita, a corrupção, a descrença nas instituições do estado, etc.

Em face desse quadro, em 1995, durante a administração do alcaide (prefeito) Antanas Mockus Sivickas, iniciaram-se a implementação de uma série de programas e projetos baseados em políticas integrais de segurança e convivência, apoiadas basicamente em dois eixos: no fortalecimento das instituições de polícia e justiça e em programas de prevenção á violência e à criminalidade por meio da atenção especial a grupos vulneráveis. Esse plano integral, denominado programa de cultura cidadã, apesar das alternâncias dos mandatários locais, tem sido desenvolvido, ininterruptamente, nos últimos 9 anos, logrando, desde então, diminuir as taxas de homicídios de 80 para 30/100 mil hab. e de acidentes de trânsito de 25 para 11/100 mil hab.

As primeiras ações buscaram identificar as raízes de toda aquela violência e insegurança, em que locais se originam, quem ou o quê as provoca e de que forma podem ser enfrentadas, resultando no desenho de políticas de estado ordenadas e efetivas.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 553
PROGRAMA DE SEGURANÇA CIDADÃ

A partir da visita do Sr. Juan Salazar, diretor do PNUD Colômbia ao Ministério da Justiça, no Brasil, em setembro de 2004, entre os dias 14 e 18 de fevereiro de 2005, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – Seção Regional, PNUD Brasil e PNUD Colômbia, promoveram missão conjunta à capital da Colômbia – Bogotá, com objetivo de identificar possibilidades de cooperação entre os dois países, a partir da experiência desenvolvida naquela cidade em segurança e convivência cidadã. Durante a semana em que permaneceram em Bogotá, os integrantes da missão - composta por membros da Senasp, pelo Secretario de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Norte e sua equipe, membros da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, PNUD Brasil e o Secretario de Assistência Social do município de Sant'ana do Livramento - RS tiveram a oportunidade de conhecer diversas iniciativas lá desenvolvidas, que, segundo os responsáveis pela implementação do programa, contribuíram para o decréscimo de alguns índices de criminalidade em torno de 70%, nos últimos dez anos. Além de exposições e reuniões, os trabalhos realizados durante a missão incluíram visitas a experiências modelo. A intenção da Secretaria Nacional de Segurança Pública é apoiar, por meio do Projeto Segurança Cidadã, o desenvolvimento de projetos piloto nas regiões metropolitanas de Natal e Salvador, a partir das experiências verificadas em Bogotá. No caso de Santana do Livramento, a Senasp buscará a cooperação com o Uruguai, para a implantação de projeto binacional.

A agenda inaugural da missão ocorreu na sede do PNUD na Colômbia localizada à Av. 82 No. 10-62 piso 3. Bogotá D.C. ,

Durante a missão a delegação teve a oportunidade de conhecer um conjunto de ferramentas disponibilizadas pelo PNUD, em segurança e

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
Fls. 254
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

convivência cidadã, que, via de regra, resumem a visão do organismo em relação à matéria.

O paradigma do desenvolvimento humano do PNUD

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define o desenvolvimento humano como o processo que permite ampliar as opções (incluíndo as liberdades e capacidades) dos indivíduos.
Estas opções vão desde o gozo de uma vida prolongada e saudável, o acesso ao conhecimento e as receitas necessárias para lograr um nível de vida digno, até o gozo pleno das liberdades políticas, economicas e sociais.

O conceito de segurança humana

O conceito de *segurança humana* refere-se à faculdade das pessoas de acessar estas opções de forma livre e segura.
A segurança humana compõe-se das seguitnes dimensões:

- Segurança econômica
- Segurança na saúde
- Segurança no meio ambiente
- Segurança Pessoal
- Seguridad comunitaria
- Seguridad política

A visão do PNUD em Segurança e convivência cidadã

O crime e a violência são uma das principais ameaças à segurança humana. Seus efeitos afetam principalmente a dimensão da segurança pessoal, mas também de forma direta os demais componentes da segurança humana.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 222
SEGURANÇA CIDADÃ

Para alcançar o controle efetivo desses fenômenos é necessário atender de forma paralela tanto as causas estruturais como as manifestações latentes do crime e da violência.

A relação entre segurança humana e desenvolvimento é muito estreita, sendo que a prinipal diferença consiste em que a segurança humana está focada na proteção enquanto o desenvolvimento tem por base a promoção das opções das pessoas.

O PNUD tem adotado uma visão integral para abordar os fenômenos de crime e violência. Essa visão articula políticas que vão desde a prevenção da violência e da delinqüência até a sua repressão.

Serviços oferecidos pelo PNUD para a formulação de políticas e projetos:

Gestão do conhecimento

- Identificação e compilação de boas práticas desenvolvidas na América Latina
- Desenvolvimento de ferramentas para a formulação de políticas e projetos
- Rede de especialistas associados

Desenvolvimento de capacidades

- Criação e capacitação de equipes locais em projetos
- Certificado de graduação para atores envolvidos

Desenvolvimento de parcerias

- Identificação e envolvimento de atores estratégicos
- Participação da cidadania

Serviços e produtos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRA/04/029-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls 556
8

Diagnóstico

- **Análise de estatísitcas de violência e delinqüência**

  a. Análise da tipologia do crime e da violência: estabelecimento de tipo de violência (organizações criminosas /violência incidental) de acordo com a letalidade das agressões; estabelecimento da relação armas de fogo/armas brancas; determinação de circunstâncias de ocorrência em razão do tempo, modo e lugar; determinação das condições da vítima e vitimizador (vínculos, antecedentes penais, presença do álcool ou outros elementos psicotrópicos).

  b. Georeferenciamento de dados: o georeferenciamento dos dados da criminalidade e violência permite estabelecer padrões de ocorrência desses fenômenos; estabelecimento de hipóteses baseadas nas análises realizadas.

  c. Interpretação dos dados

- **Análisis de capacidades institucionales**
- **Análisis de condiciones de gobernabilidad local**

Ferramentas

- **Plano Estratégico de segurança e convivência cidadã:** é uma ferramenta de gestão que pretende tornar mais eficiente a ação do estado e convocar à participação dos cidadãos e organizações sociais para a prevenção e repressão do crime e da violência. O documento define uma política de longo prazo para seer implementada um um período de pelo meos cinco anos. Deve conter uam visão integral do fenômeno, definir os cursos precisos de ação e facilitar um monitoramento da sua aplicação e de seus resultados. Um Plano deve considerar as distintas ameaças e vulnerabilidades que afetam o

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 55 f
ESTATÍSTICA E SEGURANÇA CIDADÃ

desenvolvimento e o bem estar dos cidadãos. O plano deve incluir um inventário dos bens e serviços associados á segurança pública e à justiça bem como as necessidades de infraestrutura urbana em longo e médio prazo. A elaboração do plano deve levar em conta tanto fatores objetivos (estatísticas) quanto subjetivos (pesquisas de vitimização). É de fundamental importância o envolvimento, de forma efetiva e desde o início do processo todos os órgãos de segurança, inclusive as forças armadas, na elaboração do plano e na sua posterior retroalimentação. A participação dos meios acadêmicos, ONG´S e meios de comunicação é muito importante para a validação e difusão do mesmo. A vinculação do governo federal é fundamental para buscar sinergias e financiamento de suas ações.

- **Autorregulação Cidadã**

  Guías Cívicos

  Observatório de convivência cidadã

  Promoção de normas de convivência

- **Redução de fatores de risco**

  Plano de Desarmamento

  Prevenção do consumo de álcool e outras drogas

  Fortalecimento de organizações juvenis

- **Melhoramento de contextos urbanos**

  Criação de espaços seguros

  Desenvolvimento comunitário de espaços de ordem

- **Prevenção da violência intrafamiliar**

  Centros de atenção a vítimas

- **Acesso à justiça e resolução pacífica de conflitos**

  Juízes de Paz

  Centros de mediação e conciliação

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 258
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CIDADÃ

- Fortalecimento das polícias

Polícia Comunitária

Número único de emergências

Unidades permanentes de justiça

Vigilância por circuito fechado de TV

Entre as experiências que a missão teve a oportunidade de conhecer podemos citar, a partir de modelos desenvolvidos em Bogotá, suscetíveis de replicabilidade em programas de prevenção à violência e à delinqüência no Brasil podem ser citados:

- **Promoção da Cultura Cidadã**: tem por propósito desencadear e coordenar ações públicas e privadas que incidan diretamente sobre a maneira como os cidadãos percebem, reconhecem e usam os entornos sociais e urbanos e como se relacionam entre sí em cada situação, reconhecendo contextos e en cada um deles respetando as regras correspondentes, de forma a apropiar-se da cidade, aprendendo a usá-la e valorizando e respeitando seu ordenamento e o seu caráter de patrimônio de todos, ou seja, a promoção da cultura cidadã, entendida esta como o conjunto de costumes, comportamentos e regras mínimas compartidas que geram sentido de pertencimento, facilitam a convivência urbana e conduzem ao respeito do patrimônio comum e ao reconhecimento dos direitos e deveres cidadãos.

- o **SUIVD**: é um sistema unificado de informações de violência e criminalidade que integra dados dos órgãos policiais e de saúde, como os gerados pelos Institutos Médico-Legais, e compõe a base de funcionamento do Observatório de Violência e Delinqüência, auxiliando na elaboração de mapas da criminalidade, orientando assim, toda a estratégia de enfrentamento levada a cabo pelos órgãos de segurança pública e setoriais.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 223
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

- **Unidades de Conciliação e Mediação**: são espaços que concentram atividades que buscam a resolução alternativa de conflitos como forma de evitar que as contendas se prolonguem e cheguem até o Poder Judiciário, sendo resolvidas na e pela própria comunidade.

- **Delegacias de Família**: especializadas em casos de violência intrafamiliar e violência de gênero, estas unidades desempenham importante função na prevenção da violência e da criminalidade, ao atacarem a sua causa mais importante, visto que muitos dos que cometem crimes e violências de um modo geral possuem antecedentes de violência intrafamiliar e maus-tratos durante a infância. Atendem casos de conciliação, acordos, medidas de proteção, violência intrafamiliar, abuso sexual, prevenção e formação de multiplicadores nas comunidades.

- **IDIPRON**: programa de assistência à crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social que busca, de forma integral, a reinserção social por meio do aprendizado básico, a capacitação profissional e atividades culturais. Possui 6 unidades, espalhadas em diversos pontos da capital colombiana, administradas pelo Padre Javier de Nicolo, figura de respeitável liderança na região, em uma parceira com a Alcaldia de Bogotá, que repassa recursos. Na ocasião da visita, a missão pôde assistir a apresentações culturais, tais como orquestra, danças típicas do país, hip-hip e até capoeira.

- **Cadeia Distrital de Bogotá**: estabelecimento prisional modelo, administrado pela municipalidade de Bogotá, em que são mantidas as pessoas acusadas de crimes que aguardam julgamento. Todo o seu funcionamento tem por base a estrita observância às normas internas e legais, aos direitos humanos e à busca da recuperação plena dos indivíduos. Possui capacidade para 1028 vagas, abrigando, ao tempo

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 360
SEGURANÇA CIDADÃ

da visita da missão, pouco mais de 600 detentos, divididos em celas de 2, 4, 6 e 8 vagas, cada. No estabelecimento são desenvolvidos diversos programas, entre os quais se destaca o sistema de "oficinas de pavilhão", em que os detentos desenvolvem atividades laborais nos próprios locais em que passam a maior parte do dia, junto ao pátio e às celas. Programas que desenvolve:

- Saúde e alimentação: proporciona uma alimentação balanceada e serviços médicos de diagnóstico e primeiros socorros, serviço odontológico e programas de promoção da saúde e prevenção de DST e AIDS.
- Atendimento Psico-social: terapia psicológica familiar e social.
- Educação e Formação: promove a conclusão do ensino fundamental e médio, estimula a leitura, redação e a ampliação do conhecimento. Possui biblioteca e videoteca com títulos selecionados a partir de conteúdos que contenham mensagens morais, visando a reinclusão social do detento.
- Laboral: desenvolve o conhecimento em algumas atividades como padaria, lavanderia, cozinha, marcenaria, entre outras, em um sistema de rodízio que possibilita ao detento descubrir suas habilidades e preferências.
- Atendimento Jurídico: o detento goza de instrumentos jurídicos visando a observância do devido processo legal, o direito de defesa e o contraditório, durante a tramitação do procedimento penal do qual é parte. Além disso, é oferecido assistência jurídica aos internos carentes de recursos.
- Recreação, Cultura e Esporte: são fomentadas práticas que estimulam a autodisciplina e a convivência interna. Cada pavilhão possui equipamentos que possibilitam a prática de diversas atividades esportivas, como futebol, basquete e vôlei. O estabelecimento conta ainda com sala de projeção para exibição de filmes e uma rádio, produzida pelos próprios detentos, com transmissão para todo o presídio.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP - BRASIL-SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 561

Congresso Latino Americano Segurança Cidadã – Natal

Autoridades policiais de diferentes cidades do Brasil e de outros 23 países se reuniram em Natal durante três dias por ocasião do I Congresso Latino-Americano de Segurança Cidadã. O evento aconteceu de 02 a 04 de março de 2005, no Hotel Parque da Costeira.

O objetivo do Congresso foi a produção de um documento chamado 'Carta de Natal', estabelecendo bases filosóficas para um novo conceito de segurança cidadã.

Os participantes do I Congresso Latino-Americano de Segurança Cidadã, incluindo mais de 500 autoridades policiais e especialistas da Europa e Américas, produziram ao final de três dias de debates um documento chamado "Carta de Natal", onde estarão assinaladas as bases de uma nova filosofia de segurança pública.

A abertura dos trabalhos contou com a presença da governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, e do secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Luiz Fernando Correa. A primeira palestra, pela manhã, teve como tema: "Política de Segurança Pública no Brasil – A Implantação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP", apresentada por Luiz Fernando Corrêa.

O secretário destacou as ações do Ministério da Justiça na prevenção e combate à criminalidade, além da parceria com os governos estaduais e prefeituras. Segundo ele, ninguém melhor do que os municípios para colaborarem na escolha dos mecanismos mais eficazes de segurança pública. "Qualquer política pública só vai prosperar se tiver o acompanhamento da sociedade".

Ao final de três dias de discussões do I Congresso Latino Americano de Segurança Cidadã, realizado em Natal entre os dias dois e quatro de março, representantes do Brasil e países convidados formularam um documento denominado Carta de Natal, que pretende ser o norteador de políticas de Segurança Cidadã e Polícia Comunitária.

Profissionais de segurança pública, membros da comunidade e representantes das esferas federal, estadual e municipal, além de representantes da Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Honduras, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Estados Unidos da América, Canadá, França e Espanha formalizaram no documento a necessidade de se repensar as relações humanas e a reintegração através da "convivência democrática e da participação cidadã".

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 562
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

Para o secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, o Congresso serviu pra confirmar a necessidade de se repensar a política de segurança brasileira. "As discussões nos mostraram o amadurecimento do Brasil para a constatação - já antiga em outras partes do mundo - de que a violência e a insegurança impactam diretamente o desenvolvimento econômico, social e político do país".

Entre as principais propostas sugeridas para a área estão a implementação da Política Nacional de Polícia Comunitária, com a criação de Conselhos Nacional e Regionais; a busca pelo envolvimento de todos os atores que compõem o Sistema de Segurança Cidadã, tais como comandantes gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, Ministério Público, Poder Judiciário, delegados gerais de Polícia, representantes dos municípios, organizações não-governamentais, representantes da comunidade e demais segmentos sociais.

Durante o encontro, o Brasil pôde expor aos países convidados como pretende implementar seu projeto Segurança Cidadã, que já conta com R$ 37 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública para aplicação em ações estaduais e municipais.

Colóquio sobre Desenvolvimento de Municípios de Fronteira

No dia 19 de maio de 2005, realizou-se, em San'tana do Livramento - RS, o Colóquio sobre o Desenvolvimento de Municípios de Fronteira, organizado pela prefeitura municipal, o evento foi promovido pela Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República e contou com as presenças do ministro-chefe da pasta, Aldo Rebelo, do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, do governador do Estado, Germano Rigotto; do embaixador do Brasil em Montevidéu, Eduardo dos Santos; da chefe de Gabinete do Ministério da Ciência e Tecnologia, Mari Machado e do vice-líder do governo federal na Câmara dos Deputados, Beto Albuquerque e de aproximadamente 100 prefeitos de municípios fronteiriços

No encontro foram apresentadas propostas que visam contribuir para o desenvolvimento das cidades fronteiriças, seja na área econômica ou social.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
FIS 563
SEGURANÇA CIDADÃ

Na ocasião, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes apresentou o novo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

O PDFF define diretrizes para atuação do Governo Federal na promoção do desenvolvimento regional, da integração sul-americana e na melhoria da qualidade de vida nos municípios distantes de até 150 quilômetros (km) da fronteira brasileira. Uma das ações previstas no programa visa a integração entre cidades-gêmeas, municípios que têm zona urbana vizinha às fronteiras. A área de atuação do Faixa de Fronteira abrange 27% do território nacional, ou 2,357 milhões de quilômetros quadrados, nos 11 Estados fronteiriços com 10 países sul-americanos. São 588 municípios e população estimada em 10 milhões de habitantes.

Seminário sobre Desenvolvimento

No dia 17 de junho de 2005, foi realizado, na cidade de Bagé – RS, o Seminário: Desenvolvimento dos Municípios de Fronteiriços do Rio Grande do Sul como instrumento potencializador de um Programa Integrado de Desenvolvimento Binacional Brasil-Uruguai, visando a busca de soluções para os problemas comuns às cidades situadas na faixa de fronteira.

Introdução

As crescentes violência e criminalidade verificadas no Brasil e na América Latina nas últimas décadas têm preocupado as sociedades e ameaçado a consolidação do processo democrático conduzido na região. A criminalidade, antes restrita a espaços delimitados, hoje, com o processo de globalização em curso, por meio da atuação de organizações criminosas, espalha-se pelo mundo, com reflexos regionais e intercontinentais.

A violência e a criminalidade possuem causas diversas, entre as quais podem ser identificadas aquelas relacionadas à exclusão social. Porém, ao lado das questões sociais, é inegável a relação existente entre as condições organizacionais e operacionais das agências de segurança pública e o atual quadro de insegurança em que vivemos na região.

A democratização no continente fez desaparecer a "ameaça subversiva" que baseava em muito a atuação das instituições de segurança pública.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 564

Enquanto que na América Latina, existem inúmeras instituições policiais diferentes, cada qual com a sua própria forma de gestão, com as suas técnicas e linguagens, as práticas do crime adotam esquemas padronizados de operação, quase uniformes em todo o território regional, com amplas redes de cooperação que utilizam o que há de mais moderno em tecnologia, logística e equipamentos.

Juntar forças é a melhor alternativa para vencer os recursos escassos e organizar o combate ao crime. A criminalidade, assim como as doenças e as questões ambientais, não respeita fronteiras geográficas. Deste modo, o não entendimento entre as diversas estruturas de segurança pública regionais torna mais fácil a ação delituosa e mais difícil a sua prevenção e repressão. Somente para dar um exemplo, o dinheiro do carro-forte roubado no Rio de Janeiro pode estar financiando produtores e traficantes de drogas na Colômbia. Se os países não se unirem, compartilharem informações e atuarem conjuntamente, estarão em profunda desvantagem diante da atividade criminosa.

Portanto, sem uma promoção efetiva da modernização e integração das instituições de segurança pública regionais somada à implementação de políticas sociais focadas, ou seja, sem a implementação de uma política integral de segurança cidadã, torna-se impossível, ao menos, manter inalterados os atuais níveis de violência e criminalidade verificados na região.

Os novos tempos exigem uma estratégia de ação integral que, *pari passu* consiga acompanhar as hodiernas metodologias empregadas pela atividade criminosa, por meio da integração efetiva das agências policiais, com técnicas de gestão baseada na inteligência e na defesa e promoção da cidadania, enfim, polícias verdadeiramente modernas, integradas e cidadãs.

Cooperação Internacional

Também a partir do advento do novo governo, a SENASP passou a desenvolver uma estratégia de cooperação internacional, baseada no incremento de sua inserção em assuntos que envolvam segurança regional e sub-regional. Nesse esforço, somaram-se parceiros multilaterais como as Nações Unidas, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial.

Em 2004, a Senasp, em parceria com a ONU, iniciou a implementação da segunda fase do Programa "Segurança Cidadã", um acordo de cooperação técnica e financeira iniciado em 2003, entre Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 365

Desenvolvimento – PNUD, que objetiva dotar o Brasil das mais modernas metodologias e tecnologias de gestão em segurança pública, por meio da disponibilização de expertise nacional e internacional para o desenvolvimento de ações nas áreas de informação, formação, modernização institucional e prevenção. Países como Uruguay, Argentina, Paraguay e Colômbia também desenvolvem o mesmo modelo de parceria com o PNUD, onde são chamados "Seguridad Ciudadana".

Integração Regional – Mercosul e CSN

Em 1994, Brasil, Argentina, Uruguay e Paraguay assinaram o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul – Mercosul, com o fim de estreitar os laços comerciais entres os países signatários. Porém, o Mercosul, embora muitos lhe atribuam um caráter meramente econômico, possui espectro bem mais amplo e visa, a exemplo da União Européia, integrar os países membros a fim de fortalecê-los politicamente frente aos demais blocos em formação no mundo. Essa integração política passa necessariamente pela substituição de um quadro de competição por um de cooperação e intercâmbio sócio-cultural, em que matérias como segurança pública e justiça apresentam-se como condicionais a uma efetiva convergência para um desenvolvimento conjunto.

A Declaração de Cuzco, levada a cabo em dezembro de 2004, no encerramento da III Cúpula de Presidentes da América do Sul, na capital incaica, vem dar amplitude a esse processo de integração, com a criação da Comunidade Sul-americana de Nações – CSN. Essa associação prevê a concertação política e diplomática da região, visando a integração física por meio da implantação de projetos conjuntos de infra-estrutura. Dentre as resoluções do encontro, ficou acertado o desenvolvimento de um amplo programa de cooperação conjunta em segurança cidadã na América do Sul.

Em 2002, foi instituída a "Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço", uma iniciativa de competência dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Uruguai, que tem como objetivo criar condições para o desenvolvimento integrado da região da fronteira entre os dois países, a fim de obter melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, fomentando mecanismos que tendam ao uso mais equilibrado dessa verba, funcionando como instrumento privilegiado para a solução dos problemas das comunidades que vivem na área de fronteira - estimadas em 720 mil pessoas - por meio da promoção de ações concretas nas diferentes áreas de cooperação fronteiriça - saúde, educação, cooperação policial e judiciária, meio ambiente, saneamento, redução da oferta e demanda de drogas e combate ao abigeato.

Já em 2003, foi assinado o Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Estrangeiros, que cria uma área com 36 mil quilômetros quadrados, de Barra do Quaraí a Chuí, beneficiando a população de 15 municípios da fronteira. Quem mora na

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 566

região – uma faixa de 20 quilômetros de largura ao longo dos 900 quilômetros entre os dois países poderá solicitar a carteira de identidade de fronteiriço. Este instrumento jurídico cria soluções inovadoras para mitigar muitos problemas enfrentados pelas populações fronteiriças dos dois países e permite a livre circulação dos fronteiriços nos dois lados da linha divisória, com a possibilidade de direito a residência e de acesso ao mercado de trabalho e aos serviços educacionais no país vizinho.

Na esteira de todo esse processo integrador, a criação de um Consórcio Binacional de Segurança Pública, como projeto piloto, significaria a continuidade prática de uma aproximação mais abrangente, que cria um instrumento sólido de fomento permanente à ação conjunta, avançando muito além dos aspectos exclusivamente econômicos, muito embora com claros reflexos nestes.

Segurança Nacional, Segurança Pública e Desenvolvimento Regional

A América Latina vêm sofrendo nas três últimas décadas, sucessivos processos de estagnação e retrocesso econômico, os quais acabaram por gerar crises sociais e institucionais na região. Para se ter uma idéia da conjuntura, o crescimento do PIB regional, na década de oitenta, foi de aproximadamente 1,25%, e mesmo esse crescimento deu-se de forma desigual em todo o continente, enquanto que a necessidade de aumento teria que ser, no mínimo, dez vezes maior.

Tal quadro de degradação sócio-econômica tem reflexos diretos na segurança regional, uma vez que a desordem social e a instabilidade institucional ameaçam a garantia da consecução dos objetivos nacionais em face de antagonismos externos e a manutenção dos regimes políticos democráticos e dos sistemas constitucionais. A respeito, não seriam poucos os exemplos a serem citados.

Da mesma forma, o processo de estagnação e de aprofundamento das desigualdades sociais tem implicações na segurança pública, que por sua vez prejudica a normal atividade econômica, desestimulando e afastando investimentos, essenciais à retomada do crescimento, formando um terrível círculo vicioso, retardando os processos de desenvolvimento e integração na região.O Banco Mundial (Bird) divulgou, em 2004, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2005, o principal estudo anual realizado pela instituição, com dados alarmantes sobre os efeitos da criminalidade na economia do país e região: 52,2% das empresas brasileiras consultadas apontam a criminalidade como um sério obstáculo ao investimento no país. Na América Latina, o crime é indicado como uma das restrições principais ou sérias pela metade das empresas, duas vezes a proporção de qualquer outra região e quatro vezes a proporção da Europa Oriental e da Ásia Central. No

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 56f
BRASIL-SEGURANÇA CIDADÃ

Brasil, diz o relatório, o crime custa mais de 10% do PIB do país por ano, e as empresas dizem perder o equivalente a 2,8% por causa da criminalidade.

Por tais razões, na denominada "Nova Agenda de Segurança", exige-se uma estratégia de ação integral que articule todos os setores envolvidos na segurança, em prol de uma segurança regional e promova a convergência de políticas públicas setoriais capazes de reduzir os fatores de risco geradores de violência e criminalidade, ou seja, que atue no campo da repressão e da prevenção primária e secundária, em todos os países, como condição básica para o desenvolvimento.

A Fronteira Brasil - Uruguay

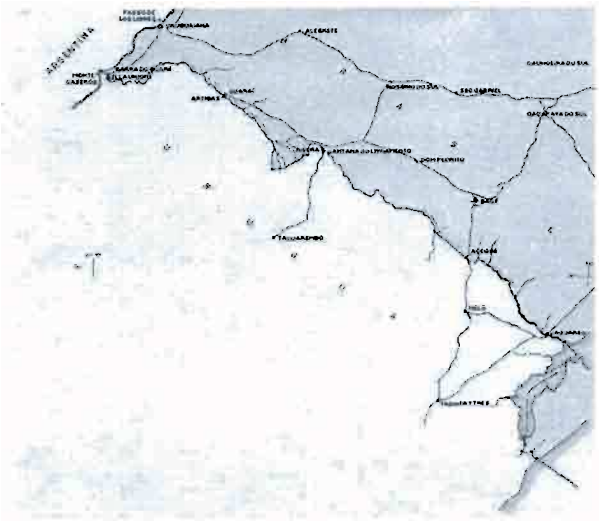
A Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, considera a faixa interna de 150 Km (cento e cinqüenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, a denominada Faixa de Fronteira, como indispensável à Segurança Nacional. Todo este território demarcado, no entanto, não é indispensável apenas quando a questão é a garantia da consecução dos objetivos nacionais em face de antagonismos externos, a manutenção do regime político ou do sistema constitucional, mas também em face da segurança pública, do desenvolvimento e suas implicações no processo de integração regional.

O Brasil possui 16.886 km de fronteiras terrestres, sendo grande parte delas de "fronteiras secas", assim chamadas os limites territoriais sem obstáculos geográficos naturais, como rios, lagos, cadeias de montanhas, etc. o que, certamente, contribui para a prática de crimes transnacionais, visto a ausência de barreiras físicas entre os países que facilitem a atuação dos órgãos de controle das fronteiras e dificultem o trânsito e comunicação de bens objeto de crimes ou de criminosos, de um território ao outro.

Tal é o caso da fronteira Brasil/Uruguay. Abrangendo 1.068,4 km, serve como ambiente propício para a prática de diversos crimes, como contrabando e descaminho, tráfico de drogas e armas, remessa ilegal de divisas, tráfico de seres humanos, abigeato, etc, dada a facilidade com que os transgressores transitam de um lado ao outro da linha divisória.

Fronteira Brasil- Uruguay

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 568
BRA-04/009-SEGURANÇA CIDADÃ



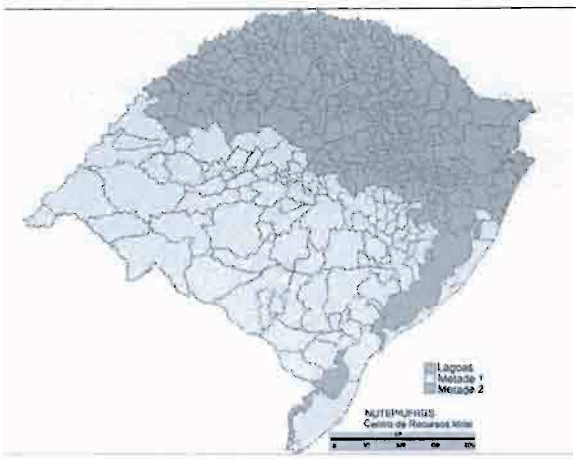
Justamente por encontrarem-se nos confins dos territórios de seus países, distante das instâncias decisórias dos destinos nacionais e dos grandes centros econômicos, as regiões compreendidas na faixa de fronteira sofreram processos graduais de abandono que levaram a um quadro de carências de infra-estrutura, estagnação econômica, desigualdade social, desemprego e baixa escolarização, condições essências para o surgimento da violência e da delinqüência.

O estado do Rio Grande do Sul é conhecido nacionalmente, dentre outros aspectos, pelos bons índices de desenvolvimento humano que apresenta, sobretudo na educação e saúde, se comparados com a média do país.

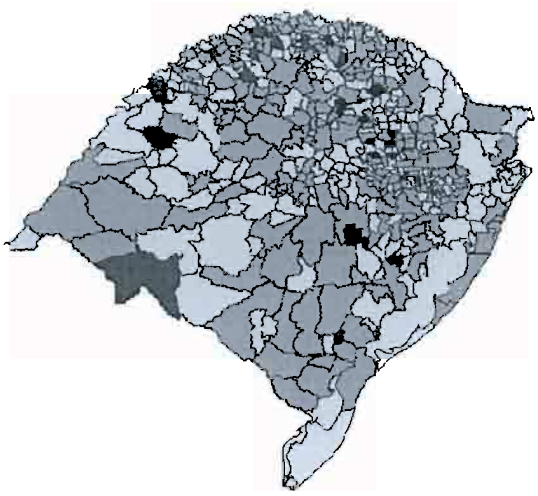
Acontece que o Estado apresenta também, grande desigualdade sub-regional quando dividido seu território em duas metades. Enquanto sua metade norte exibe indicadores sociais privilegiados, que dão sustentação aos reconhecidos bons índices, a metade sul detém níveis de subdesenvolvimento comparáveis a algumas regiões do semi-árido nordestino. A percepção dessa realidade diferenciada fez com que a Metade Sul do Rio Grande do Sul fosse incluída no Programa de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Regional (Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO), juntamente com outras mesorregiões do país que merecem atenção especial por parte do Estado Brasileiro.

Mapa das Metades do RS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 569
BRA-04029 SEGURANÇA CIDADÃ



DESEMPENHO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO RS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS -
Variação nominal do PIB em US$, entre 1989 e 1998



PIB >= 450%.	Crescimento econômico excelente - municípios que mais cresceram
300% <= PIB <450%	Crescimento econômico muito bom
150 <= PIB < 300%	A variação mostra os municípios que obtiveram um crescimento bom
0 > PIB < 150%	Municípios com razoável crescimento no período
PIB	Municípios Novos (sem Informação), Lagoa Mirim e Lagoa dos Patos
PIB < 0	Diminuição do PIB ou decréscimo econômico

Fonte: UFRGS - Núcleo de Estudo e Gestão em Administração Publica

Estudos realizados pelo Ministério da Integração Nacional indicam que, dos 588 quadrantes apontados no levantamento, a meso-região metade sul do RS foi o sub-espaço que mais retrocedeu economicamente - o Produto Interno Bruto da área caiu 10% nos últimos 14 anos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 5 FD
8
PRAÇA 4029-SEGURANÇA CIDADÃ

A realidade do outro lado da fronteira também não é diferente. Distantes da capital do país, que concentra mais da metade da população uruguaia, os Departamentos ao norte do Uruguay vêm sofrendo com as sucessivas crises econômicas, que afetam a produção agropecuária e o comércio locais, suas principais fontes de receita pública e de geração de trabalho e renda para a população.

Mapa do Uruguay

A Atividade Binacional tem como um dos seus principais objetivos a inserção da temática Segurança Pública nas ações de desenvolvimento e integração regional, de forma a contribuir para a garantia da ordem pública, da inclusão social e da afirmação das respectivas soberanias nacionais, condições essenciais para a consolidação das relações na América Latina.

Na América Latina os debates sobre as políticas de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência têm adquirido uma nova orientação. A democratização no continente fez desaparecer a "ameaça subversiva" que baseava em muito a atuação das instituições de segurança pública, gerando a abertura de espaço para as noções de segurança pública e cidadã, ao mesmo tempo em que declinaram os antigos paradigmas de segurança nacional e defesa interna. O objeto das políticas e ações não está mais focado no Estado, e, sim, no cidadão. A nova concepção de segurança abrange aspectos relativos à defesa e proteção da vida, as liberdades, bens e valores individuais e coletivos, ou seja, adota uma abordagem

integral que considera todas as causas geradoras de violência e criminalidade, fundindo prevenção e repressão, sempre em uma perspectiva de prevalência do uso da inteligência e da tecnologia sobre o da força. Essa é a essência do modelo da segurança cidadã.

Seminário – Oficina Binacional: Segurança Cidadã na Fronteira Brasil/Uruguay

Em relação às atividades já empreendidas da Ação Segurança Cidadã, do Programa Sistema Único de Segurança Pública, previsto no Plano Plurianual 2004/2007, para a fronteira Brasil/Uruguay, foi realizado um Seminário / Oficina nas cidades de Santana do Livramento/Brasil e Rivera/Uruguai, entre os dias 8 e 10 de novembro último, ocasião em se fez o lançamento das atividades para a região, foi apresentado o modelo de segurança cidadã, seus componentes, e iniciado, por meio de oficinas, o desenvolvimento de um planejamento estratégico participativo reunindo atores locais, tendo sido inaugurado o escritório regional do Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública - TREINASP Fronteira. Durante o evento, foi assinada uma declaração conjunta e realizada ainda a abertura oficial do II Curso de Gestão de Unidades Aeropoliciais, já como primeiro curso oferecido por meio do TREINASP.

A Ação Segurança Cidadã – Fronteira Brasil / Uruguai, como já foi dito, pretende-se uma parceria entre a SENASP e a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, por meio do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF, visando a inserção das ações de Segurança Cidadã na agenda de desenvolvimento da faixa de fronteira Brasil/Uruguai, com o objetivo de articular as políticas de segurança pública com as demais políticas setoriais promotoras do desenvolvimento humano, tão carentes naquela metade sul do estado, razão pela qual é uma das regiões definidas como prioritárias para o Governo Federal. A intenção é transformar a experiência em um projeto-piloto para ser replicado na área de atuação do PDFF, ou seja, a faixa de fronteira brasileira, iniciando, dessa forma, a preparação do Programa Sul-Americano de Segurança Cidadã, compromisso assumido pelo Presidente Lula e reafirmado pelos Ministros de Justiça e do Interior da América do Sul, por meio da Declaração de Segurança Cidadã na América do Sul, assinada em agosto último, na capital cearense.

A ação está inserida na denominada "Nova Agenda para a Cooperação e o Desenvolvimento Fronteiriço", iniciativa de competência dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Uruguai, que tem como objetivo criar condições para o desenvolvimento integrado da região da fronteira entre os dois países, a fim de obter

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 278
8
BRASIL SEGURANÇA CIDADÃ

melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, fomentando mecanismos que tendam ao uso mais equilibrado das verbas, funcionando como instrumento privilegiado para a solução dos problemas das comunidades que vivem na área de fronteira - estimadas em 720 mil pessoas - por meio da promoção de ações concretas nas diferentes áreas de cooperação fronteiriça - saúde, educação, cooperação policial e judiciária, meio ambiente, saneamento, redução da oferta e demanda de drogas e combate ao abigeato.

Como estratégia de implementação das ações na região, foi prevista a instalação de um braço local do Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública – TREINASP, para ser o ponto focal das ações do projeto, de forma descentralizada, a partir da assinatura de uma declaração conjunta entre os Governos Brasileiro e Uruguaio, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, as Prefeituras de Sant'Ana do Livramento e Bagé e a Intendência Departamental de Rivera, além do PNUD Uruguai. A intenção é que o Centro local seja transformado em referência em segurança de fronteiras.

O TREINASP, criado em dezembro de 2004, é resultado de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e o Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD) apoiado pelo Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e Desenvolvimento da América Latina e Caribe (UN-LiREC). O Centro é responsável pela elaboração e implementação de projetos e ações na área de segurança pública, sendo que sua atuação insere-se no contexto nacional do modelo da Segurança Cidadã, cuja base está alicerçada no empoderamento dos governos locais e na integração de políticas de prevenção e de fortalecimento institucional, e que faz parte do arcabouço institucional do Sistema Único de Segurança Pública.

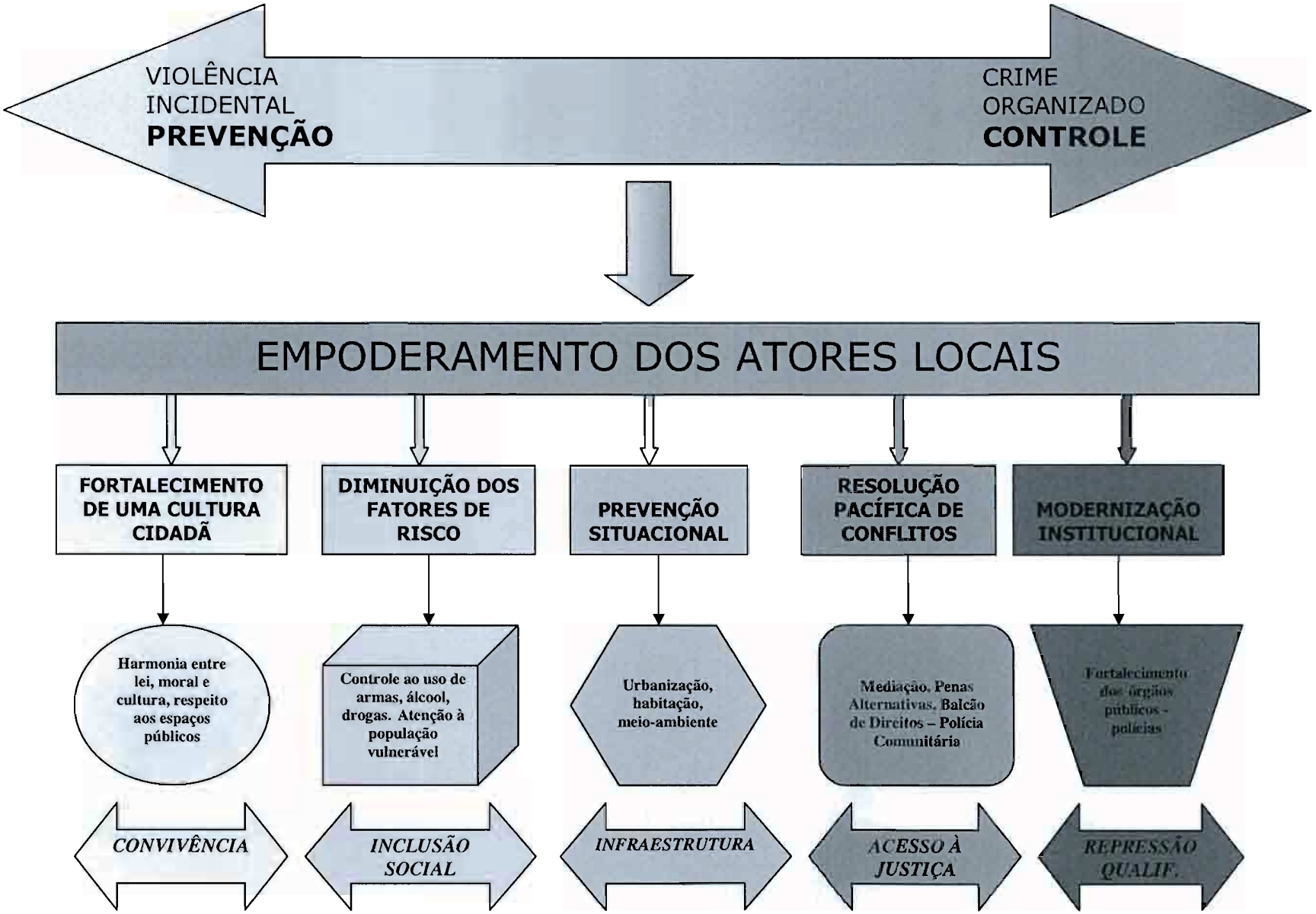
A Segurança Cidadã

A segurança cidadã é uma metodologia que aborda, de forma mais ampla, o fenômeno da violência e criminalidade, baseando-se em políticas integrais de segurança que tem relação direta com a proteção e promoção da vida, das liberdades individuais, dos bens e valores pessoais e coletivos, enfim, da cidadania, objetivando, fundamentalmente, a integração das ações de segurança pública, de caráter mais repressivo, com outras ações de cunho social e estruturantes, que visam a diminuição da incidência de fatores motivadores da violência e delinqüência, visando a prevenção.

O modelo da Segurança Cidadã vêm sendo incorporado, com o apoio das Nações Unidas, em diversos países de nossa América como forma de romper com os velhos paradigmas de gestão da segurança pública, tão arraigados em nossas instituições, baseados na "defesa

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 373

do estado", na "segurança nacional", em detrimento da segurança dos cidadãos. Busca também superar o tradicional debate entre os que defendem a exclusividade da ação repressiva e os que apóiam unicamente políticas preventivas, de inclusão social, como solução para o problema da violência e insegurança. A segurança cidadã é uma política integral de segurança que aborda e integra aspectos que vão da prevenção ao controle, tendo como ambiente focal as realidades locais. O esquema abaixo pode ajudar a visualizar melhor o conceito.


VIOLÊNCIA
INCIDENTAL
PREVENÇÃO
CRIME
ORGANIZADO
CONTROLE
EMPODERAMENTO DOS ATORES LOCAIS
FORTALECIMENTO DE UMA CULTURA CIDADÃ
DIMINUIÇÃO DOS FATORES DE RISCO
PREVENÇÃO SITUACIONAL
RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL
Harmonia entre lei, moral e cultura, respeito aos espaços públicos
Controle ao uso de armas, álcool, drogas. Atenção à população vulnerável
Urbanização, habitação, meio-ambiente
Mediação. Penas Alternativas. Balcão de Direitos – Polícia Comunitária
Fortalecimento dos órgãos públicos - polícias
CONVIVÊNCIA
INCLUSÃO SOCIAL
INFRAESTRUTURA
ACESSO À JUSTIÇA
REPRESSÃO QUALIF.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 275

EMPODERAMENTO DOS ATORES LOCAIS (DESCENTRALIZAÇÃO E GOVCERNABILIDADE)

- Criação ou fortalecimento de uma instância em nível local responsável pela gestão coordenada da segurança cidadã: **capacitação e infra-estrutura**
- Sistemas confiáveis de gestão da informação e compartilhamento de dados: **Observatório de Violência: pesquisas de vitimização e opinião**
- Plano Estratégico Integrado de segurança e convivência em nível local articulado com as respectivas políticas nacionais e estaduais: **diagnóstico**
- Integração em nível local**: Gabinetes de Gestão Integrada Municipais**

CULTURA CIDADÃ (CONVIVÊNCIA)

- Campanhas pedagógicas para o cumprimento voluntário das normas de convivência
- Normas locais de postura: **códigos de convivência**
- Fortalecimento da participação popular: **conselhos comunitários de segurança**
- Programas de apoio à cultura cidadã: **esporte, lazer e cultura**
- Terapia Comunitária

FATORES DE RISCO (INCLUSÃO SOCIAL)

- Respeito aos direitos humanos
- Atenção a grupos vulneráveis: sistema de gestão integrada de redes de programas sociais de Prevenção em Segurança Cidadã e de proteção às pessoas em situação de indigência, mulheres, jovens e crianças envolvidos em violência
- Desarmamento Voluntário
- Programas de prevenção ao uso e abuso do álcool e drogas e de redução de danos
- Educação, capacitação profissional e geração de trabalho e renda

PREVENÇÃO SITUACIONAL (INFRA-ESTRUTURA)

- Recuperação do espaço público (ruas, praças, calçadas e iluminação pública)
- Campanhas de despoluição visual e auditiva
- Construção de espaços de esporte, lazer e recreação (parques, quadras e bibliotecas públicas)
- Manuais e Cursos de Melhoramento de ambientes urbanos em Segurança Cidadã

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 576
BRA-04/029-SEGURANÇA CIDADÃ

- Inclusão do indicador Segurança Cidadã na elaboração de planos diretores municipais
- Modernização do transporte público
- Ciclovias

RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS (ACESSO À JUSTIÇA)

- Resolução Pacífica de Conflitos e Acesso ao Judiciário**: Espaços de Mediação, Núcleos de Atendimento à Vitimas de Violência, Assistência Jurídica e Centrais de Aplicação e Monitoramento de Penas Alternativas (C.I.C.);**
- Violência doméstica e infantil: **Delegacias de família e Promotorias Populares**.
- Programas de **policiamento comunitário** e participação cidadã.

MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL (REPRESSÃO QUALIFICADA)

- Capacitação para a intervenção qualificada: **TREINASP**
- Desenvolvimento Tecnológico e equipamentos de comunicação entre as polícias: **INFOSEG**
- Gestão da Informação: **geoprocessamento**
- Construção de infra-estrutura: **delegacias cidadãs e postos integrados**
- Aquisição de veículos para os órgãos de segurança pública: **viaturas e aeronaves**
- Programas especiais integrados para a redução dos homicídios comuns e demais mortes violentas: **Programa Zonas Seguras**
- Fortalecimento da Inteligência em segurança pública
- Reforma e modernização do sistema penitenciário

Estratégias e Atividades Previstas

Estratégias

A implementação de projetos integrados de segurança pública, em âmbito interno, já é tarefa por demais complexa para ser coordenada por um ator apenas,

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 55f
9
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

demandando uma participação múltipla, dada a característica multidisciplinar e intersetorial da temática. Em se tratando de iniciativas que dependam de cooperação internacional, o desenvolvimento dessas políticas torna-se ainda mais intrincado pelo acréscimo de fatores diplomáticos, envolvendo diferenças culturais, questões de soberania, defesa de interesses nacionais, etc.

O estabelecimento de uma política integrada requer um planejamento exaustivo, cuja condição essencial é a participação ativa de todos os órgãos envolvidos. Tal planejamento deve incluir o maior desenvolvimento possível de apoios da parte de todos os partícipes do sistema, identificando necessidades comuns e específicas de cada um, por meio da adoção de uma estratégia geral de planejamento, além de estabelecer parâmetros para coleta dos dados que integrarão o sistema de informações, além de identificar as opções tecnológicas mais apropriadas e, por fim, a avaliação e monitoramento permanente das ações. Essa integração inclui grandes demandas para que ela possa ser efetivamente realizada de forma bem sucedida, entre as quais devem estar previstos os necessários recursos humanos e financeiros. Não há integração que se consolide sem que se crie instrumentos sólidos, permanentes, que fomentem incessantemente essa integração, o que irá assegurar a sua continuidade, pois, como é comum acontecer, as organizações resistem à eventuais mudanças em seus antigos sistemas de auto-gestão, ainda mais em se tratando de relações internacionais.

Por isso, mais do que nunca, a implantação de uma política requer que sua gestão seja absolutamente suprapartidária, quaisquer que sejam os partidos políticos dos prefeitos, do governador ou do Presidente da República, que irão indicar os membros para o órgão soberano, devendo ser acatado sempre o princípio segundo o qual o interesse regional de medidas adotadas deve prevalecer a questões político-partidárias.

Além disso, qualquer auxílio mútuo deverá respeitar os princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos e da não-ingerência nos assuntos internos de outros países, linhas mestras que, tradicionalmente, têm norteado a ação externa brasileira.

Por essas razões, a presente iniciativa binacional deverá ser desenvolvido mediante uma ação coordenada entre o Governo Brasileiro, através do Ministério da Justiça, e Governo do Uruguay, por meio do Ministério do Interior, ambos órgãos de estado responsáveis pela condução das políticas de segurança pública em seus respectivos países, e demais órgãos setoriais, em articulação com o governo do Estado

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls 578
BRASIL-SEGURANÇA CIDADÃ

do Rio Grande do Sul e governos municipais brasileiros e departamentais uruguaios localizados na linha de fronteira Brasil/Uruguay, todos em estreita cooperação. Por isso em todas as atividades deverão ser contemplados todos os citados parceiros, sem distinção.

Também sua implementação deverá reunir esforços com organizações do terceiro setor e privadas de ambos as nações, no sentido de otimizar parcerias e intercambiar informações, mediante o estabelecimento de interfaces com o Ministério da Justiça, no Brasil, e Ministério do Interior, do Uruguay.

A execução das ações se dará de duas formas: direta e descentralizada. De forma direta por meio do direcionamento de metodologias e produtos que estão sendo desenvolvidos e aplicados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em outras regiões do país, como por exemplo, o INFOSEG, a Força Nacional e o Projeto Fronteira, e a forma descentralizada será implementada através da assinatura de Cartas de Acordo, que é o instrumento utilizado pela Ação Segurança Cidadã para o repasse de recursos para órgãos públicos de maneira vinculada a um cronograma de atividades preestabelecidas.

Assim, para a implementação da presente proposta, é fundamental que algumas ações preparatórias devam ser levadas a cabo. Entre elas está a criação de uma instância local intersetorial, envolvendo representantes dos governos brasileiro e uruguaio, para a concepção, planejamento, gestão e acompanhamento das ações, uma espécie de Gabinete de Gestão Integrada Binacional, cuja composição deverá ser a seguinte:

- Ministério da Justiça, do Brasil, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- Ministério do Interior, do Uruguay;
- Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e Uruguay;
- Ministérios da Defesa do Uruguay e Brasil;
- Ministério da Integração Nacional;
- Departamentos da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal;
- Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul
- Representante dos Municípios brasileiros e representante dos Departamentos uruguaios situados na linha de fronteira Brasil/Uruguay.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP
Fls. 579
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIDADÃ

Total de membros: 12

Geografia prioritária:

MUNICÍPIOS BRASILEIROS:

Santana do Livramento, Quaraí, Barra do Quaraí, Uruguaiana, Dom Pedrito, Bagé, Aceguá, Pedras Altas, Herval, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Chuí.

DEPARTAMENTOS URUGUAIOS:

Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta Y Três e Rocha.

Atividades Previstas por Elemento e Ano:

1) EMPODERAMENTO DOS ATORES LOCAIS:

2006

1) Diagnóstico integral da realidade local em segurança pública para subsidiar o desenvolvimento de um

2) Plano Estratégico de Segurança Cidadã integrado com as políticas nacionais, estaduais e regionais (consultor Juliano Vallejo)

3) Curso para ONG's (Livramento) e para Vereadores (Bagé) em parceria com a UN-Lirec;

4) Criação e estruturação de Instâncias Municipais de Gestão da Segurança Cidadã (Observatório de Violência) em Sant'ana do Livramento e Bagé;

5) Realização de Pesquisas de Vitimização e de Opinião em Livramento e Bagé;

6) Realização de Avaliações e Monitoramento das Ações na região.

2007

- Criação e estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada em Bagé e Sant'ana do Livramento, sendo este último, binacional;

- Desenvolvimento das atividades em outros municípios que integram a geografia prioritária;

2) FORTALECIMENTO DA CULTURA CIDADÃ

2006

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA-SENASP
Fls. 580
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIDADÃ

1) Criação de Conselhos Comunitários de Segurança em Livramento e Bagé;

2) Apoio ao desenvolvimento de códigos locais de convivência (códigos de postura) em Bagé e Livramento;

3) Realização de campanhas pedagógicas e lúdicas para o incentivo ao cumprimento de leis e normas de convivência por meio da mídia e das artes;

2007

- Aplicação de Terapia Comunitária;

3) DIMINUIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

2006

1) Criação de um Sistema Local de Gestão Integrada de Redes de Programas Sociais de Prevenção à Violência, para o atendimento a populações vulneráveis e vítimas de violência;

2) Integração de ações do Centro de Referência da Mulher (SPM), em Sant'ana do Livramento com os Núcleos de Atendimento às Vitimas de Violência (TJRS - Juizados Especiais Criminais);

2007

- Realizar Campanhas de sensibilização para o desarmamento voluntário.

- Realização de Campanhas lúdicas de prevenção ao uso e abuso de drogas e álcool concebidas e realizadas e concepção de políticas de redução de danos (SENAD).

- Apoio à ampliação do Proerd

4) PREVENÇÃO SITUACIONAL

2006

1) Elaborar Manual para o Desenho de Espaços Urbanos Seguros, a partir da realidade local;

2) Realizar curso de capacitação de gestores governamentais, terceiro setor e lideranças comunitárias na aplicação da metodologia de melhoramento de espaços urbanos em segurança cidadã;
3) Apoiar a elaboração ou modernização dos planos diretores de Sant'ana do Livramento e Bagé, incluindo aspectos da Segurança Cidadã (MCidades);

2007

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Fls. 581

- Apoiar projetos de melhoramento de ambientes urbanos, aplicando a metodologia da segurança cidadã.

5) RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

2006

1) Realizar Curso de Resolução Pacífica de Conflitos / Mediação dirigido a policiais, gestores municipais, técnicos, lideranças comunitárias e ong's.

2) Implantação de Espaços de Mediação de Conflitos, Núcleos de Atendimento à Vitimas de Violência, Assistência Jurídica e Centrais de Aplicação e Monitoramento de Penas Alternativas junto ao TJRS - Juizados Especiais Criminais de Bagé e Livramento (SRJ);

3) Oficina para a Revisão e adaptação de Programa de Policiamento Comunitário a partir das experiências do Rio Grande do Sul e Uruguay;

4) Realização de Cursos de Policiamento Comunitário

2007

- Apoio a projeto de Policiamento Comunitário;

- Programas de Promotorias Legais populares (ONG Themis)

- Disseminação das ações na geografia prioritária.

6) **MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

2006

1) Estruturar o Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública / TREINASP – Fronteira

2) Realizar INC da Força Nacional de Segurança Pública na região;

3) Realizar Curso DARM (UN-Lirec)

4) Implantar o Tele-Centro RENAESP em Livramento;

5) Reunião para o desenvolvimento do "INFOSEG Brasil / Uruguay"

6) Implantar ponto do Projeto Fronteira em Livramento e Bagé;

2007

- Realizar Cursos de Inteligência

- Etapa do Escopol

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - SENASP - DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CIDADÃ
Fls. 583

- Desenvolver mapas geoprocessados da "fronteira seca" (IBAMA);

- Aquisição de viaturas e equipamentos;

- Estruturação de Delegacias Cidadãs;

ARTICULAÇÃO COM OUTROS MINISTÉRIOS E SECRETARIAS

- Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Desenvolvimento Regional – Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira;

- Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ): Acesso à Justiça; C.I.C.'s;

-Secretaria Nacional de Justiça – Departamento de Estrangeiros – Migração

- Secretaria Nacional Anti-Drogas: Política de Redução de Danos

- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM): Centro de Referência de Atendimento à Mulheres Vítimas de Violência;

- Ministério das Cidades: Planos Diretores

- Meio Ambiente: Agenda 21

- Ministério do Desenvolvimento Agrário: mediação de conflitos agrários

- Ministério da Educação: Universidade Federal do Pampa – UNI- Pampa